

Palimpsestos refratários ao tempo: transmissão e interdição dos clássicos latinos

Fábio Frohwein de Salles Moniz

***Bestiarium* ou Livro das bestas: da tradição zoológica medieval ao bestiário fantástico de Jorge Luis Borges**

Márcia Seabra Neves

O *ethos* flutuante de Padre Antônio Vieira: uma abordagem histórico-discursiva

Gilmar Bueno Santos e Vagner da Silva Cunha

O Corpo é meu: Analisando narrativas jornalísticas e o desenquadre do gênero

Maria Carmen Aires Gomes

Poética e Ritmo da Música Popular Brasileira

Lucio Menezes Valentim

Brasileiro tem nome de santo? Estudo metalexiconográfico de verbetes do *Dicionário Onomástico* de José Pedro Machado

Aurelina Ariadne Domingues Almeida

Os advérbios em *-mente* no Português Setecentista e Oitocentista

Susana Fontes

Ficha de avaliação 2014 (volumes 109-110)

AGÀLIA

REVISTA DE ESTUDOS NA CULTURA



número **110** 2º semestre 2014

DIREÇÃO

Roberto Samartim

Universidade da Corunha
Galabra (Universidade de Santiago Compostela, USC)
M. Felisa Rodríguez Prado
Universidade de Santiago de Compostela, Galabra

SECRETARIA TÉCNICA (Adjunta à direção)

Cristina Martínez Tejero

Centro de Estudos Comparatistas, UL; Galabra

CONSELHO DE REDAÇÃO

Antón Corbacho Quintela

Universidade Federal de Goiás; Galabra (USC)

Carlos Pazos Justo

Universidade do Minho; Galabra (USC)

Carlos Velasco Souto

Universidade da Corunha

Graziella Moraes Dias da Silva

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Luís García Soto

Universidade de Santiago de Compostela

M. Adriana Sousa Carvalho

Universidade de Cabo Verde

M. Carmen Villarino Pardo

Universidade de Santiago de Compostela, Galabra

M. Teresa López Fernández

Universidade da Corunha

Márcio Ricardo Coelho Muniz

Universidade Federal da Bahia

Maria das Dores Guerreiro

I.U. de Lisboa (CIES-ISCTE)

Mihai Iacob

Universitatea din Bucuresti

Pablo Gamallo Otero

Universidade de Santiago de Compostela

Raquel Bello Vázquez

Universidade Ritter dos Reis; Galabra (USC)

Rosa Verdugo Matés

Universidade de Santiago de Compostela

Vanda Anastácio

Universidade de Lisboa

Xerardo Pereiro Pérez

Universidade Trás-os-Montes e Alto Douro

CONSELHO CIENTÍFICO

Álvaro Iriarte Sanromán (Universidade do Minho; Galabra, USC)

António Firmino da Costa (I. U. de Lisboa, CIES-ISCTE)

Arturo Casas Vales (Universidade de Santiago de Compostela)

Carlos Costa Assunção (Universidade Trás-os-Montes e Alto Douro)

Carlos Quiroga (Universidade de Santiago de Compostela)

Carlos Taibo Arias (Universidad Autónoma de Madrid)

Celso Álvarez Cáccamo (Universidade da Corunha)

Francisco Salinas Portugal (Universidade da Corunha)

Elias J. Torres Feijó (Universidade de Santiago de Compostela, Galabra)

Gilda da Conceição Santos (Universidade Federal do Rio de Janeiro; Real Gabinete Port. de Leitura)

Inocência Mata (Universidade de Lisboa)

Isabel Morán Cabanas (Universidade de Santiago de Compostela)

José António Souto Cabo (Universidade de Santiago de Compostela)

José Luís Rodríguez (Universidade de Santiago de Compostela)

José-Martinho Montero Santalha (Universidade de Vigo)

Júlio Barreto Rocha (Universidade Federal de Rondônia)

Marcial Gondar Portasany (Universidade de Santiago de Compostela)

Onésimo Teotónio de Almeida (Brown University)

Raul Antelo (Universidade Federal de Santa Catarina)

Regina Zilberman (Universidade Federal de Rio Grande do Sul)

Teresa Cruz e Silva (Universidade Eduardo Mondlane)

Teresa Sousa de Almeida (Universidade Nova de Lisboa)

Tobias Brandenberger (Universität Göttingen)

Yara Frateschi Vieira (Universidade Estadual de Campinas)

AGÁLIA. REVISTA DE ESTUDOS NA CULTURA

ISSN: 1130-3557

DEPÓSITO LEGAL: C-250-1985 (versão papel)

EDITA: Associação Galega da Língua (AGAL)

URL: <http://www.agalia.net>

DIREÇÃO-ELETRÓNICO: revista@agalia.net

ENDEREÇO POSTAL: Rua Santa Clara nº 21

15704 Santiago de Compostela (Galiza)

PERIODICIDADE: Semestral (números em junho e dezembro)

ASSINATURA

(https://espaciosseguro.com/agalia/inscricao_agalia.html)

Versão eletrónica (2 números/ano): 20€

Versão impressa (2 números/ano):

<i>Estado Espanhol</i>	20€ Sócios/as AGAL	30€ Não sócios/as
<i>Europa</i>	28€ Sócios/as AGAL	38€ Não sócios/as
<i>Resto do mundo</i>	31€ Sócios/as AGAL	41€ Não sócios/as

Contacto: agalia@agal-gz.org

Envio de originais: <http://www.agalia.net/envio.html>

Normas de Edição no fim do volume e em

<http://www.agalia.net/normas-de-edicao.html>

Indexada em:

CAPES (<http://www.capes.gov.br/>)

dialnet (<http://dialnet.unirioja.es>)

Desenho da capa: Carlos Quiroga

Impressão: Sacauntos, cooperativa gráfica (info@sacauntos.com)

Revisão de textos em inglês: Rosário Mascato Rey

SUMÁRIO

Nota da redação	5
Palimpsestos refratários ao tempo: transmissão e interdição dos clássicos latinos	9
<i>Time Refractory Palimpsests: Transmission and Interdiction of Latin Classics</i>	
Fábio Frohwein de Salles Moniz	
<i>Bestiarium</i> ou Livro das bestas: da tradição zoológica medieval ao bestiário fantástico de Jorge Luis Borges	33
<i>Bestiarium or the Book of Beasts: from the Medieval Zoological Tradition to Jorge Luis Borges' Fantastic Bestiary</i>	
Márcia Seabra Neves	
O <i>ethos</i> flutuante de Padre Antônio Vieira: uma abordagem histórico-discursiva	53
<i>The Floating Ethos of Priest Antônio Vieira: A Historical-Discursive Approach</i>	
Gilmar Bueno Santos e Vagner da Silva Cunha	
O Corpo é meu: Analisando narrativas jornalísticas e o desenquadre do gênero	77
<i>The Body is Mine: Analyzing Printed Magazine Reports and Gender Performativity</i>	
Maria Carmen Aires Gomes	
Poética e ritmo da música popular brasileira	103
<i>Poetics and Rhythm of Brazilian Popular Music</i>	
Lucio Menezes Valentim	

Brasileiro tem nome de santo? Estudo metalexiconográfico de verbetes do <i>Dicionário Onomástico</i> de José Pedro Machado	129
<i>Brazilian with a saint's name? Meta-lexicographic Study of the Entries in the Onomastic Dictionary, by Jose Pedro Machado</i>	
Aurelina Ariadne Domingues Almeida	
Os advérbios em <i>-mente</i> no português setecentista e oitocentista	157
<i>Adverbs ending in -mente in 17th and 18th Centuries Portuguese</i>	
Susana Fontes	
Ficha de avaliação 2014 (volumes 109-110)	179

NOTA DE REDAÇÃO

O volume 110 da *Agália* contém sete (7) trabalhos procedentes de Portugal (2) e do Brasil (5) que abordam assuntos referidos à cultura clássica, à literatura medieval, ao cânone literário luso-brasileiro do século XVII, aos média e a questão de género, à música popular brasileira, à lexicografia e à linguística.

Abre este número o trabalho do doutor Fábio Frohwein de Salles Moniz, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Brasil), com um contributo sobre o controlo social exercido através da censura bibliográfica e a mutilação de textos na transmissão da literatura latina. A partir das *Instruções para os professores de gramática latina, grega, hebraica e de retórica* ditadas pelo Marquês de Pombal em 1759, o artigo estuda a transmissão dos textos clássicos latinos no sistema escolar lusófono, utilizando como principal exemplo a presença da sátira IX de Juvenal nas edições escolares expurgadas dos séculos XVII e XVIII. O autor afirma o fim prático atribuído pela política educativa pombalina à censura aos clássicos, no sentido de que as obras escolares são modeladas para se adequarem à formação educacional, isto é, para não transmitirem aos alunos conteúdos contrários ao que na altura era considerado bom costume, conforme a mentalidade de uma sociedade moderna, burguesa e cristã.

O contributo da doutora Márcia Seabra Neves, da Universidade Nova de Lisboa (Portugal), estuda a projeção do universo simbólico e imaginário da tradição zoológica medieval na obra *El libro de los seres imaginarios* (1967) do escritor argentino Jorge Luis Borges. A análise realizada, tanto dos bestiários medievais como da “zoologia fantástica” de Borges, foca a especularidade da tradição medieval ligada ao mundo simbólico na literatura contemporânea, e conclui que o autor argentino retoma e reinventa, em modalidade subversiva, o universo imaginário dos bestiários da Idade Média. Valendo-se da sua estética enciclopédia e numa indagação humanista e existencialista, Borges tenta redefinir a posição do homem no universo e edificar, pela intermediação da metáfora animal, um saber alternativo sobre o mundo e a condição humana.

Os professores Gilmar Bueno Santos e Vagner da Silva Cunha, da Universidade Federal de Minas Gerais (Brasil), analisam os pressupostos doutrinários da ação discursiva de Vieira por meio da noção retórica de *éthos* (flutuante), aplicada pelo orador à invenção do sujeito de enunciação do sermão sacro. Nesse sentido, mobilizando aparelho teórico próprio da análise do discurso, da história e da filosofia, o texto contribui para a discussão quer dos modelos culturais do mundo luso-brasileiro do século XVII quer da doutrina aristotélica dos *éthe*, associada à discussão do *éthos* (caráter) da pessoa do jesuíta Vieira e dos *éthe* dos sujeitos de enunciação de sua oratória.

A doutora Maria Carmen Aires Gomes, da Universidade Federal de Viçosa (Brasil), aborda uma análise discursiva de narrativas jornalísticas sobre pessoas transgêneros através de uma reportagem impressa publicada em 2013 na mídia brasileira. Para além da reflexão sobre a importância do discurso e da força da mensagem como sistemas reprodutores da heteronormatividade, e de notar a ausência de reconhecimento jurídico da identidade destas pessoas no âmbito brasileiro, a autora propõe a integração dos estudos discursivos críticos com os estudos sobre identidades de gênero, corpo e sexualidade. No caso em estudo, a transgeneridade é representada e avaliada no meio jornalístico de maneira vaga, sem um aprofundamento sobre o problema sócio-discursivo analisado, visando e valorizando positivamente o corpo como um produto do marketing, identificado com a modernidade, a liberdade, a irreverência, a ousadia e o glamour.

Por seu lado, o doutor Lucio Menezes Valentim, da Universidade Estácio de Sá (Brasil), estuda no seu texto os repertórios formais na Música Popular Brasileira (MPB). Em concreto, sobre um corpus de seis peças clássicas da MPB, o autor analisa as relações do clássico com o popular dentro da cultura musical do Brasil contemporâneo, estabelecendo e desenvolvendo o vínculo entre o conceito de MPB historicamente considerado e as formas clássicas do verso (da redondilha ao metro alexandrino).

Os dois artigos que encerram este volume localizam-se em duas ramas diferentes da lingüística. A doutora Aurelina Ariadne Domingues Almeida, da Universidade Federal da Bahia (Brasil), contribui para o campo da onomástica e a hagiônimo, assim como da história da língua e a linguística histórica, com a análise da estrutura de certos verbetes do *Dicionário*

Onomástico de José Pedro Machado presentes sobretudo na vertente brasileira da língua, mostrando as suas lacunas e eventuais incoerências. Já a doutora Susana Fontes, da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (Portugal), analisa com o auxílio de ferramentas de linguística computacional a presença dos advérbios em *-mente* na *Gazeta de Lisboa* em dois períodos (anos 1715-1716 e ano 1815), para dessa forma contrastar o seu uso no século XVIII e no XIX, com atenção específica aos advérbios de frase. A perspetiva diacrónica neste estudo da formação de palavras, nomeadamente da sufixação adverbial, contribui também para o esclarecimento do comportamento dos advérbios de frase na língua atual.

O presente volume 110 da *Agália* encerra, como é costume nos números correspondentes ao segundo semestre de cada ano, com uma Ficha de avaliação, na qual é possível encontrar informação sintética sobre os parâmetros científicos e editoriais da revista no ano 2014.

Roberto SAMARTIM
Felisa R. PRADO

Palimpsestos refratários ao tempo: transmissão e interdição dos clássicos latinos

Fábio Frohwein de Salles Moniz

Universidade Federal do Rio de Janeiro — UFRJ (Brasil)

Resumo

Este artigo pretende apontar, na transmissão da literatura latina, aspectos da censura bibliográfica, entendida minimamente como conjunto de procedimentos mecânicos e intelectuais na edição de livros, para orientação da leitura e controle social. Como *corpus* de nossas considerações, selecionamos as *Instruções para os professores de gramática latina, grega, hebraica e de retórica* (1759) e a sátira ix de Juvenal, por ser um de seus poemas mais censurados na tradição textual. Com relação à noção de controle social, baseamo-nos no pensamento de Émile Durkheim e de Michel Foucault, utilizando ainda abordagens mais recentes sobre o tema, sugeridas por Marcos César Álvarez em seu artigo “Controle social: notas em torno de uma noção polêmica” (Álvarez, 2004: 168-176).

Palavras chave: Leitura — Clássicos latinos — Censura bibliográfica — Controle social.

Time Refractory Palimpsests: Transmission and Interdiction of Latin Classics

Abstract

This article intends to point out aspects of the bibliographic censorship in the transmission of Latin literature, minimally understood as a set of mechanic and intellectual proceedings in the edition of books aiming at reading orientation and social control. As a *corpus* for our deliberations, we have selected the *Guidelines for Teachers of Latin, Greek and Hebrew Grammar and Rhetoric* (1759) and the satire IX from Juvenal, one of his most censored poems within the literary tradition. Regarding the notion of social control, we based our study on the thoughts of Émile Durkheim and Michel Foucault, by using newer approaches over the subject, suggested by Marcos César Álvarez in his article “Controle social: notas em torno de uma noção polêmica” (Álvarez, 2004: 168-176).

Key words: Reading — Latin Classics — Bibliographic Censorship — Social Control.

Receção: 30-03-2014 | Admissão: 26-04-2014 | Publicação: 01-09-2015

MONIZ, Fábio Frohwein de Salles. “Palimpsestos refratários ao tempo: transmissão e interdição dos clássicos latinos”. *Agália. Revista de Estudos na Cultura*. 110 (2014): 9-31.

“Exm^o Rm^o Senhor,
no correio passado, [...] recebi uma carta de ofício de Vossa Excelência, na qual me ordenava de se fazer busca aos livreiros, [...] fazendo juntamente apreensão nos livros clássicos de Virgílios, Horácios e Ovídios; [...] fiz apreensão em vinte e cinco livros de Virgílios, Horácios e Ovídios aos estudantes, noticiando-lhes que comprassem as *Selectas* de Chompré [...]” (Verdelho, 1995: 202).

Com essas palavras, José Pereira da Silva Manoel, juiz de fora de Moncorvo (Portugal), prestava contas a Tomaz de Almeida, diretor geral de estudos, em carta de 22 de outubro de 1765. Na verdade, José Pereira apenas colocava em prática diretrizes do Marquês de Pombal com relação à leitura de autores latinos definidas nas *Instruções para os professores de gramática latina, grega, hebraica e de retórica*, documento com força de lei publicado em 1759. Ali, o estadista português prescrevia as famosas edições *ad usum scholarum*: “Todos os doutos recomendam a escolha de livros acomodados para o uso de principiantes; e com este fim trabalharam muitos, e se têm composto vários com muita propriedade e acerto” (Moniz, 2009: 239).

As *Instruções* dividem-se em três capítulos, cada qual dirigido, respectivamente, 1) aos professores de gramática latina, contendo vinte e três parágrafos; 2) aos professores de grego e hebraico, com dez parágrafos; 3) aos professores de retórica, com treze parágrafos. Além do texto propriamente dito, constam também das *Instruções* dezessete marginálias, com indicações bibliográficas ou breves comentários. O capítulo inicial¹, de maior interesse para este artigo, dividir-se-ia ainda em cinco grupos de parágrafos. O primeiro constitui-se dos itens I-III e aborda a importância do estudo do latim, a necessidade de um método pedagógico eficaz e o motivo de elaboração das *Instruções*. O latim faz-se mister para uma boa educação, alicerce da fé e da sociedade, daí a necessidade de meios eficazes para ser bem aprendido, o que resultou na elaboração de *Instruções* aos professores de gramática latina.

O assunto do segundo grupo de parágrafos (IV-XII) é a bibliografia. Instrui-se a adoção de um livro-método em português claro, breve e atraente.

1. Cf. transcrição integral do primeiro capítulo das *Instruções* publicada em Moniz, 2009: 225-244.

Como os estudantes lerão algum autor latino, empregar-se-ão livros adaptados ao seu uso, como histórias seletas e a coleção organizada para jovens cristãos. Os professores, por seu turno, não devem se restringir à coleção, buscando outras edições. Quanto à ortografia, indica-se o compêndio de Luiz Antônio Vernei, para os alunos, e as obras de Cellario, Dausquio, Aldo Manúzio e Schurtzfleischio, para o uso docente. O dicionário latino deve condizer com as necessidades do aluno, sem acúmulos de informações, conciso nas acepções mais comuns aos autores latinos, reservando-se os dicionários sofisticados para os docentes.

O terceiro grupo de parágrafos (XIII-XVII) prescreve procedimentos pedagógicos. Aconselha a se evitarem poetas latinos e temas de redação para alunos iniciantes. Os professores reabilitarão os temas em níveis mais avançados, extraindo-os dos autores latinos, de maneira a serem úteis aos bons costumes. O latim deixará de ser falado em sala, pelo menos nos níveis iniciantes, para se evitarem barbarismos. Os estudantes não serão mais obrigados a decorar versos sem critério de escolha. Ao invés disso, os professores escolherão trechos de obras latinas úteis à instrução, ao exercício da memória e deletáveis.

No quarto grupo de parágrafos (XVIII e XIX), a questão gira em torno de prerrogativas do professor de latim. Uma vez por mês, dará aos alunos o sacramento da eucaristia e lhes tomará a confissão, persuadindo-os de irem à missa, jejuarem e evitarem situações em que a moral e os bons costumes corram perigo. Tem também o dever de ensinar o respeito às autoridades eclesiásticas e seculares, o direito divino e natural, as obrigações do homem cristão, vassalo e cidadão, utilizando-se de exemplos extraídos dos livros usados em sala.

O quinto e último grupo (XX-XXIII) traz informações de cunho operacional. São definidos a duração das aulas, feriados e recessos escolares; procedimento quanto a estudantes advindos de outra classe ou merecedores de castigos. O professor é instruído ainda a comunicar ao diretor quando um aluno tem baixo rendimento, para ser jubilado e não prejudicar a classe. Em caso de doença, em que necessite de mais tempo para se recuperar, o docente comunicará ao diretor, para que consiga um substituto, e não se interrompam as aulas.

De forma geral, a primeira observação que as *Instruções* suscitam é a quantidade maior de orientações aos professores de gramática latina, em comparação aos das demais disciplinas. O documento apresenta, distribuídos em três capítulos, um total de 46 parágrafos, dos quais 23, ou seja, metade, destinados aos latinistas. Talvez isso seja reflexo da mentalidade humanista portuguesa, que conferia importância maior aos estudos latinos, como mostra Telmo Verdelho (1995: 76).

Confrontado com os humanismos alemão, italiano, francês e inglês, em que se nota a ênfase ao latim, grego e hebraico, o ensino humanista em Portugal privilegiou o estudo da língua latina, em detrimento aos outros idiomas da tríade clássica. Percebe-se o desprestígio do ensino do grego já em meados do século XVI, quando a disciplina deixa de ser lecionada na Universidade de Coimbra e migra para o Colégio das Artes em 1551. Tal fenômeno parece estar associado ao espírito prático da mentalidade linguística portuguesa, que encarava o grego como idioma distante da língua e realidade lusitanas, embora aceitasse sua importância para a ciência e a erudição. Igualmente, o hebraico não desfrutou de grande relevância na grade curricular humanista em Portugal, limitando-se o hebraísmo português a produções bibliográficas escassas. A tradição dos estudos linguísticos encontra-se, assim, muito mais ligada ao acúmulo da experiência pedagógica do ensino de latim do que à prática com qualquer outra língua clássica.

Examinadas em sua discursividade, as *Instruções* persuadem enfaticamente não só da importância do latim, bem como da necessidade de certas condições para seu eficaz aprendizado. O ensino de gramática latina é compreendido como um recurso ancilar à manutenção da religiosidade, moral e civilidade. Para tanto, os alunos devem se entusiasmar com os estudos latinos, evitando-se tudo o que lhes venha a tirar o interesse, como lhes obrigar a decorar trechos de obras inutilmente ou a desenvolver temas de redação, quando ainda não estão preparados. Enfim, reitera-se insistentemente a preocupação com o prazer do estudante em aprender latim, para que persista nos estudos latinos e se torne, conseqüentemente, um bom cidadão.

No discurso das *Instruções*, o latim equivale a um canal por meio de que determinadas diretrizes culturais serão inculcadas no aluno: direito natural, direito civil, respeito às autoridades, bons costumes etc. Esses conteúdos ob-

viamente não estão presentes no sistema gramatical latino em si, mas no material didático e nos textos de autores latinos. Por isso, a bibliografia deve ser cuidadosamente escolhida, para que 1) o ensino do latim seja atraente e retenha os alunos até o nível em que lerão autores latinos no idioma original e 2) adquirirão os conteúdos importantes à formação de bons cidadãos. Não é à toa que o grupo de parágrafos sobre bibliografia é o maior dos cinco, contendo nove itens, isto é, 39% do total.

Para uma bibliografia produtora, os professores devem discernir que há edições adaptadas ao uso dos alunos, ao passo que outras se destinam exclusivamente aos docentes. Os livros para os estudantes são projetados com base em critérios pedagógicos, como clareza, didatismo e atratividade; e morais, a exemplo de sua utilidade à aquisição de bons costumes. As *Instruções*, portanto, documentam na história do mundo lusófono o referendo do ensino oficial e secular à distinção bibliográfica entre livros para eruditos e livros *ad usum scholarum*, nos estudos clássicos. Obviamente, os livros *ad usum scholarum* não são uma inovação tecnológica do período pombalino para controle da leitura. Serafim Leite menciona que a Congregação Provincial da Bahia, à imitação da romana, ambas jesuíticas, já propusera em 1583 “que se desse alguma emenda aos livros de humanidades de Plauto, Terêncio, Horácio, Marcial, e Ovídio” e outros em função dos “devaneios que suscitam em cabeças juvenis” (Leite, 1938: 543). As reformas educacionais de Marquês de Pombal, por seu turno, desterraram os jesuítas do ensino institucionalizado, mas, pelo visto, a categoria *ad usum scholarum* permaneceu oficialmente no estudo de autores latinos.

Fábio Frohwein de Salles Moniz estudou a censura bibliográfica numa edição *ad usum scholarum* de poemas de Catulo, Tibulo e Propércio organizada para a formação do Delfim, futuro rei de França: “Se, por um lado, clássico é o autor cuja obra, por se modelar, não deve faltar à formação educacional, por outro, a adulteração de textos, a depredação da obra, foi paradoxalmente a condição *sine qua non* para que o clássico entrasse na educação do delfim” (Moniz, 2007: 56; itálico no original). Um ponto em comum entre as edições *ad usum scholarum* são os expurgos de textos parciais ou integrais e traduções atenuadas. A censura aos clássicos dá-se com um fim prático: as obras são modeladas para se adequarem à formação educacional, quer dizer, não devem

transmitir aos alunos conteúdos contrários ao que se considera bom costume conforme a mentalidade de uma sociedade moderna, burguesa e cristã.

No parágrafo IX das *Instruções*, comenta-se a seleta de autores latinos organizada por Pierre Chompré para jovens cristãos, sugerida no parágrafo VI-II. O principal problema da coleção é não oferecer ao aluno uma boa visão acerca da fábula e da história, embora seja de grande utilidade ao ensino, pois apresenta termos e frases latinas em quantidade. Some-se ainda o fato de estar conforme o pensamento de Quintiliano: “*non auctores modo, sed etiam partes operis elegeris*”² (Quintilien, 1934: 120). Segundo a própria marginália ao parágrafo IX, a citação foi extraída da *Institutio oratoriae*, livro I, capítulo V, em que se discutem quais livros e de que maneira devem ler primeiramente os jovens.

A política educacional pombalina extrapolou a utilização de um instrumento jurídico para controle da leitura dos clássicos. Por meio da citação de abertura deste artigo, temos noção da violência com que se confiscaram livros didáticos e edições de autores latinos que não estivessem nas conformidades das *Instruções*. Os exemplares da *Prosódia* de Bento Pereira, veementemente criticada, foram incinerados. Apreenderam-se edições de poetas como Ovídio, Horácio e Virgílio para que os jovens se vissem forçados à aquisição da seleta de Chompré. Mas estaria o Marquês de Pombal preocupado somente com questões didáticas e pedagógicas? Um certo pavor quanto aos clássicos rondava a mente dos educadores da época. Paula Findlen conta-nos que “os humanistas, como os rapazes do século XVIII diagnosticados como vítimas de onanismo, azedaram seu sêmen por causa da masturbação muito frequente estimulada pelos clássicos” (Findlen, 1999: 53).

Em qualquer civilização, a tradição, seja ela oral ou escrita, enquanto fato social, advém da necessidade de manutenção dos códigos de conduta em vigência. No âmbito literário, a tradição funda-se na conservação da memória de textos de uso repetido, tarefa do filólogo que se divide em três frentes, a saber, 1) salvaguarda dos textos da destruição material, 2) conservação do sentido original dos textos e 3) integração dos textos em conexões mais amplas (Lausberg, 1974: 21-22). Mas uma tradição em que textos são transmiti-

2. Se escolheres não somente os autores, bem como partes da obra (todas as traduções são de responsabilidade do autor deste artigo).

dos sem resignificações e, inclusive, alterações em sua redação, embora constitua o ideal da filologia/crítica textual, não se verifica plenamente em determinados momentos dos estudos clássicos, quer seja no conjunto de edições modernas, quer seja na exegese/ensino das obras de autores latinos.

Há casos em que se constata o extremo oposto da manutenção do texto, isto é, o seu expurgo total/parcial ou tradução atenuada. Em seu prólogo à tradução integral³ das sátiras juvenalianas, o latinista português Francisco Bastos⁴ aborda, entre diversos assuntos, as dificuldades de se traduzir Juvenal, em meados do oitocentos, em Portugal:

Daqui resultou aparecer o poeta mutilado em imensos lugares, nas edições, comentários e versões que publicaram Luiz do Prado, Rodelio, o padre Juvêncio e o padre Tarteron, que penso não foi tão escrupuloso nos trechos que publicou dele, debaixo do nome de Boileau, Mr. Parella em 1827. O mais deplorável é que cada um o desfigurou onde lhe pareceu; um cortou-lhe o nariz; outro tirou-lhe um olho, outro amputou-lhe uma perna, e assim ficou a belíssima estátua inteiramente perdida. Eu segui diverso caminho: mudei a luz ao quadro, de sorte que mais se bruxeleiam os objetos, do que se mostram. Sei que me hão de notar em muitos lugares de demasiada liberdade, mas desejava ver como esses senhores haviam de vencer as dificuldades de apresentar o *quod convenit et quod decet* por outro modo (Juvenal, 1839: xx-xxii. Grifo nosso).

Por meio das palavras de Bastos, percebemos que era, no mínimo, desafiadora a tarefa de traduzir integralmente Juvenal, mantendo, ao mesmo tempo, compromisso com a obra do satírico e respeito aos valores morais da época. Quando cotejamos a tradução portuguesa com o texto latino, sentimos inin-

3. Primeira edição publicada em 1839, em Lisboa.

4. Francisco Antonio Martins Bastos (1799, Lisboa — ?) foi Cavaleiro da Ordem de Cristo e professor de gramática e língua latina. Publicou livros de poemas seus em português e latim, além de compêndios de gramática e literatura latinas. Traduziu Horácio, Virgílio, Tito Lívio, Pérsio e Juvenal.

terruptamente a tensão entre a vontade do latinista de trazer todo o Juvenal para o português e a obrigação de decoro por parte do educador e homem ligado ao alto escalão da sociedade lusitana do século XIX — o tradutor lecionou latim para D. Pedro V e outros aristocratas portugueses.

Graças a tais esclarecimentos, as soluções de tradução adotadas por Bastos podem ser entendidas em seu tempo. Nessa perspectiva, não constituem demérito do tradutor, mas vicissitudes do momento histórico que influenciaram a recepção/transmissão dos clássicos no oitocentos português. Não se trata, portanto, de falta de competência do tradutor, mas de imperativos morais da época, não mais vigentes atualmente como código de conduta social, que coagiram Bastos a mudar “a luz ao quadro, de sorte que mais se bruxeleiam os objetos, do que se mostram” (Juvenal, 1839: xxii).

Em seu prólogo, Bastos, portanto, justifica suas escolhas e aproveita ainda para pedir indulgência ao leitor. O tradutor teve de mudar a luz do quadro, em outras palavras, sentiu-se constrangido e coagido moralmente a atenuar a tradução de trechos das sátiras juvenalianas. Por outro lado, o texto latino não foi expurgado, motivo para que Bastos se orgulhasse e se sentisse redimido, já que, não alterando a obra de Juvenal, seguiu “diverso caminho [...]” (Juvenal, 1839: xx-xxii) de tradutores/editores que o precederam. Sua intervenção não incidiu diretamente no texto latino e, portanto, seria, em seu entender, muito mais branda do que “mutilar”, isto é, expurgar a obra de Juvenal, como fizeram Louis Desprez e os padres Tarteron e Juvêncio. Mas o que haveria de constrangedor na poesia do satírico que motivasse interdição? Vejamos o caso da sátira IX, de especial interesse para este trabalho, já que se mostra, ao longo das edições modernas do texto juvenaliano, uma das mais censuradas.

Único poema, entre as dezesseis sátiras de Juvenal, a se estruturar totalmente em forma de diálogo, a sátira IX coloca em cena o personagem fictício Névolu, um *cliens*, falido e amargurado em função de seu patrono, Virrão, não lhe pagar à altura pelos serviços sexuais prestados. O poema inicia com a pergunta da *persona* satírica a Névolu sobre o motivo de sua melancolia e da mudança súbita de humores, uma vez que no passado ele vivia a gracejar mordazmente e esbanjava impetuosidade. Névolu exhibe a tristeza de Mársias — o petulante arqueiro frígio supliciado por Apolo — ou de alguém que tenha sido flagrado em situação vexatória.

Antes extremamente vaidoso, Névolο tornou-se figura de aparência decrépita. Exibe o semblante carregado, cabelo e pele descuidados, pernas não mais depiladas, enfim, aspecto muito distinto do adúltero que outrora seduzia até os maridos que acompanhavam suas mulheres aos templos. Frente à curiosidade da *persona* satírica, Névolο explica a causa de tamanha decadência: sua profissão, muito útil a várias pessoas, não lhe tem propiciado o devido retorno financeiro. Virrão, patrono avarento de Névolο, paga com mercadorias baratas pelos serviços sexuais. Por isso, o *cliens* deplora sua situação. Maldiz, inclusive, dispor de um pênis avantajado, já que de nada adianta a quem é desfavorecido pela sorte.

Além de ser mal recompensado, o trabalho é desagradável e humilhante. Arrepende-se de ter, muitas vezes, contribuído para salvar o casamento de Virrão, ajudando-o, sobretudo, a ganhar filhos e, assim, levando-o a usufruir dos direitos paternais e testamentários. O patrono nada disso considerou, uma vez que Névolο nada ou muito pouco recebeu em troca pelos favores. A *persona* satírica acha justa a reclamação de Névolο, mas pergunta-lhe o que Virrão alega para tratá-lo dessa forma. O interlocutor responde apenas que o patrono o despreza e busca um substituto para colocar em seu lugar.

Névolο pede à *persona* satírica que guarde em segredo suas reclamações, pois não há nada mais perigoso do que a cólera de um rico efeminado, cuja riqueza pode comprar grande quantidade de veneno. A ingenuidade do *cliens*, porém, é motivo de zombaria, já que não é possível guardar segredo sobre os hábitos dos ricos — os escravos da casa ou os funcionários das tabernas encarregar-se-ão espontaneamente de maquinar boatos. Melhor é, na opinião do satírico, viver de forma honesta para que não haja necessidade de se acautelar quanto à má língua dos escravos. Embora o conselho seja útil, Névolο precisa de orientação específica à sua situação, uma vez que perdeu muito tempo e que sua juventude foi consumida ao lado de um patrono que não soube lhe dar valor. A *persona* satírica tenta consolar Névolο, garantindo que nunca faltarão patronos efeminados em Roma e que não haverá, portanto, escassez de trabalho. O conselho do satírico, entretanto, é muito abstrato. A Névolο interessam apenas soluções concretas para sua penúria, já que o único meio de que dispõe para obter o sustento é seu talento para o sexo.

Em linhas gerais, Juvenal, na sátira IX, trata dos hábitos efeminados dos homens de sua época. A questão do homoerotismo masculino é abordada também na sátira II, em que a *persona* satírica do poema critica os falsos filósofos que, não obstante aparência e conduta públicas guiadas pelo estoicismo, praticam vícios na vida particular. O satírico lança-se, ainda, ao problema da hipocrisia e da decadência da aristocracia romana, personalizados nas figuras de Crético, Oto e Graco. Cada qual, a seu jeito, é marcado por comportamentos efeminados e representa, no ponto de vista da *persona* satírica, a subversão de valores fundados na boa conduta com relação a religião, família e exército, instituições fundamentais da sociedade romana.

O homoerotismo, na obra juvenaliana consiste, portanto, num tema, dentre inúmeros outros, relacionado ao *tópos* da degradação da sociedade romana. A crítica de Juvenal à realidade social de Roma ilustra de modo representativo a ideologia⁵ que se afirmou no discurso das classes dirigentes durante a dinastia Flaviana, efeito de uma alteração que “puede asociarse con un cambio social más amplio” (Goodyear, 1989: 734) e que reflete uma alteração de espírito da sociedade romana. Embora rareiem informações acerca da biografia de Juvenal, estima-se que sua atividade poética teria começado pouco depois da morte de Domiciano, aproximadamente em 100 d.C., por volta dos quarenta anos do poeta, e prosseguiu ao longo dos principados de Trajano e Adriano (Souza, [1977]). Produzida no final da Dinastia dos Flávios ou no início do período dos Antoninos, a sátira juvenaliana assinala reatividade à introdução de costumes estrangeiros e aos modos efeminados dos homens, lembrando-nos o conservadorismo fundado na antiga *gravitas*, um dos valores nacionais da alma original romana, a qual a Roma Flaviana buscou retomar. Juvenal, assim, criticará a miscigenação cultural ocorrida em Roma em função da absorção de elementos advindos de outros povos. Aos olhos de romanos tradicionalistas, como Juvenal, a transformação do comportamento romano significava corrupção de costumes, degradação moral e subversão dos valores nacionais.

5. Por ideologia, entendemos o conjunto de ideias que servem para justificar e explicar a ordem social, as condições de vida do homem e as relações que ele mantém com os outros homens (Fiorin, 2007: 26-31).

Ao justificar a opção pelo gênero satírico em sua programática sátira I, Juvenal esclarece que essa é a única forma de poesia a possibilitar o retrato realista de sua época, já que objetiva atacar, em última instância, a corrupção de costumes e as injustiças sociais, que motivam sua ira e *indignatio*. Assim, nos vv. I, 25-29, Juvenal elenca uma série de personagens representativos dos vícios da sociedade romana, que, sistematicamente, serão alvo em sua obra como um todo: advogados, magistrados e tutores corrompidos, falsificadores, caçadores de testamento, libertos novos-ricos, clientes, rufiões, homens efeminados e pervertidos, entre outros exemplos de tipos envolvidos em atos ilícitos ou vergonhosos segundo os hábitos tradicionais romanos (Vitorino, 2003).

René Martin e Jacques Gaillard situam a sátira entre as formas do gênero afetivo, juntamente com as poesias lírica, bucólica e elegíaca, uma vez que não vêm por que “a expressão poética de uma emoção violenta, como a raiva, deva ser separada de outro sentimento forte como o amor” (Martin; Gaillard, 1990: 318). Assim sendo, a poesia satírica, quanto ao fundo, apresenta como elemento estruturador fundamental uma *persona* satírica, portavoz do poeta, ainda que empregada a tensão dialógica entre dois personagens como estratégia discursiva de exposição dos pontos de vista antagônicos, a exemplo da conversa entre o satírico e Névolus na sátira IX. Essa *persona* caracteriza-se pelo desejo incontido de delatar a verdade (Silva, 2001). Mobiliza-se pela intenção de denunciar a realidade, o que constitui um segundo elemento estruturador do gênero: o objetivo de corrigir os vícios da humanidade, combatendo-os por meio da derisão ou pela crítica violenta, como anuncia Juvenal em sua sátira inicial.

A atitude da *persona* satírica de crítica à sociedade, por sua vez, alia-se à presença de determinados *tópoi*. O satírico elege temas específicos entre a vastidão de possibilidades que oferece a panorâmica da vida humana: atitudes, costumes, reações, que seus concidadãos vêm sem dúvida como coisa normal e que afetam o poeta até chegar à indignação. Podem assinalar-se duas ramificações no objetivo da sátira, a saber, a) denunciar a corrupção de valores; e b) fazer o leitor ver a responsabilidade que tem nessa corrupção. Sendo assim, a sátira latina tem caráter de ensinamento moral, a base de um terceiro elemento do gênero: a temática. Apesar da diversidade de tons de cada satírico, observa-se certa coincidência temática, que permite se falar da existência de

tópoi. No caso da sátira IX, o *tópos* que a conecta às demais, no todo orgânico da obra de Juvenal, é a corrupção dos costumes.

A essas características gerais do gênero, devemos acrescentar marcas peculiares de cada satírico. No caso da poesia juvenaliana, um dos seus traços mais característicos é a *persona* satírica marcada, essencialmente, pela indignação⁶ frente ao colapso moral da sociedade romana. A *indignatio* é um das questões da obra de Juvenal mais abordadas ao longo de sua recepção crítica e não apresenta consenso, quer seja entre estudiosos, quer seja entre eruditos e literatos. Para uns, como o autor romântico francês Victor Hugo, a *indignatio* juvenaliana fundamentar-se-ia num sentimento republicano desgostoso com o Império e, assim, derivaria da reação de um homem virtuoso contra a corrupção dos costumes que começou a se aprofundar desde a dinastia Júlio-Claudian e atingiu o ápice com Domiciano. Para outros, essa *indignatio* corresponderia à inveja de Juvenal decorrente da preferência de que contemporâneos desfrutavam e ao seu ódio frente ao desprezo sofrido pelos poetas, que tinham que adotar a posição de *clientes* para sobreviver. Por outro lado, existe uma linha de críticos que não vêem sinceridade na *indignatio* e consideram-na um exercício de retórica, já que o poeta se refere a pessoas que já morreram (Souza, [1977]).

Textualmente, esse sentimento de revolta é urdido por meio de determinados recursos literários. A sátira juvenaliana encontra-se, assim, expressivamente marcada por figuras de estilo (hipérboles, metáforas etc.), devido à formação e intensa prática retórica de Juvenal; palavras gregas, arcaísmos, termos coloquiais e de baixo calão — como *cinaedus*, *pathicus*, *terere*, *agere*, *moechus*, *inclinare*, *neruus*, *penis*, *viscera*, *inguina*, para ficarmos com exemplos apenas da sátira IX —, que conferem realismo à linguagem por meio de que se concretiza, no tecido poético, uma vigorosa descrição de detalhes da reali-

6. A *indignatio* de Juvenal foi muito discutida ao longo da fortuna crítica do poeta, o que deu margem a linhas de interpretação as mais diversas, algumas fundamentadas em dados biográficos; outras, em vicissitudes da economia interna da sátira juvenaliana, que apresenta nítida influência da retórica, ou ainda em convenções do gênero satírico e em motivações políticas (Vitorino, 2003: 98-103). Acerca da *indignatio* juvenalina, sugerimos ainda a leitura do prólogo da tradução espanhola das sátiras de Juvenal, por Rosario Cortés Tovar, em especial da seção “Libros I-II: la *indignatio*” (Juvenal, 2007: 34-87).

dade humana. Esses elementos lexicais, muito presentes na poesia de Juvenal, constituem, na verdade, um legado linguístico da sátira desde seu advento enquanto gênero literário com Lucílio, o primeiro satírico latino.

Se, numa leitura superficial, sobressai-se, na sátira IX, o ofício de Névolos, homem efeminado e prostituto, merece atenção o fato de o satírico não descarregar a força de sua *indignatio* contra essa personagem. Conquanto tenha-se anunciado na sátira I que clientes, efeminados e pervertidos seriam alvo de críticas, a leitura mais atenta da sátira IX não nos transmite indignação ou, mesmo, juízo negativo da *persona* satírica com relação a Névolos, mas, ao contrário, certa compaixão para com ele.

Como apontamos, o poema estrutura-se em diálogo, cuja troca de turnos dá-se entre a *persona* satírica e Névolos. Os turnos do satírico correspondem a 55 versos, ao passo que as falas de Névolos ocupam 95 versos — respectivamente, 37% e 63% do total de 150 versos do poema. O espaço da sátira IX, portanto, é muito mais ocupado por Névolos, e o poema transformar-se-ia num monocórdico lamento do *cliens* quanto a seus sofrimentos, senão pelas breves intervenções do satírico, que parece mostrar-se interessado pelo caso do interlocutor, a começar pela própria pergunta inicial.

A sátira segue com a exposição que Névolos faz de seus males, num longo turno de 64 versos, pouco menos da metade do poema, interrompido pela curiosidade reincidente da *persona* satírica. Fazendo as vezes de magistrado — aqui não podemos negligenciar associações com a vivência do poeta no meio judicial —, o satírico julga procedente a reclamação de Névolos, como se tratasse de um tribunal de pequenas causas. Mas, se por um lado, Névolos, o reclamante, passa incólume à cólera do satírico, o mesmo não notamos com relação ao patrono do *cliens*. Em nossa proposta de leitura, Virrão é o verdadeiro vilão da sátira IX e, esse sim, representa um segmento apodrecido da sociedade romana da época.

O ponto alto da crítica ocorre quando Névolos revela à *persona* satírica que engravidou a esposa de Virrão, para que o patrono usufruísse das leis testamentárias romanas. As leis *Iulia de maritandis ordinibus* e *Papia Poppea* definiam que homens solteiros e casados sem filhos perdiam o direito à herança, os primeiros totalmente e os segundos, parcialmente. Só gozavam do direito aos *bona caduca* homens casados que tivessem filhos. A *Lex Papia Poppea* es-

tabelecia ainda que homens casados que tinham mais de três filhos ficavam isentos de impostos pessoais. Portanto, Virrão, enquanto homem efeminado, não teria direito à herança, não fosse a contribuição de Névolos, escusa mas providencial.

O homoerotismo na sátira IX, portanto, exige-nos compreensão de questões complexas no horizonte da cultura latina, que vão além da discussão em torno apenas de sexualidade. Segundo Williams (1999a), tanto atos quando parceiros sexuais não eram classificados, na Antiguidade, em função de gêneros. A categorização, no entender de Parker (1997), assentava-se na atividade sexual propriamente dita, isto é, no fato de que o “ativo” penetra o orifício (vagina, ânus, boca) do corpo de alguém que se encontra em posição social/sexual inferior e é visto, portanto, como “passivo”, seja qual for o sexo. Nessa perspectiva, tanto o *uir* (macho, ativo, *fututor*) quanto a *femina* (fêmea, passiva, *fututa*) não necessariamente corresponderiam à categoria moderna de heterossexual. A relação entre homem e mulher na Roma antiga estava diretamente vinculada à instituição do casamento, buscado pelo cidadão “para espousar um dote (era um dos meios honrosos de enriquecer) e para ter, em justas bodas, rebentos que, sendo legítimos, recolheriam a sucessão; e perpetuariam o corpo cívico, o núcleo dos cidadãos” (Veyne, 2004: 48). Assim, o sexo entre homens e mulheres independia da noção de prazer, já que a existência apenas de relações homoeróticas comprometeriam a manutenção da espécie/*ciuitas*, aos olhos da sociedade antiga⁷. Homens efeminados, *uiri fututi* — paroxismo para a mentalidade romana tradicionalista —, não produziriam prole e, portanto, não deveriam ser recompensados social e tributariamente.

Nessa linha de leitura, entendemos que uma das mais acerbas críticas empreendidas por Juvenal na sátira ix não se direciona especificamente ao homoerotismo de Virrão ou de Névolos, mas, antes, ao fato de um membro das classes dirigentes, que deveria ser exemplo de conduta social, contornar as leis romanas, no caso, as leis testamentárias, para se beneficiar. No entanto, ao

7. Para um estudo mais completo sobre o homoerotismo na Roma antiga, sugerimos ainda a leitura de Feitosa; Funari; Silva, 2003; Halperi, 2002; André, 2006; Buffière, 1980; Lilja, 1983; Skinner, 2005; Williams, 1999b.

longo da tradição impressa da obra juvenaliana, o homoerotismo masculino assumiu primeiro plano, a ponto de, em algumas edições, a sátira IX vir intitulada “*Cinaedi et pathici*”. O título, atribuído por editores a partir de palavras extraídas do próprio poema, estabelece uma oposição estanque de papéis sexuais inerentes à relação homoerótica masculina, a saber, o ativo — κίναϊδος (v. 37) e o passivo — *pathicus* (v. 130), que não corresponderia à complexidade do homoerotismo masculino no mundo romano antigo. Esse excessivo destaque grifa o conteúdo “obsceno” do texto para obviamente alertar o leitor, gesto típico da mentalidade burguesa e moderna que busca reprimir o sexo entre homens, desqualificado por não se enquadrar no esquema da sexualidade produtiva, e “o que não é regulado para a geração ou por ela transfigurado não possui eira, nem beira, nem lei. Nem verbo também. É ao mesmo tempo expulso, negado e reduzido ao silêncio. Não somente não existe, como não deve existir e à menor manifestação fá-lo-ão desaparecer — sejam atos ou palavras” (Foucault, 2001: 10).

Daí o constrangimento de Francisco Bastos ao traduzir certas passagens polêmicas da sátira IX, como a denúncia de Névolos quanto a ter engravidado a esposa de Virrão. O tradutor português, não obstante mantenha a problemática das leis testamentárias, atenua a questão em torno da paternidade biológica do *cliens*: “Pérfido! ingrato! julgas pouco os filhos/ Teus me deveram quanto são, e valem?/ Honras-te seres pai, e ver na lista/ O nome teu escrito decoroso”/ As portas engrinalda, honrado vives!/ Campeias Pai, direito tens de herança,/ Legados receber, quaisquer que forem/ Tens além disto privilégio imenso,/ Quando com filhos três te ostentas ledos” (Juvenal, 1990: 90). Daí também uma série de expurgos em edições modernas da obra de Juvenal, relacionados direta ou indiretamente ao homoerotismo masculino, conforme exporemos adiante.

O rótulo “*Cinaedi et pathici*” prenuncia, assim, personagens que encarnam esses papéis — Névolos (ativo) X Virrão (passivo). Por outro lado, se considerarmos a hipótese de o Névolos de Juvenal ser o mesmo Névolos que aparece no epigrama III, 71, de Marcial — o que de resto ocorre com outras personagens —, a ideia de uma cristalização dos papéis sexuais homoeróticos masculinos é totalmente equivocada. Em Marcial, Névolos é passivo: “Mentu-

la cum doleat puero, tibi, Naeuole, culus./ Non sum diuinus, sed scio quid facias”⁸. Edoticamente, perdeu-se essa oposição, ao longo do tempo, em edições francesas — “*Les protecteurs et les protégés obscènes*” — e luso-brasileiras — “Os protetores e os protegidos obscenos” —, permanecendo, no entanto, o homoerotismo no centro dos cuidados de editores, tradutores e comentaristas, uma vez que, conforme veremos, o texto desse poema sofrerá censura em função da presença de elementos considerados obscenos pelo mundo moderno.

Obras latinas em que se verifica a temática do homoerotismo consistem, portanto, em expressivo *corpus* de investigação sobre censura bibliográfica na transmissão dos clássicos, já que o sexo entre homens ou entre mulheres, considerado estéril no horizonte das sociedades modernas e capitalistas, é alvo de repressão que “funciona, decerto, como condenação ao desaparecimento, mas também como injunção ao silêncio, afirmação da inexistência e, consequentemente, constatação de que, em tudo isso, não há nada para dizer, nem para ver, nem para saber” (Foucault, 2001: 10). A sátira IX, por expor uma relação homoerótica masculina, será um dos poemas de Juvenal mais censurados ao longo das edições modernas.

No prólogo de sua edição portuguesa, Francisco Bastos desculpava-se previamente, porque teve de mudar a luz do quadro na tradução das sátiras juvenalianas. Mas, ainda assim, sentia-se no direito de reclamar que editores e tradutores “mutilaram” o texto de Juvenal, citando os nomes de Prado, Rodellio e dos padres Juvêncio e Tarteron. Na edição das sátiras juvenalianas integrante da coleção francesa *Ad usum Delphini*, Ludovicus Prateus — nome latino do professor Louis Desprez — expurgou nove dos dezesseis poemas. No total, 79 versos foram suprimidos parcial ou integralmente. O padre jesuíta francês Tarteron, por sua vez, em edição bilíngue (Perse; Juvenal, 1706), foi muito mais severo do que Prado nos expurgos e, somente com relação à sátira IX, cortou 48 versos.

Os expurgos de Prado e de Tarteron diferem sensivelmente quanto ao número e à extensão dos trechos censurados. O primeiro limitou-se a elimi-

8. Embora ao escravo doa o caralho, a ti, Névolô, [dói] o cu./ Não sou advinho, mas sei o que fazes (agradecemos a informação desse epigrama de Marcial ao pesquisador Filipe Costa, mes-
trando em Letras Clássicas do Programa de Letras Clássicas da ufrj).

nar apenas passagens marcadas por léxico relacionado a ato sexual e genitália — *inguen* (v. 4 e 136), *moechus* (v. 25), *inclinare* (v. 26), *neruus* (v. 34), *nudus* (v. 35), κίναιδος (v. 37), *agere* (v. 43), *penis* (v. 43) e *pathicus* (v. 103). O segundo, no entanto, retirou não somente passos assinalados por essas palavras, bem como outros com desdobramentos da temática homoerótica, constrangedores também para a moral da época do editor/tradutor, a exemplo dos trechos relativos aos v. 70-72 e 75-89 — a forma com que Virrão burla as leis testamentárias romanas. Embora essa passagem não apresente propriamente vocabulário obsceno, numa perspectiva moderna do termo, Névolô revela à *persona* satírica que engravidou a esposa de Virrão, para que o patrono pudesse receber os *bona caduca*. Conforme explicamos, as leis *Iulia de maritandis ordinibus* e *Papia Poppea* impediam que homens sem filhos, tanto solteiros quanto casados, tivessem acesso à herança.

Todavia, se seríamos indulgentes para com a tradução atenuada de Francisco Bastos, por levarmos em conta fatores coercitivos do momento histórico, por que não igualmente para com Prado e Tarteron? Em nosso raciocínio, todos esses homens de cultura, coagidos por critérios morais, recorreram a expedientes afins, seja a tradução atenuada, seja o expurgo de versos ou de poemas inteiros de Juvenal, isto é, fizeram uso de mecanismos de controle da leitura. O tradutor português reclama da “mutilação” praticada por Prado, Tarteron e Juvêncio, que publicaram edições expurgadas das sátiras juvenalianas. A esses casos, acrescentaríamos um sem-número de procedimentos de controle da leitura encontrados não só em edições modernas de vários outros autores latinos, como Plauto, Catulo, Horácio, Tibulo, Propércio, Ovídio e Apuleio, bem como em atos do poder oficial, conforme vimos inicialmente na apreensão de livros feita como concretização das prescrições de Marquês de Pombal em suas *Instruções*.

Na transmissão da cultura clássica, as figuras de educador, tradutor e editor frequentemente mantêm estreito contato ou até se confundem. Aldo Manúzio, primeiro grande editor do Humanismo, que publicou aproximadamente 150 obras clássicas, foi, inicialmente, professor e tornou-se editor *a posteriori*, realizando editorialmente os objetivos da educação humanista definidos por Erasmo de Rotterdam. A edição de textos — conjunto de procedimentos mecânicos e intelectuais regulados pela filologia — reveste-se da

função social de “vigiar a tradição litúrgica e também literária da comunidade”, e “a tarefa básica dos filólogos consiste em salvar os textos da destruição material” (Lausberg, 1974: 21). Mas, sabemos, essa salvaguarda nunca foi imparcial e desprovida de interesses para além das qualidades literárias dos textos.

A atuação do editor até o advento da moderna ciência filológica no século XIX com Karl Lachmann, era muito influenciada pelo subjetivismo. Lachmann, no prefácio de sua edição de Lucrécio, publicada em 1816, censurava o “sistema, vigente em sua época, de editar um autor tomando por base uma edição autorizada e introduzindo nela as modificações segundo o arbítrio pessoal” (Spina, 1994: 72). O filólogo alemão desconfiava, inclusive, dos “manuscritos de época humanista, porque se trata usualmente de exemplares alterados, e aprontados num desejo de elegância e perfeição formal” (Spaggiari; Perugi, 2004: 31).

Longe de adotarmos a postura condenadora de Lachmann ou de demais filólogos, preferimos compreender as arbitrariedades de editores e de tradutores como a concretização de algo para além de individualismos. Esses personagens consistem, antes de mais nada, em agentes sociais, e, portanto, suas intervenções no texto dos autores clássicos remetem a causas bem mais complexas do que as adulterações, omissões ou traduções atenuadas de passagens apontariam em primeira análise — refletem fatos sociais que permeiam as decisões dos indivíduos e suas idiossincrasias.

Segundo Émile Durkheim (1973), os fatos sociais correspondem a formas de conduta, de pensamento ou, ainda, de sentimento exteriores ao indivíduo, que exercem poder de coerção, independentemente de sua vontade ou concordância. Não devem, portanto, ser confundidos com fenômenos orgânicos, uma vez que são representações e ações, nem com fenômenos psíquicos, pois não se originam nem dependem da consciência dos indivíduos mas da sociedade integral ou parcialmente compreendida, no âmbito de ordens religiosas, escolas políticas, literárias, corporações profissionais, entre outras.

Nesse sentido, Durkheim entende que a educação funciona como um mecanismo por meio do qual a sociedade impõe ao indivíduo maneiras de ver, de sentir e de agir, que não seriam apreendidas espontaneamente. As *Instituições* de Marquês de Pombal, em seus parágrafos XVIII-XIX, documentam como o ensino de latim permaneceu indissolivelmente vinculado à religião,

moral e bons costumes, ainda que durante o afastamento dos jesuítas do ensino oficial em todo o território de língua portuguesa. A educação objetiva criar o ser social, por meio da coação, que, em última instância, nada mais é do que a pressão da sociedade, exercida pela pessoa dos pais ou educadores sobre a criança, buscando moldá-la à sua imagem e semelhança. Na esteira do sociólogo alemão, aplicamos seu entendimento de educador aos editores, tradutores e organizadores de várias edições de clássicos, uma vez que, como afirmamos, a publicação de autores greco-latinos surge, no Humanismo, como extensão da proposta educacional erasmiana⁹. Para Erasmo (Roterodami, 1516), importava a leitura dos gregos e dos latinos, sobretudo, por uma questão pedagógica, já que, no entender do humanista, todo o conhecimento contido nessas duas literaturas era vital para a humanidade.

No entanto, Aldo Manúzio, em nenhuma de suas edições, praticou o expurgo, empreendendo zelosa pesquisa de fontes para oferecer aos leitores o texto dos autores gregos e latinos com a máxima confiabilidade possível. As primeiras edições modernas contendo textos censurados surgirão, coincidentemente ou não, no século XVII, “início de uma época de pressão própria das sociedades chamadas burguesas” (Foucault, 2001: 21), a exemplo da coleção *Ad usum Delphini*, publicada no século xvii, na França. Voltada à formação do Delfim, futuro rei de França, a coleção logrou sucesso *extra muros*, de modo a volumes seus se encontrarem em bibliotecas não só de aristocratas de outros países, a exemplo da Real Biblioteca Portuguesa, incorporada posteriormente à Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, como ainda nos acervos particulares de intelectuais como o magistrado e escritor espanhol Gaspar Melchor de Jovellanos. Os mentores da coleção — o Duque de Montausier, homem de grande rigor moral, e o literato Pierre Daniel Huet, ambos tutores do Delfim — almejavam, além de melhorar a qualidade das edições de autores latinos em uso, resgatar a literatura latina da decadência causada pela crise no ensino de humanidades, sobretudo em função do fechamento sistemático dos colégios da Companhia de Jesus.

A coleção *Ad usum Delphini* reintroduzia o texto original das obras latinas, em lugar de traduções, e oferecia ainda explicações em latim. Os auto-

9. Sugerimos, como complementação à nossa abordagem do tema, a leitura de Canfora, 1980.

res eram traduzidos em prosa latina, e, assim, intensificava-se o hábito de leitura em latim. O projeto, desenvolvido após 1670, revolucionou o mercado francês de clássicos latinos — até então a ideia de coleção consistia na reunião de belas passagens, uma série de extratos ou ainda na compilação de passagens de um mesmo autor —, pois pela primeira vez oferecia o agrupamento ordenado e uniforme dos autores pagãos. Não obstante as virtudes e grandiosidade do empreendimento editorial, alguns volumes foram duramente criticados, entre os quais, a já mencionada edição das sátiras completas de Juvenal e Pérsio, sob a responsabilidade de Louis Desprez, cujos expurgos dos textos dos satíricos indignaram Pierre Bayle, professor universitário francês radicado na Holanda: “*Qui nous a donné le droit de mutiler les monumens des Anciens?*”¹⁰ (Bayle, 1727: 144). Pouco mais de um século depois, a “mutilação” do texto juvenaliano por editores voltaria a ser motivo também de reclamação para o tradutor português Francisco Bastos.

Felizmente, a obra dos clássicos sobreviveram às intervenções diretas ou indiretas de editores, tradutores e comentadores, como um palimpsesto refratário ao tempo. Uma arqueologia da transmissão da cultura clássica revela questões importantes sobre nossa complexa maneira de lidar com o mundo antigo — misto de fascínio e estranhamento — e nos mostra que tradição e censura são fenômenos relacionados entre si, faces da mesma moeda. Não obstante cerceamentos, as obras antigas resistem ao tempo, acumulando camadas de significados, fruto das análises, leituras, traduções e, mesmo, expurgos de agentes sociais representativos das mais diversas épocas e culturas. Na conferência de abertura da XXXII Semana de Estudos Clássicos¹¹, o professor Jacynto Lins Brandão definiu que “clássico é tudo o que se abre à usura do tempo”. Como modesta contribuição, acrescentaríamos que clássico é tudo o que sobrevive e se enriquece com a usura do tempo, já que o esquema policialesco construído ao longo dos séculos, seja por meio de buscas, apreensões e fogueiras, seja por meio de sofisticada tecnologia de censura bibliográfica, revela a pujança do clássico, que atravessou tantos obstáculos, não sem hoje exibir suas cicatrizes.

10. Quem nos deu o direito de mutilar os monumentos dos Antigos?

11. Realizada na Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Brasil), de 5 a 7 de novembro de 2013.

Bibliografia

- ÁLVAREZ, M. C. “Controle social: notas em torno de uma noção polêmica”. *São Paulo em Perspectiva*. 18, 1(2004): 168-176.
- ANDRÉ, Carlos Ascenso. *Caminhos do amor em Roma: sexo, amor e paixão na poesia latina do século I a. C.* Lisboa: Cotovia, 2006.
- BAYLE, Pierre. *Continuation des pensées diverses* (ouuvres diverses, Ed. E. Labrousse and G. Olms, 5 vols. Hildesheim: G. Olms) [1727], 1966.
- BUFFIÈRE, Félix. *Éros Adolescent: la pédérastie dans la Grèce Antique*. Paris: Les Belles Lettres, 1980.
- CANFORA, Luziano. *ideologie del classicismo*. Torino: Einaudi, 1980.
- DURKHEIM, E. *As regras do método sociológico e outros textos*. São Paulo: Abril Cultural, 1973.
- FEITOSA, L.; FUNARI, P. P.; SILVA, G. *Amor, desejo e poder na antiguidade*. Campinas: EdUnicamp, 2003.
- FINDLEN, P. “Humanismo, política e pornografia no Renascimento italiano”. In: hunt, L. (org.) *A invenção da pornografia*. São Paulo: Hedra, 1999, 49-114.
- HALPERI, M.D. *How to do the history of homosexuality*. Chicago: University of Chicago Press, 2002.
- FIORIN, J. L. *Linguagem e ideologia*. 8ª ed. São Paulo: Ática, 2007.
- FOUCAULT, m. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. 14ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001.
- GOODYEAR, F. R. D. “Retórica y erudición”. In: KENNEY, E.J.; CLAUSEN, W.V. (org.) *Historia de la literatura clásica*. Madrid: Gredos, 1989. v. 2, 734-740.
- JUVENAL, D. J. *As satyras*. Lisboa: Imprensa de Candido A. da S. Carvalho, 1839.
- *Sátiras*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1990.
- *Sátiras*. Rosario Cortés Tovar (trad.). Madrid: Cátedra, 2007.
- LAUSBERG, H. *Linguística românica*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1974.
- LEITE, S. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Lisboa: Portugalia, 1938. v. 2.
- LILJA, S. *Homosexuality in Republican and Augustan Rome*. Helsinki: SSF, 1983.

- MARTIN, R.; GAILLARD, J. *Les genres littéraires à Rome*. Paris: Nathan, 1990.
- MONIZ, F. F. S. “A leitura dos clássicos a partir da reforma do Marquês de Pombal”. *Cultura e Fé*. 125 (2009): 225-244.
- MONIZ, F. F. S. “Expurgar para ensinar: a censura da bibliografia destinada à educação do Delfim”. *Anais da Biblioteca Nacional*. 122 (2007): 49-57.
- PARKER, H. N. “The teratogenic grid”. In: hallet, J.P.; skinner, M.B. (org.). *Roman sexualities*. Princeton; New Jersey: Princeton University Press, 1997.
- PERSE; JUVENAL. *Traducción des Satyres*. Paris: Compagnie des Libraires, 1706.
- QUINTILIEN. *Institution Oratoire*. Paris: Garnier Frères, 1933-1934. v. 4 (livres X — XII), 1934.
- ROTODAMI, Erasmi. *De ratione studii, ac legendi interpretandique auctores libellus aureus*. Argentorati: Ex Aedibus Matthiae Schurerii, 1516.
- SILVA, M. E. S. “Juvenal: aspectos temáticos e estilísticos”. *Calíope Presença Clássica*. 10 (2001), 135-152.
- SKINNER, M. B. *Sexuality in Greek and Roman Culture*. Oxford: Blackwell, 2005.
- SOUZA, R. A. *Manual de história da literatura latina*. Belém: Serviço de Imprensa Universitária, [1977].
- SPAGGIARI, B.; PERUGI, M. *Fundamentos da crítica textual*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.
- SPINA, S. *Introdução à ecdótica: crítica textual*. 2ª ed. São Paulo: Ars Poetica; EdUSP, 1994.
- VERDELHO, T. *As origens da gramaticografia e da lexicografia latino-portuguesas*. Aveiro: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1995.
- VEYNE, P. *História da vida privada: do Império Romano ao ano mil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- VITORINO, M. C. *Juvenal: o satírico indignado*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2003.
- WILLIAMS, C. A. *Roman homosexuality: ideologies of masculinity in classical antiquity*. Oxford: Oxford University Press, 1999a.
- WILLIAMS, C. *Roman Homosexuality*. Oxford: OUP, 1999b.

Nota curricular

Fábio Frohwein de Salles MONIZ. Doutor em Letras e professor adjunto de Língua e Literatura Latinas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, Brasil). Pesquisa em transmissão da literatura latina, com especial interesse em edições modernas que apresentam censura bibliográfica.

Contacto

fabiofrohwein@gmail.com

Bestiarium* ou *Livro das bestas*: da tradição zoológica medieval ao bestiário fantástico de Jorge Luis Borges

Márcia Seabra Neves

Universidade Nova de Lisboa (Portugal)

Resumo

Servindo-se dos animais como tropos do humano e fonte de ensinamentos religiosos e morais, os bestiários medievais estão na origem de uma literatura místico-alegórica, cujos ecos ainda hoje persistem. Jorge Luis Borges, com *El libro de los seres imaginarios* (1967), faz parte dos autores contemporâneos que se inspiraram do universo simbólico e imaginário dos bestiários para a criação das suas obras. Assim, após uma breve revisitação crítico-interpretativa do género, tentaremos indagar os mecanismos criativos de especularidade e/ou deslocamento subversivo do autor argentino relativamente à tradição zoológica medieval.

Palavras chave: Bestiário — Tradição — Subversão — Heterotopia.

***Bestiarium* or the *Book of Beasts*: from the Medieval Zoological Tradition to Jorge Luis Borges' Fantastic Bestiary**

Abstract

By resorting to animals as tropological equivalents of the human and as source of moral and religious teachings, medieval bestiaries are at the origin of a body of mystical and allegorical literature whose echoes still persist nowadays. Jorge Luis Borges, who wrote *El libro de los seres imaginarios* in 1967, is one of the contemporary authors who sought inspiration in the symbolic and imaginary universe of bestiaries in the process of literary creation. In this article, after sketching a critical overview of the genre, we seek to highlight the creative strategies of mimetic replication or subversive dislocation used by the Argentinean author in relation to the medieval zoological tradition.

Key words: Bestiary — Tradition — Subversion — Heterotopy.

* Este artigo resulta de um projeto de investigação intitulado “Zooficções: figuras da animalidade na narrativa portuguesa contemporânea” (SFRH / BPD / 80743 / 2011), desenvolvido no Instituto de Estudos de Literatura Tradicional / FCSH / Universidade Nova de Lisboa e financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia pelo período compreendido entre janeiro de 2012 e dezembro de 2014.

Receção: 10-04-2014 | Admissão: 28-08-2014 | Publicação: 01-09-2015

NEVES, Márcia Seabra. “*Bestiarium* ou *Livro das bestas*: da tradição zoológica medieval ao bestiário fantástico de Jorge Luis Borges”. *Agália. Revista de Estudos na Cultura*. 110 (2014): 33-52.

Um dos aspetos singulares da cultura medieval foi a importância atribuída ao animal, ícone onnipresente nos mais diversos domínios artísticos e científicos da época, nomeadamente na arte sacra. Contudo, a sua cidadania literária deveu-se, sobretudo, à consubstanciação de um género singular no âmbito da literatura da Idade Média, que se desenvolveu em consonância com o pensamento medieval cristão, tendo conquistado um considerável prestígio entre os séculos XII e XIV. Trata-se do *Bestiarium* ou “livro das bestas”, obra de conteúdo simbólico-figurativo que deu origem a uma tradição literária místico-alegórica cujos ecos ainda hoje persistem em autores que mantêm um diálogo crítico e criativo com a tradição, criando zoopoéticas inovadoras, adaptadas ao tempo presente e a uma nova axiologia da animalidade.

Com *El libro de los seres imaginarios* (1967), inicialmente intitulado *Manual de zoología fantástica* (1957), o escritor argentino Jorge Luis Borges inscreve-se neste grupo de escritores contemporâneos que se inspiraram no universo imaginário dos bestiários, compondo obras que, longe de serem meras restaurações imitativas do género, se afirmam como heterotopias simbólicas de cristalização e disrupção da lógica narrativa e da expectativa axiológica associadas à tradição do bestiário.

1. De *animalibus*: para uma revisitação dos bestiários medievais

Redigidos em prosa ou em verso e conjugando, na sua grande maioria, o texto e a imagem, através da integração de ricas iluminuras, os bestiários surgiram, na Idade Média, como obras baseadas na catalogação e descrição de animais reais e fantásticos, numa lógica apologética e edificante. Michel Pastoureau, estudioso dos bestiários medievais, apresenta a seguinte definição do género:

Étranges “livres de bêtes”, qui parlent des espèces animales non pas tant pour les décrire telles qu’elles sont, encore moins pour les étudier de manière savante, que pour faire des supports de significations morales et religieuses. Ce ne sont pas des traités d’histoire naturelle, du moins pas au sens où nous les entendons, mais des œuvres qui parlent des animaux pour mieux parler de Dieu, du Christ, de la Vierge, parfois des saints, et surtout du diable, des démons et des hommes pécheurs. S’ils s’attardent sur les propriétés des bêtes et sur les merveilles

de leurs “natures”, ce n’est pas tant pour dissenter sur l’anatomie, l’éthologie ou la biologie des animaux que pour célébrer la Création et le Créateur, pour enseigner les vérités de la foi, pour inviter les fidèles à se convertir (Pastoureau, 2011: 11).

Assim, tal como sublinha Pastoureau, os bestiários estão profundamente enraizados numa cosmovisão teológica cristã, intrínseca ao pensamento medieval, caracterizado, precisamente, por uma propensão para entender a natureza e a sua exemplaridade simbólica à luz de uma ética místico-religiosa. Com efeito, os animais são representados como signos e símbolos de uma realidade transcendente, ou seja, revelações do *Verbum Dei*, cuja decodificação depende da sua íntima correlação com a Sagrada Escritura. Neste sentido, o bom conhecimento da natureza e dos animais é condição *sine qua non* para a adequada decifração da mensagem bíblica, tal como sublinha Santo Agostinho no seu tratado exegético *De doctrina christiana*:

A ignorância da natureza das coisas dificulta a interpretação das expressões figuradas, quando estas se referem aos animais, pedras, plantas ou outros seres citados frequentemente nas Escrituras e servindo como objecto de comparações. Assim, é fato notório que a serpente, para preservar a cabeça, expõe seu corpo todo aos que a espancam. O quanto esse gesto nos esclarece sobre o sentido das palavras do Senhor ao nos mandar ser prudentes com a serpente (MT 10, 16). Isto é, devemos saber apresentar nosso corpo aos que nos perseguem, de preferência a expor nossa cabeça que é Cristo. Assim, não deixar morrer em nós a fé cristã, renegando a Deus, ao poupar o nosso corpo (Agostinho, 2002: 111).

Na realidade, para o homem medieval, a Criação constitui um imenso Livro aberto, escrito por Deus, no qual Ele revela a sua vontade divina e todas as verdades àquele que possui o código para as decifrar. Nesse grande Livro que é a Natureza, as criaturas constituem o *speculum* e a expressão do Verbo Divino, ou seja, “as letras maravilhosamente bem caligrafadas do grande evangelho do Universo” (Martins, 1956: 379). Ora, este conceito da Escritura como

conjunto de palavras divinas inspiradas, cujo verdadeiro sentido exige uma exegese simultaneamente rigorosa e imaginativa, desempenhou um papel relevante na elaboração dos bestiários medievais.

Com efeito, tal como o Livro Sagrado, também o *Bestiário* ou *Livro das Bestas* constitui uma escrita natural, na qual a descrição da natureza e das criaturas é apresentada com o objetivo de, através dela, se desvendar o caminho para o amor divino e a perfeição moral,

Sendo assim, entre as páginas sagradas da Bíblia e as páginas dos bestiários estabelece-se uma rede de correspondências semelhante à que une o mundo material ao mundo essencial e divino, pelo que também o Livro das Bestas contribui para glorificar o Senhor e para atingir a Sua Verdade. Por isso, também a sua escrita está próxima da escrita natural de Deus e, como ela, é teocêntrica, eterna e infinita (Varandas, 2006: 22).

Ora, são precisamente as idiosincrasias desta mentalidade religiosa que vão determinar a epistemologia animal dos bestiários. Com efeito, para os pensadores e estudiosos da Idade Média, a verdade não deriva da física nem das ciências, tais como hoje as conhecemos, mas antes da metafísica. Por isso, o estudo e a composição dos bestiários derivam mais da história cultural e mítica do que da história natural, propriamente dita, sendo os animais revestidos de significações simbólico-doutrinárias instituídas pela dogmática cristã, em consonância ao seu ideário anagógico e escatológico relativo ao plano divino da Criação. Neste sentido, a descrição dos animais, nem sempre resultante de uma observação direta, desvirtua os factos da realidade natural e as verdades científicas em benefício da moralização que se pretende transmitir.

Este espírito a-científico dos bestiários reflete-se também no modo de ordenação dos animais, que não são classificados de acordo com nenhuma tipologia hierárquica que considere o grau de evolução das espécies, uma vez que para o homem medieval todas as criaturas do cosmos eram igualmente importantes perante o Criador. Observa-se, contudo, uma certa hierarquia em termos ideológicos e simbólicos, que se reflete no tratamento privilegiado e, materialmente, mais elaborado dispensado a determinados animais cuja

natureza e conduta viabilizavam uma transposição analógica de alcance cristão. É o caso, por exemplo, do leão que, pela sua nobreza e simbologia cristológica, sempre ocupou um lugar de honra nos bestiários, que iniciavam o compêndio da sua zoologia mística com a figura do rei dos animais (*rex animalium*) ou das bestas selvagens (*rex bestiarium*). Todas as suas propriedades correspondiam simbolicamente ao Cristo redentor, tal como explica Michel Pastoureau (2011: 60):

Le lion pourchassé qui efface avec sa queue les traces de ses pas pour égarer les chasseurs, c'est Jésus cachant sa divinité en s'incarnant dans le sein de Marie [...]. Le lion qui épargne un adversaire vaincu, c'est le Seigneur qui dans sa miséricorde épargne le pécheur repent. Le lion qui dort les yeux ouverts, c'est l'image du Christ dans son tombeau: sa forme humaine dort mais sa nature divine veille. Le lion qui par son souffle, le troisième jour, redonne vie à ses petits mort-nés, c'est l'image même de Dieu le Père et de la Résurrection.

A verdade é que o saber zoológico medieval não pode ser examinado à luz das noções científicas que caracterizam a zoologia moderna. Os autores de bestiários possuem critérios diferentes de catalogação da fauna e isso reflete-se na forma de classificação do reino animal. Assim, os bestiários mais extensos comportam cerca de 125 verbetes, distribuídos por cinco grandes famílias, de acordo com as etimologias transmitidas por Isidoro de Sevilha: os quadrúpedes, as aves, os peixes, as serpentes e os vermes¹. Em cada uma destas categorias, são apresentados, lado a lado, animais reais e seres fabulosos e mitológicos que habitavam o imaginário medieval:

1. Michel Pastoureau (2011: 14) explica que “toute espèce prend place dans l'une de ces catégories, dont les contours sont larges, mouvants, ouverts. Les ‘poissons’, par exemple, incluent non seulement les poissons proprement dits mais aussi la plupart des créatures vivant dans les eaux, y compris les cétacés et les mammifères marins, ainsi que des êtres qui sont pour nous totalement chimériques: la sirène, le moine de mer, l'énigmatique *serra*. Quant aux vers [*vermes*], ils comprennent tous les animaux de petite taille qui n'entrent dans aucune des catégories précédentes: larves et vermines, mais également petits rongeurs, insectes, batraciens, gastéropodes et même parfois coquillages”.

A pretensa e projetada realidade dessas criaturas maravilhosas e prodigiosas reanimava-se, constantemente alimentada, por histórias e relatos antigos, ou mesmo ocorridos durante a Idade Média, plausivelmente verídicos ou totalmente fantasiosos, de viajantes e exploradores de longínquas plagas do globo, nunca antes visitadas pelos europeus. Foi dessa maneira que unicórnios, aves fénix, grifos, cinocéfalos [...] acabaram por fornecer novas “realidades” ao homem medieval, não apenas à sua disposição para o fabuloso, mas também à sua realidade livresca, cosmográfica, cartográfica e outras obras da cultura da Idade Média (Fonseca, 2009: 111-112).

Em suma, as descrições dos animais nos bestiários encontram-se fundadas em especulações abstratas, elaboradas a partir de correspondências indiretas e analógicas, reflexo do pensamento medieval que normalmente funcionava por aproximações simbólicas entre o mundo material e o imaterial, o visível e o oculto, o real e o transcendente. Deste modo, a exegese consiste em “*cerner cette relation entre le matériel et l’immatériel et à l’analyser afin de retrouver la vérité cachée des êtres et des choses*” (Pastoureau, 2011: 24).

Ora, é precisamente este modo de pensamento analógico que vai determinar a retórica de representação dos animais nos bestiários, bem como a estrutura interna das suas descrições. Para os autores de bestiários, o estudo dos animais consistia, primeiro, em descrever as suas propriedades e os seus hábitos, depois em descobrir e desvendar, através de metáforas e analogias, as suas *senefiances* ou significados simbólico-alegóricos, apoiando-se na Bíblia, nos Padres da Igreja e em antigos filósofos e naturalistas de referência (Aristóteles, Plínio, Solino, Isidoro de Sevilha, entre outros), para, finalmente, expenderem as suas considerações morais ou religiosas.

Assim, seguindo esta matriz compositiva, os bestiários estruturam-se em pequenas narrativas que descrevem várias espécies animais com propósitos morais e didáticos. Cada narrativa é constituída por duas partes distintas: a descrição das propriedades ou *naturae* — reais ou imaginárias — dos animais, que se prendem com a etimologia do nome, o aspeto físico, comportamento ou hábitos e que envolvem todas as crenças ou lendas em torno do animal; e a moralização (*moralitas* ou *figuras*), baseada em homologias metafóricas entre a

realidade física do animal (as *naturae*) e sua interpretação místico-alegórica de substrato moralizante e teológico. Assim, “subordinando a *naturas* à *figuras*, na maioria das vezes por intermédio da citação bíblica que organiza as narrativas, o Bestiário remete para o modo de significação característico da Idade Média: nele os animais deixam de ser apenas animais para se assumirem como *exempla*, isto é, como símbolos de vícios ou virtudes e fonte de ensinamentos religiosos e morais” (Varandas, 2006: 1).

Tendo em vista a sua eficácia pragmática, o sintagma narrativo recorre a uma vasta gama de dispositivos retóricos, alegóricos ou simbólicos que colacionam aspetos da realidade física com entendimentos metafísicos. Deste modo, os animais tornam-se figuras de Cristo, do Diabo, da Igreja e do Homem. Na verdade, o sentido literal é claramente desvalorizado em relação à *senefiance*, dando-se particular precedência ao conteúdo simbólico-figurativo, na medida em que a verdadeira prioridade é a mensagem cristã que se pretende transmitir. Nestes termos, a figura animal reveste-se de um significado místico-religioso e assume uma mensagem de redenção que visa proporcionar a doutrinação do ser humano, revelando-lhe o caminho da salvação e da verdade espiritual. Assim, ocupando uma posição intermédia entre o *exemplum* (moral) e o *experimentatum* (naturalismo), o animal desempenha, além da sua funcionalidade representativa, funções de natureza pragmática e retórica, simbólico-alegórica, tropológica e anagógica, colocadas ao serviço da edificação moral e religiosa do Homem (Ribémont, 1999: 194). A propósito destas últimas três funções, Baudouin van den Abeele (1999: 135) especifica que

On sait que les êtres et les choses de la nature ont été, sur le modèle de l'exégèse biblique, envisagés sous diverses modalités allégoriques. Un sens spirituel, la *significatio* ou *senefiance*, s'attache dès lors aux animaux, qui peuvent être vecteurs d'un triple message: le sens allégorique au sens strict, pour les analogies avec l'histoire sainte; le sens tropologique ou moral lorsque l'animal apporte une leçon qui concerne le comportement humain; le sens anagogique s'il donne une image de la destinée de l'âme et des fins dernières (itálicos no original).

Em suma, apresentando uma tessitura compósita, entre a descrição naturalista e o texto narrativo, o verso e a prosa, o religioso e o profano, o real e o metafísico, o bestiário medieval propicia uma visão poética do mundo, marcada por uma mistura de ciência e imaginação. Caracteriza-se, deste modo, como um texto essencialmente híbrido, cujos contornos genéricos oscilam entre “livro naturalista, livro maravilhoso, livro de estudo, livro mnemônico, livro exegetico, livro didático e livro alegórico” (Varandas, 2006: 22).

Se o bestiário enquanto gênero se circunscreveu à Idade Média, o seu modelo híbrido, bem como o vasto campo de figurações simbólicas por ele projetadas, prolongam-se através dos séculos, alcançando vitalidade renovada no imaginário contemporâneo. Com efeito, a partir do século XX, o motivo animal é ficcionalmente retomado, sob uma forma inédita ou reinventada, por escritores que mantêm o diálogo com o gênero do bestiário, adotando uma perspectiva crítica e criativa compaginável com o mundo atual e uma visão renovada das relações entre humanidade e animalidade:

Em nossa época, o interesse pelos bestiários se renovou graças às expressões estéticas e literárias que o tomaram por objeto. Entre elas, a admirável *Zoologia Fantástica* de Borges, nosso maior escritor, e outras contribuições procedentes da música, da pintura e da escultura. E se no homem medieval a dimensão do “maravilhoso” tomasse parte do cotidiano, em nosso tempo o interrompe, o subverte, para abrir assim um espaço misterioso e recôndito, e talvez nele resida o interesse renovado por aquelas descrições fantásticas (Naughton, 2005: 22).

2. Um bestiário do século XX: a *zoologia fantástica* de Jorge Luis Borges

Segundo Maria Esther Maciel, o escritor Jorge Luis Borges desempenhou um papel medular na revitalização da zooliteratura fantástica do século XX, ao abrir “espaço para a proliferação criativa de uma nova safra de bestiários, sobretudo no âmbito das letras hispano-americanas” (Maciel, 2008: 21).

Com efeito, ao publicar, em 1957, o seu *Manual de zoologia fantástica* (em colaboração com Margarita Guerrero), Jorge Luis Borges revitaliza a tradição simbólico-imaginária dos bestiários, resgatando do esquecimento toda uma linhagem zoológica medieval, indelevelmente inscrita na epistemologia

ocidental. No prólogo a esta primeira edição da obra, Borges distingue dois tipos de zoologias: a da realidade — *zoología de Dios* —, composta por animais existentes; e a mitológica — *zoología de los sueños* —, povoada por esfinges, grifos, centauros e outros monstros (Borges e Guerrero, 1957: 8). Ora, é precisamente esta zoologia dos sonhos que o autor argentino vai compilar no seu bestiário fantástico, cuja designação de *manual* já traduz, em si mesma, a operação de catalogação subjacente à própria composição dos bestiários medievais.

A obra é reeditada em 1967 (Buenos Aires), com novo prólogo, uma considerável expansão do rol dos seres fantásticos (animais e não-animais) e um título mais abrangente — *El libro de los seres imaginarios*. No prólogo a esta nova edição, Borges convida os leitores curiosos a frequentarem o seu compêndio “como quien juega con las formas cambiantes que revela un caleidoscopio” (Borges e Guerrero, 1978: 5) e anuncia o conteúdo da obra nos seguintes termos: “hemos compilado un manual de los extraños entes que ha engendrado, a lo largo del tiempo y espacio, la fantasía de los hombres” (idem). O autor convoca, deste modo, a tarefa crítico-criativa de catalogação dos bestiários medievais que ele retoma, no seu livro, tanto ao nível da simbologia, como da arqueologia textual.

Com efeito, inspirando-se na estética enciclopédica e na estrutura formal dos bestiários tradicionais, Borges compila, descreve e posiciona os seus animais em verbetes alfabeticamente ordenados, o que, à primeira vista, confere ao seu compêndio uma premeditada organização. No entanto, a sequência alfabética do livro não podia ser mais displicente e paradoxal, pois o autor sequencializa, de forma aleatória e não linear, um conjunto heterogêneo de seres imaginários procedentes de um amplo espectro mitológico e cultural²,

2. No bestiário de Borges desfilam, lado a lado e numa desconcertante sucessão, monstros híbridos, criaturas fantásticas, animais fabulosos ou seres mitológicos de presença assídua nos bestiários medievais, seres imaginados por autores de diferentes épocas e lugares, seres imaginados pelo próprio Borges, animais da mitologia chinesa ou ainda seres antropomórficos. Desta zoologia fantástica fazem parte, respectivamente: a Anfisbena, o Basilisco, a Fénix, o Catóblepas, o Centauro, Dragão, a Fénix, o Grifo, a Mantícora, a Pantera, o Pelicano, a Salamandra; Os anjos / Os demónios de Swedenborg, Um animal sonhado por Kafka, Um animal / Um réptil sonhado por C.S. Lewis, Um animal sonhado por Poe; o A Bao a Qu, Animais esféricos,

promovendo uma vizinhança perturbadora de elementos sem relação, articulados entre si por uma seriação que, apesar de alfabética, se revela inexplicável e subversiva relativamente ao próprio ato de classificação.

Ora, este modelo de catalogação incoerente e paradoxal encontra a sua matriz conceptual na famosa enciclopédia chinesa descrita por Borges, no seu ensaio intitulado “El idioma analítico de John Wilkins”, no qual apresenta a seguinte classificação do reino animal:

los animales se dividen en (a) pertenecientes al Emperador, (b) embalsamados, (c) amaestrados, (d) lechones, (e) sirenas, (f) fabulosos, (g) perros sueltos, (h) incluidos en esta clasificación, (i) que se agitan como locos, (j) innumerables, (k) dibujados con un pincel finísimo de pelo de camello, (l) etcétera, (m) que acaban de romper el jarrón, (n) que de lejos parecen moscas (Borges, 1974: 86).

Nesta insólita enumeração alfabética de elementos sem relação, Borges rompe completamente com a coerência classificatória dos sistemas convencionais. Com efeito, ao introduzir o termo *etcétera* no interior da ordenação e não no final, onde normalmente se encontra para abrir o elenco ao infinito, o autor quebra o *continuum* espaço-tempo da classificação, instabilizando a ordem do alfabeto, cuja função sempre consistiu em ordenar o que é desordenado e, muitas vezes, absurdo.

No prefácio a *Les mots et les choses*, obra precisamente inspirada pela enciclopédia chinesa de Borges, Michel Foucault, explica que a monstruosidade da enumeração borgesiana não reside nos animais fabulosos individualmente descritos e designados como tal, nem mesmo na desnorteante série alfabética que liga cada uma destas categorias a todas as outras, supondo um insólito parentesco entre as coisas, mas sim no lugar onde elas poderiam coabitar, ou seja, no espaço comum dos encontros, que fica totalmente cancelado. Neste sentido, o filósofo conclui que, na impossibilidade de encontrar um lugar-co-

o Nivelador, o Perítio, os Seres térmicos, Animais dos espelhos, o Cervo celestial, o Dragão chinês, a Fénix chinesa, o Galo celestial, a Lebre lunar, o Unicórnio chinês, o Tao-T'ieh, a Banshee, os Brownies, os Elfos, as Fadas, os Gnomos, as Nornas e as Ninfas), entre muitos outros...

num a todas as coisas, os animais da enciclopédia borgesiana justapõem-se no *não-lugar da linguagem*, num espaço impensável (Foucault, 1966: 8).

Regendo-se por este princípio de catalogação para articular os animais do seu compêndio, Borges parodia os limites do gesto classificatório enquanto tentativa de recenseamento exaustivo da inesgotável variedade do reino animal (Maciel, 2008: 22), denunciando assim a impossibilidade de catalogar e homogeneizar a complexidade do mundo num movimento retilíneo e, por conseguinte, a ineficácia e arbitrariedade de todo o sistema de classificação do Universo.

Na verdade, o problema que se coloca para o escritor é o da classificação de um mundo informe e em constante movimento, provavelmente tão heteróclito quanto os animais descritos no seu *Livro dos seres imaginários*. No bestiário borgesiano, não faltam, pois, seres destituídos de forma definitiva, cujos corpos se encontram em contínua metamorfose. Logo a abrir o compêndio, Borges apresenta-nos, em registo fabulístico, o A Bao A Qu, um animal sem morfologia fixa, que vive no primeiro degrau das escadarias da Torre da Vitória, em Chitor. O seu corpo, em constante movimento, vai-se moldando à medida que alguém vai subindo as escadas e só consegue atingir a sua forma completa, no último degrau, se a pessoa que o alcançar for espiritualmente evoluída. O A Bao A Qu sofre por não atingir a sua forma perfeita, que depende diretamente da perfeição moral e espiritual do ser humano, facto que, no decurso de largos séculos, só se verificou uma única vez (Borges e Guerrero, 1978: 8). Ora, parodiando o substrato místico-imaginário dos bestiários medievais, nesta insólita narrativa, o narrador parece desmistificar o antropocentrismo egocêntrico do homem que, durante séculos, se colocou no topo da hierarquia binária que ordena a espécie humana e a espécie animal, relegando os viventes não-humanos para a base da pirâmide ou, neste caso, para o último degrau das escadarias da Torre da Vitória.

Assim, contestando uma configuração uniforme do universo e dos seres que nele habitam, Jorge Luis Borges inaugura, no seu bestiário fantástico, uma nova prática de listagem e catalogação dos animais. Esta consiste num procedimento de montagem, baseado em junções díspares de textos fragmentados que criam verdadeiras ruturas com o *continuum* do tempo, desviando o fio condutor dos relatos de uma ideia de linearidade cronológica. Neste senti-

do, a montagem como processo criativo do bestiário borgesiano, “inclui a desmontagem de um sistema natural de classificação, e reestrutura elementos de uma ordenação como tempo, memória, reflexão e continuidade” (Oliveira, 2009: 18). Sublinhe-se que este processo de montagem é não só utilizado no ato da catalogação dos animais, como também na estrutura interna dos próprios verbetes, construídos a partir de uma rede complexa de citações e referências canônicas que se justapõem e entrelaçam na constituição de um texto tão híbrido como o próprio Odradek, animal composto por pedaços de fios cortados, atados e entrelaçados, de cores e materiais diferentes (Borges e Guerrero, 1978: 155-156).

No capítulo intitulado “La prose du monde”, de *Les mots et les choses*, Michel Foucault define a tarefa de quem escreve sobre animais como a de fazer confluír toda a informação já existente num saber único:

Quand on a à faire l'*histoire* d'un animal, inutile et impossible de choisir entre le métier de naturaliste et celui de compilateur: il faut recueillir dans une seule et même forme du savoir tout ce qui a été *vu* et *entendu*, tout ce qui a été *raconté* par la nature ou les hommes, par le langage du monde, des traditions ou des poètes (Foucault, 1966: 55).

Ora, compilar o *já dito desde sempre* pela linguagem do mundo, das tradições e dos poetas é o que faz o autor do *Livro dos seres imaginários*, movendo-se provisoriamente num “mundo textual donde todo se ha dicho, donde todo se repite, donde todo puede convergerse” (Molloy, 1979: 165).

Neste sentido, Borges recupera da estética medieval o conceito de *auctor* enquanto “mediador entre tradição e criação, entre memória e invenção” (Lanciani e Tavani, 1993: 75). Com efeito, na Idade Média, os conceitos de autor e de autoria, vinculados às concepções teológicas a respeito do ato de criação, não se encontravam, como na modernidade, associados à noção de propriedade textual. O *auctor* supremo era Deus, criador de toda a humanidade, o único capaz de criar algo do nada. A seguir a Ele, os únicos detentores de *auctoritas* eram os Padres da Igreja, transmissores do Verbo Divino, e os grandes naturalistas e mestres da Antiguidade Clássica. O comum dos mortais não detinha qualquer poder de criação, limitando-se a reproduzir de maneira

compreensível o já conjeturado *in mente dei*. Assim, no domínio literário, a referência a *auctoritates* superiores era condição *sine qua non* para a autenticidade e legitimação das obras. Assim se compreende a proliferação de citações e a importância do dialogismo intertextual. Na verdade, o artista (que podia ser um copista ou um tradutor) produzia a sua obra através da reescrita, inscrevendo-a na arte da memória e da tradição, sem quaisquer pretensões de autoria ou propriedade literária. Por outras palavras, “o *auctor* não era mais do que aquele que acrescentava o seu próprio discurso ao dos outros, aumentando, por isso mesmo, o âmbito da tradição e acabando, por sua vez, por ser absorvido nela — entrando, portanto, a fazer parte da ‘autoridade’” (*ibidem*).

Assim, ao usar e abusar das citações e referências canónicas, Borges também impugna esse conceito de uma *auctoritas* unívoca, assumindo a posição de um copista ou narrador que apenas transcreve experiências já vividas e elenca animais pertencentes a diferentes espaços, tempos e áreas do saber (literatura, filosofia, história, mitologia e ciências naturais). Com efeito, “longe de apenas construir catálogo fixo e erudito de animais teratológicos, à feição das coleções medievais, Borges, mais atento às variantes, desvia-se das definições categóricas e se abre às transformações sofridas pelo seu repertório de bestas em distintas latitudes e idades” (Maciel, 2008: 22).

Note-se ainda que o autor argentino não só constrói os seus verbetes através de recortes e montagens de citações, como também a partir de transcrições integrais de textos de outros autores, dos quais ele se apodera como se fossem seus, como é o caso dos relatos sobre “Um animal sonhado por C. S. Lewis” e “Um réptil sonhado por C.S. Lewis” (excertos de *Perelandra*, 1949), “Um animal sonhado por Kafka”, “Um cruzamento” e “Odradek” (excertos de Kafka), “O Squonk” (excerto de William T. Cox). Revela-se, neste sentido, “um escritor que, paradoxalmente, constrói sua originalidade por via da citação, da cópia, da reescrita de textos alheios, que desde sempre pensa a escrita a partir da leitura” (Sarlo, 2008: 21).

Com efeito, a descrição dos animais baseia-se em releituras que se foram sucedendo e entrelaçando no decorrer dos séculos. Borges retoma e explora mitos de várias épocas e lugares e reinsere-os no presente da escrita, fazendo um registo minucioso das múltiplas formas de representação dos animais ao longo dos tempos. Vejamos, a título exemplificativo, alguns excertos

do verbete dedicado ao Basilisco, um dos animais invariavelmente arrolados nos bestiários da Idade Média (Borges e Guerrero, 1978: 41-43):

En el curso de las edades, el Basilisco se modifica hacia la fealdad y el horror y ahora se lo olvida. Su nombre significa “pequeño rey”; para Plinio el Antiguo (VIII, 33), el Basilisco era una serpiente que en la cabeza tenía una mancha clara en forma de corona. A partir de la Edad Media, es un gallo cuadrúpedo y coronado, de plumaje amarillo, con grandes alas espinosas y cola de serpiente que puede terminar en un garfio o en otra cabeza de gallo. El cambio de la imagen se refleja en un cambio de nombre; Chaucer, en el siglo XIV, habla del basilicock. Uno de los grabados que ilustran la Historia Natural de las Serpientes y Dragones de Aldrovandi le atribuye escamas, no plumas, y la posesión de ocho patas. Lo que no cambia es la virtud mortífera de su mirada. Los ojos de las gorgonas petrificaban; Lucano refiere que de la sangre de una de ellas, Medusa, nacieron todas las serpientes de Libia: el Aspid, la Anfisbena, el Amódite, el Basilisco. El pasaje está en el libro noveno de la Farsalia [...]. Los enciclopedistas cristianos rechazaron las fabulas mitológicas de la Farsalia y pretendieron una explicación racional del origen del Basilisco. (Estaban obligados a creer en él, porque la Vulgata traduce por “basilisco” la voz hebrea Tsepha, nombre de un reptil venenoso.) La hipótesis que logró más favor fue la de un huevo contrahecho y deforme, puesto por un gallo e incubado por una serpiente o un sapo. En el siglo XVII, Sir Thomas Browne la declaró tan monstruosa como la generación del Basilisco. Por aquellos años, Quevedo escribió su romance El Basilisco, en el que se lee: Si está vivo quien te vio, / Toda tu historia es mentira, / Pues si no murió, te ignora, / Y si murió no lo afirma.

A ideia que assume destaque deste relato é a da transformação do animal pela escrita. Cada escritor constrói a sua própria interpretação, criando variações sobre repertórios já existentes. Assim, entre a Antiguidade Clássica, a Idade Média e o Renascimento, o basilisco foi, sucessivamente, uma serpente, um galo quadrúpede com cauda de serpente e um galo de oito patas, até cair no

esquecimento ou simplesmente desaparecer. Não é sem alguma ironia que o narrador borgesiano termina a sua descrição com duas referências que colocam em questão as aceções anteriores e a própria existência do animal, como se questionasse os limites do próprio saber enciclopédico e taxonômico. Na realidade, embora elabore as suas descrições baseando-se numa sucessão de testemunhos de várias épocas e lugares, a imagem que fica dos animais é aquela engendrada pela imaginação transfigurante de Borges, ou seja, a imagem de seres em constante transformação e sem forma estável, que não pertencem a nenhum lugar ou tempo específicos.

Assim, Borges recorta os seus animais dos seus contextos mitológicos e reposiciona-os, de modo anacrônico, no seu livro, onde se cria um *outro espaço* para eles, o do *não-lugar da linguagem* que Michel Foucault designa como heterotopia.

Num texto sintomaticamente intitulado “Des espaces autres”, Foucault (1994: 756) define as heterotopias como os espaços das alteridades, aqueles que não estão *nem aqui nem lá*, que são simultaneamente reais e irrealis, físicos e mentais, tal como quando nos olhamos no espelho:

Ces lieux, parce qu'ils sont absolument autres que tous les emplacements qu'ils reflètent et dont ils parlent, je les appellerai [...] les hétérotopies. [...] Le miroir fonctionne comme une hétérotopie en ce sens qu'il rend cette place que j'occupe au moment où je me regarde dans la glace, à la fois absolument réelle, en liaison avec tout l'espace qui l'entoure, et absolument irréelle, puisqu'elle est obligée, pour être perçue, de passer par ce point virtuel qui est là-bas.

O filósofo francês especifica ainda que as heterotopias têm o poder de justapor num único lugar real vários espaços incompatíveis entre si, dando o exemplo do jardim, uma espécie de microcosmos que remete para outros tempos e espaços a partir de um tempo e espaço anacrônicos (Foucault, 1994: 758-759). Neste sentido, as heterotopias são desdobramentos do espaço geralmente associados a uma rutura absoluta com um tempo tradicional ou histórico. A estes recortes de tempo Foucault atribui a denominação de heterocronias:

Les hétérotopies sont liées, le plus souvent, à des découpages du temps, c'est-à-dire qu'elles ouvrent sur ce qu'on pourrait appeler, par pure symétrie, des hétérochronies; l'hétérotopie se met à fonctionner à plein lorsque les hommes se trouvent dans une sorte de rupture absolue avec leur temps traditionnel (idem: 759).

Esta visão fragmentada do tempo é corroborada pelo próprio Borges, que, numa das suas narrativas de *Ficciones* — “El jardín de senderos que se bifurcan” —, assume não acreditar num tempo uniforme e absoluto, mas sim em “infinitas series de tiempos, en una red creciente y vertiginosa de tiempos divergentes, convergentes y paralelos” (Borges, 1997: 116).

Com efeito, *O livro dos seres imaginários* revela-se o lugar por excelência destes *espacos outros*, onde não faltam *Animais dos espelhos* reduzidos a meros reflexos servis, monstros do tempo como o *Baldanders*, ou ainda seres de domicílio incerto como o *Odradek*, o todo [compondo] um jardim — zoológico, no caso — de ‘senderos que se bifurcam’ cujo horizonte anunciado é o infinito” (Santiago, 1998: 37).

Neste sentido, ao jogar com as heterotopias e heterocronias a partir de um espaço anacrónico, Borges remete para a desordem do mundo, que se reflete no movimento instável e fragmentário da sua escrita, que Sylvia Molloy descreve como um “vaivén entre lo fijo y lo móvil, entre lo entero y lo fragmentario, entre la amenanza [...] y la atracción” (Molloy, 1979: 194). Assim, baseada na sobreposição de textos que se referenciam reciprocamente de forma aparentemente caótica e em relatos que se inserem em narrações anteriores ou posteriores numa acumulação complexa e potencialmente paradoxal, a escrita borgesiana assume contornos de um mecanismo em constante formação, movido por uma máquina desconstrutiva, montada pelo próprio autor:

El concepto de máquina vendría a iluminar, de manera paradójica, el carácter no trivial de los textos, su producción de fluidez, su capacidad de disolver órdenes, relaciones, jerarquías, sin proporcionar a cambio apoyos sólidos. [...] Un mecanismo que va modificando, a medida que funciona, las reglas de su propia operación, que se va desmantelando y reensamblando, cuyo crecimiento y despliegue, cada vez más

complejo [...], ocurre de modo cambiante, aunque no errático, marcado por la emergencia de propiedades organizativas inexplicables en función de elementos o arreglos preexistentes. [...] La descripción tentativa de la obra borgeana como un mecanismo inestable, en continuo desplazamiento y desvío, que se desmonta y reorganiza a sí misma, etc., parece apuntada a subrayar sus afinidades con la desconstrucción. Borges montaría una máquina deconstructiva o (de manera menos anacrónica) pre-deconstructiva (Missana, 2003: 12-13).

É curioso salientar que esta escrita do informe, do impermanente e do devir encontrará, anos mais tarde, ressonância na crítica clínica do filósofo Gilles Deleuze (1993: 11), segundo o qual

Écrire n'est certainement pas imposer une forme (d'expression) à une matière vécue. La littérature est plutôt du côté de l'informe, ou de l'inachèvement [...]. Écrire est une affaire de devenir, toujours inachevée, toujours en train de se faire, et qui déborde toute matière vivable ou vécue. C'est un processus, c'est-à-dire un passage de Vie qui traverse le vivable et le vécu.

Deste modo, atuando sobre contínuos desdobramentos de espaço e de tempo, a escrita labiríntica dos verbetes de Borges articula-se e expande-se, estendendo-se ao incomensurável infinito, um dos melhores recursos do autor argentino para a desconstrução do real. Nestes termos, situando os relatos de Borges entre a utopia e a realidade, Stefania Mosca (1983:145) afirma que

En los relatos de Borges el infinito es un recurso, un instrumento para diluir la aparentemente realidad. Lo introduce en su discurso de diferentes maneras: por medio de vastos e intrincados espacios, a través de tiempos que, sobreponiéndose, indiferencian la individualidad o simbolizado por la imprecisa arena, o la llanura, o el inescrutable laberinto que obsesivamente persigue a sus personajes, y en la “abominable” multiplicación que ejercen los espejos por él tan temidos. Lo infinitivo deja su huella en el discurso.

3. Em jeito de conclusão

Se, para o homem medieval, a Criação constituía um imenso Livro aberto escrito por Deus, Jorge Luis Borges, desviando-se desta cosmovisão místico-religiosa, propõe-se escrever o seu próprio *Libro de los seres imaginarios*, que, à imagem do infinito universo, é constituído de saberes em constante movimento. Na verdade, o que Borges retoma da tradição do bestiário não é a sua dimensão simbólico-figurativa, nem tão pouco o seu conteúdo naturalista pseudocientífico, mas sim o ato de catalogação ou classificação dos animais, que ele ironiza e parodia, no intuito de desvendar a precariedade da condição do homem perante as inexoráveis e misteriosas leis do cosmos, para ele incompreensíveis e impenetráveis. Neste sentido, Borges cria, na sua obra, um novo espaço, inscrevendo os seus animais no território incerto e utópico da linguagem, dotando-os de uma forma transitória, representativa da frágil e efémera existência do ser humano, que vive na ilusão de poder dominar a realidade e ordenar um mundo completamente absurdo e caótico.

Deste modo, através dos seus animais fantásticos, Borges denuncia a arrogância egocêntrica do homem moderno em querer abarcar o infinito através do conhecimento, abolindo assim as suas construções antropocêtricas, nomeadamente o seu antropocentrismo epistemológico, que sustenta que “todo o conhecimento será inevitavelmente determinado pela natureza humana do conhecedor, e que qualquer tentativa de explicar a experiência, o entendimento ou conhecimento [...] começa a partir de uma perspectiva humana” (Tyler, 2011: 66-67). Borges encontrou, pois, por via do fantástico, um meio de ilustrar criticamente a impotência do espírito humano face ao real, que, na verdade, ele desconhece e jamais poderá controlar, apesar de todas as suas ilusões.

Podemos assim dizer que, embora os verbetes imaginários de Borges se inspirem do simbolismo animal dos bestiários medievais, os animais deixam de ser utilizados como *exempla* de edificação moral e religiosa, assumindo antes a expressão de um encontro com o passado e a tradição, em busca de uma memória identitária que permita interrogar um presente absurdo e um futuro incerto. Na verdade, o autor argentino retoma e reinventa, em modalidade subversiva, o universo imaginário dos bestiários da Idade Média, valendo-se da sua estética enciclopédia para, numa indagação humanista e existencialista,

tentar redefinir a posição do homem no universo e edificar, pela intermediação da metáfora animal, um saber alternativo sobre o mundo e a condição humana.

Bibliografia

- ABEELE, Baudouin van den. “L’allégorie animale dans les encyclopédies latines au Moyen Age”. *L’animal exemplaire au Moyen Age*. Berlioz, Jacques; Beaulieu, Marie Anne. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 1999. 123-143.
- AGOSTINHO. *A Doutrina Cristã: Manual de exegese e formação cristã*. São Paulo: Paulus, 2002.
- BORGES, Jorge Luis; GUERRERO, Margarita. *El libro de los seres imaginarios*. Barcelona: Editorial Bruguera, 1978.
- *Manual de zoología fantástica*. México: Fondo de Cultura Económica, 1957.
- BORGES, Jorge Luis. *Ficciones*. Madrid: Alianza Editorial, 1997.
- *Obras Completas (1952-1972)*. Buenos Aires: Emecé Editores, 1974.
- DELEUZE, Gilles. *Critique et Clinique*. Paris: Les Editions de Minuit, 1993.
- FONSECA, Pedro Carlos Louzada. “A nobreza cristológica de animais no bestiário medieval: o exemplo do Leão e do Unicórnio”. *Mirabilia, Revista Eletrônica de Antiguidade e Idade Média*. nº9 (2009): 108-132. *Dipòsit digital de documents de la UAB*. [2 de dezembro de 2013] <http://www.revistamirabilia.com/nova/images/numeros/2009_09/07.pdf>.
- FOUCAULT, Michel. *Dits et écrits*. Paris: NRF — Editions Gallimard, 1994.
- *Les mots et les choses. Une archéologie des sciences humaines*. Paris: NRF, Editions Gallimard, 1966.
- LANCIANI, Giulia; Tavani, Giuseppe. *Dicionário da literatura medieval galega e portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho, 1993.
- MACIEL, Maria Esther. *O animal escrito: um olhar sobre a zooliteratura contemporânea*. São Paulo: Lumme Editor. 2008.
- MARTINS, Mário. *Estudos de Literatura Medieval*. Braga: Livraria Cruz. 1956.
- MISSANA, Sérgio. *La máquina de pensar de Borges*. Santiago de Chile: Lom Ediciones, 2003.

- MOLLOY, Sylvia. *Las letras de Borges*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1979.
- MOSCA, Stefania. *Jorge Luis Borges: utopía y realidad*. Caracas: Monte Ávila Editores, 1983.
- NAUGHTON, Virgínia. *Bestiario medieval*. Buenos Aires: Quadrata, 2005.
- OLIVEIRA, Eduardo Jorge. *Manuais de Zoologia: Os animais de Jorge Luis Borges e Wilson Bueno*. Tese de mestrado — Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.
- PASTOUREAU, Michel. *Bestiaires du Moyen Âge*. Paris: Éditions du Seuil, 2011.
- RIBÉMONT, Bernard. “L’animal comme exemple dans les encyclopédies médiévales: morale et naturalisme dans le *Livre des propriétés des choses*”. *L’animal exemplaire au Moyen Âge*. Berlioz, Jacques; Beaulieu, Marie Anne. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 1999. 191-205.
- SANTIAGO, Silviano. “A ameaça do lobisomen”. *Revista Brasileira de Literatura Comparada*, nº4 (1998): 31-44.
- SARLO, Beatriz. *Jorge Luis Borges, um escritor na periferia*. São Paulo: Iluminuras, 2008.
- TYLER, Tom. “Como a água na água”. *Pensar / escrever o animal. Ensaaios de zoopoética e biopolítica*. Maciel, Maria Esther. Florianópolis: editora da UFSC, 2011. 55-73.
- VARANDAS, Angélica. “A Idade Média e o Bestiário”. *Medievalista online*. nº2 (2006): s.p. Instituto de Estudos Medievais FCSH / UNL. [2 de dezembro de 2013] <<http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA2/medievalista-bestiario.htm>>.

Nota curricular

Márcia Seabra NEVES. Doutorada em Cultura pela Universidade de Aveiro (2010), é investigadora de pós-doutoramento e membro integrado do Instituto de Estudos de Literatura Tradicional (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas — Universidade Nova de Lisboa).

Contacto

marcianeves@ua.pt

O *ethos* flutuante de Padre Antônio Vieira: uma abordagem histórico-discursiva

Gilmar Bueno Santos

Vagner da Silva Cunha

Universidade Federal de Minas Gerais — UFMG (Brasil)

Resumo

Este artigo tem como objetivo descrever e analisar o processo de construção discursiva do *ethos* flutuante, bem como sua aplicabilidade teórico-analítica à vida e obra de padre Antônio Vieira. Personagem do Barroco luso-brasileiro, Vieira transitou entre o sagrado e o profano, uma vez que suas ideias mostravam-se permeadas por antagonismos e contradições, aliando traços de imaginário e religiosidade do século XVII, ao pragmatismo nos campos político e econômico. Visto ora como profeta escolhido por vontade divina, ora como herege defensor da causa judaica, Vieira angariou adeptos e opositores, alcançando uma repercussão que extrapola os limites de sua época. A partir da análise dos dados expostos ao longo deste trabalho, no qual utilizamos pressupostos teóricos da Análise do Discurso e da História, concluímos que o *ethos* flutuante permite ao enunciador estabelecer vínculos irresolutos acerca da imagem de si, discursivamente, entremeio o *ethos* prévio, o *ethos* discursivo e o imaginário social.

Palavras chave: *Ethos* flutuante — Padre Antônio Vieira — Análise do discurso — História.

The Floating *Ethos* of Priest Antônio Vieira: A Historical-Discursive Approach

Abstract

This paper aims to describe and analyze the process of the discursive construction of the floating *ethos*, and thus its theoretical and analytical applicability to the life and work of Priest Antônio Vieira. As a character of the Luso-Brazilian Baroque, Vieira moved between sacred and profane because his ideas revealed antagonisms and contradictions, combining some features of imaginary and religiosity, aspects of the seventeenth-century, with the pragmatism in political and economic fields. Sometimes, seen as a prophet divinely chosen or as a heretic defender of Jewish, Vieira got both admirers and opponents and, consequently, caused an impact that goes beyond the limits of his epoch. According to the data analysis exposed in this paper and some theoretical basis of Discourse Analysis and History, we conclude that the floating *ethos* allows the enunciator to establish some irresolute relations among his self-image, through the discourse, between previous and discursive *ethos*, as well as the social imaginary.

Key words: Floating *ethos* — Priest Antônio Vieira — Discourse Analysis — History.

Receção: 06-05-2014 | Admissão: 20-08-2014 | Publicação: 01-09-2015

SANTOS, Gilmar Bueno e Vagner da Silva CUNHA. “O *ethos* flutuante de Padre Antônio Vieira: uma abordagem histórico-discursiva”. *Agália. Revista de Estudos na Cultura*. 110 (2014): 53-76.

Introdução

O presente artigo encontra-se organizado da seguinte forma: na primeira seção, abordaremos alguns aspectos mais significativos acerca da trajetória de vida de Antônio Vieira, dada a impossibilidade de dissociar seus escritos das circunstâncias que lhes deram origem. Conforme feliz comentário de Besselar (1981: 09), “estas explicam aqueles; aqueles comentam estas”. Na segunda seção, trataremos do contexto histórico mais abrangente vivenciado por Vieira e que serviu de subsídio tanto para as suas teorizações proféticas quanto para as suas viscerais críticas à sociedade e à Igreja da época. Na terceira parte, nos ateremos ao conceito de *ethos*, assim como às principais abordagens discursivas referentes ao tema. Na quarta parte, trataremos mais especificamente do *ethos* flutuante e sua aplicabilidade teórico-analítica à vida e obra de padre Antônio Vieira, ao passo que na última seção teceremos algumas considerações acerca do tema proposto.

Em fevereiro de 1698, cerca de sete meses após a morte de padre Antônio Vieira, um asteroide de grandes proporções cortou os céus da Bahia: o “fatal cometa”, que desvelaria a iminência do fim dos tempos, conforme há muito profetizara o grande teólogo e orador português. Nove anos antes, mais precisamente em 06 de dezembro de 1689 — data do aniversário de aclamação de D. Pedro II, rei de Portugal —, Antônio Vieira presenciara a passagem de outro grande cometa pelos céus de Salvador, “com figura de palma de cor de ouro, próprio para prognosticar felicidade”. Em carta ao duque de Cadaval e em referência ao astro pressago, Vieira, no entanto, mostrava-se menos otimista diante de tais sinais celestes, demonstrando inclusive grandes preocupações acerca do futuro do Império colonial português, em franco declínio há quase um século (Souza e Bicalho, 2000: 16).

De acordo com Romeiro (2001: 124), o século XVII, sobretudo a partir de sua segunda metade, foi notadamente marcado por uma verdadeira espera apocalíptica, tanto na Europa quanto na América portuguesa, quando a vertigem messiânica atingiu o seu ápice, perpassando meios letrados e populares: “os olhos espreitavam os céus em busca dos sinais; matemáticos e astrólogos observavam os cometas e as novas estrelas; as catástrofes naturais e as guerras faziam multiplicar os panfletos e vaticínios sobre a iminência do fim”.

Conforme destacam Souza e Bicalho (2000: 16-17), “roído pela impinge, pela erisipela e pela prostatite” e “enquanto esperava a morte”, ocorrida a 18 de julho de 1697 no Colégio dos jesuítas da Bahia, Vieira buscava ainda decifrar o sentido oculto dos cometas, lutando “com os momentos de senilidade que seus quase noventa anos já lhe impunha”. Tido como uma das figuras mais proeminentes do século XVII, seja pelo volume e complexidade de sua produção intelectual, seja pela influência de sua oratória, Vieira foi para muitos um verdadeiro profeta, a quem Deus havia incumbido a missão de apontar e corrigir os desvios da Igreja e da sociedade da época, alertando para o fim do mundo próximo, conforme os inúmeros sinais entreviam.

Desta feita, sob perspectivas históricas e discursivas, neste artigo analisaremos alguns aspectos da vida e da obra de padre Antônio Vieira, buscando-se desvendar o “*ethos* flutuante”. Obviamente, e dadas as pretensões reduzidas deste trabalho, não abordaremos a obra de Vieira como um todo — esta bastante vasta e heterogênea — e tampouco realizaremos, em suas vicissitudes, a reconstituição histórica do século XVII ou mesmo a própria biografia de nossa personagem. Tradicionalmente dividida em escritos de cunho estritamente religioso, sobretudo os *Sermões*, e tratados proféticos, neste trabalho, contudo, abordaremos a produção intelectual de Vieira como fruto de um mesmo contexto histórico, social, político e cultural, desvelando, portanto, traços comuns em sua obra. Nessa medida, e em conformidade com Alcir Pécora (2009), temos por pressuposto básico a existência de certa unidade teológico-retórico-política nos escritos vieirianos.

Do ponto de vista específico da história, mais do que “fatos” e “acontecimentos” propriamente ditos, interessa-nos atentar para o próprio universo mental da cultura político-religiosa da época, entendido como o conjunto de valores, crenças e significados simbólicos que moldaram a visão de mundo de seus atores sociais. Fonte de inspiração, mas sobretudo de reverberação de ideias pouco afeitas à ortodoxia católica então vigente, é interessante notar, por exemplo, como algumas concepções milenaristas de Vieira ecoaram nos séculos XVII e XVIII, angariando seguidores e adeptos dispostos a desafiar a rigidez dos dogmas da Igreja católica e de seu Tribunal do Santo Ofício.

1. Um pregador entre os dois lados do Atlântico

Antônio Vieira nasceu em lar humilde da Rua do Cônego, cidade de Lisboa, em 06 de fevereiro de 1608, filho primogênito de Cristóvão Vieira Ravasco e Maria de Azevedo. Em meados de 1609, provavelmente por ter sido nomeado escrivão da secretaria do Tribunal da Relação da Bahia, Vieira Ravasco mudou-se para Salvador, deixando a pequena família no reino. Regressando a Portugal em 1612, Cristóvão ainda residiria em Lisboa por mais dois anos, voltando definitivamente com a família para a Bahia em 1614. Assim, aos seis anos de idade, Antônio Vieira vem pela primeira vez ao Brasil; seu destino, contudo, seria transitar entre o antigo e o novo continente até o fim de seus dias (Bosi, 2011).

Tendo ingressado no Colégio dos Jesuítas de Salvador antes de completar vinte anos de idade, Antônio Vieira ordenou-se sacerdote em 1634. No entanto, e ainda na condição de noviço, o jovem Antônio já se destacava por sua dedicação aos estudos teológicos e filosóficos. Inicialmente, dedicou-se ao incipiente trabalho missionário nas aldeias indígenas locais, sendo posteriormente nomeado professor de Retórica e Teologia junto ao Colégio dos padres de Olinda. Anos mais tarde, e com a retomada da autonomia do trono português em 1640, pondo fim a 60 anos de dominação espanhola, Vieira retornou pela primeira vez a Portugal a fim de prestar homenagem e obediência ao novo rei D. João IV; sua oratória, contudo, logo se destacou na corte, resultando em sua nomeação como pregador régio em 1644.

Segundo Besselar (1981: 17), “além de o estimar como pregador, o rei consultava-o em diversos assuntos, sobretudo em questões relacionadas com o Brasil, e defendia-o de vários ataques”. Após diversas missões políticas e diplomáticas pela Europa, sobretudo na Holanda (1646) e França (1647), Vieira retornou ao Brasil em 1652, uma vez que suas ideias e atitudes já angariavam perigosos opositores nos meios mais conservadores da Igreja católica. É sabido que além de se imiscuir em assuntos estritamente políticos e econômicos, situação pouco afeita a um religioso à época, sua defesa dos judeus e cristãos-novos já causava grandes desconfiças em diversos círculos palacianos.

Abraçando a atividade missionária entre os índios do Maranhão e Grão-Pará, Vieira permanece em terras americanas até o ano de 1661, período em que se torna ferrenho crítico da escravidão aborígene, embora buscasse

justificativas em relação ao cativeiro dos negros africanos. Ademais, Vieira logo atrairia a ira dos colonos, uma vez que sua atuação política, sob os auspícios da poderosa e influente Companhia de Jesus, trazia a lume as contradições entre os interesses estritamente mercantilistas e as questões referentes à propagação da fé católica no Novo Mundo. Neste aspecto, uma das grandes contendas que marcou todo o século XVII dizia respeito justamente à legalidade da escravidão dos índios, contrapondo, principalmente, jesuítas e colonos de diversas regiões.

Com a morte do primeiro monarca da dinastia dos Bragança em 1656 inaugurando um período de grande instabilidade na corte, aliada à expulsão dos jesuítas do Maranhão em 1661, Vieira retorna a Lisboa, sendo escolhido como confessor da regente D. Luísa de Gusmão, viúva de D. João IV. Entretanto, tornando-se novamente alvo dos inquisidores, sobretudo padres dominicanos, a partir de 1663 Vieira é forçado a concentrar todas as suas forças na elaboração de sua defesa. Fato preponderante, por volta de 1659 Vieira escreveu uma carta ao bispo e amigo D. André Fernandes, intentando consolar a rainha da recente morte do marido. Nesta carta, intitulada *Esperanças de Portugal*, afirmara que D. João haveria de ressuscitar a fim de comandar Portugal e a cristandade frente aos inimigos da fé, inaugurando o Quinto Império.

Por alcançar grande repercussão junto ao reino, tal carta fora requisitada pelo Conselho Geral do Tribunal do Santo Ofício de Roma e, com efeito, levava o recolhimento de seu autor aos cárceres da Inquisição. Após anos de ferrenhos debates e audiências nos altos círculos católicos, em 1667 o ilustre orador, bastante doente e sob custódia da Inquisição desde 1665, chega a ser condenado à reclusão junto à casa do noviciado da Cotovia, em Lisboa, além da própria proibição de pregar. Contudo, e como indício do prestígio adquirido junto aos poderosos de sua época, sua pena foi revogada em poucos meses (Besselar, 1981: 45-51).

Por fim, e com a emissão de um Breve Papal em 1675 por Clemente X, e após um período de quase seis anos em Roma, Vieira é absolvido de todas as acusações que lhe eram impostas, ao passo que estaria isento da jurisdição dos inquisidores de Portugal, devendo prestar contas apenas à Congregação do Santo Ofício de Roma. Momentaneamente livre de seus algozes portugueses, e retornando ao Brasil em 1681 já em idade avançada, Vieira dedicaria o resto

de seus dias na elaboração, compilação e edição de seus diversos trabalhos, não obstante a persistente atuação dos censores eclesiásticos, sobretudo no que se refere a seus tratados proféticos. Curiosamente, para Vieira esta era a parte principal de sua obra, pois pretendia fundar com a mesma “palácios altíssimos”, comparados às “choupanas” de seus *Sermões* (Besselar, 1981: 71).

2. A crise do século XVII e o milenarismo vieiriano

A tradição messiânico-profética em terras luso-brasileiras remonta à própria história de fundação de Portugal independente em 1139, quando, segundo a lenda, o próprio Cristo “aparecera” a D. Afonso Henriques, garantindo-lhe a vitória frente aos exércitos mouros, então em maior número, na Batalha de Ourique. De acordo com essa mesma tradição, após tais sucessos militares D. Afonso Henriques foi então aclamado por seus correligionários como o primeiro Rei de Portugal, sendo reconhecido pelo reino de Leão em 1143 e, formalmente junto à Santa Sé, por sua vez, em maio de 1179, através da bula *Manifestis probatum* do Papa Alexandre III.

Por conseguinte, o “milagre de Ourique” inauguraria uma das grandes matrizes do pensamento milenarista luso-brasileiro como marco fundacional do Estado português, servindo, a partir daí, de argumento político para justificar a independência de Portugal: a intervenção pessoal de Deus era a prova da existência de um reino por vontade divina e, portanto, eterna. Como não poderia deixar de ser, tais concepções dariam vazão a um complexo imaginário político-religioso acerca do próprio devir dos portugueses no mundo, sobretudo no que se refere à liderança da fé cristã — imaginário esse que atravessaria séculos e inspiraria inúmeros intelectuais e teólogos, dentre os quais o padre Antônio Vieira.

Conforme difundido pela tradição historiográfica, incólume ao passar dos anos e sobrevivendo tanto nos meios populares quanto eruditos, as concepções messiânico-milenaristas em Portugal, no entanto, tendiam a ganhar maior força em épocas de iminente crise. Em outras palavras, os profetas tendiam a falar com mais frequência quando a identidade nacional estava sob ameaça de nações inimigas. Nessa perspectiva, o século XVII tornar-se-ia terreno fértil para a retomada de antigas profecias, dada a magnitude das dificuldades enfrentadas pelo império luso neste novo contexto: poucas décadas

após a descoberta e início da efetiva colonização da América — cuja própria existência ainda intrigava os europeus —, e em virtude de uma grave crise de sucessão dinástica, Portugal perderia sua independência para a Espanha, inaugurando o período que se convencionou denominar de União Ibérica (1580-1640).

Na verdade, e como fato preponderante, o ocaso da dinastia de Avis (1385-1580) iniciou-se em 1578, quando o rei D. Sebastião I (1557-1578) desapareceu em combate contra os árabes na batalha de Alcácer-Quibir, no atual Marrocos. Após intensas disputas e intrigas palacianas, o trono português termina nas mãos do rei Filipe II da rama espanhola da casa de Habsburgo. Algumas camadas sociais, contudo, e descontentes com a perda de autonomia da monarquia portuguesa, nunca aceitariam a morte de D. Sebastião, inclusive divulgando a lenda de que ele ainda se encontrava vivo, apenas esperando o momento certo para voltar ao trono e afastar o domínio estrangeiro. Conforme se sabe, uma das mais populares e influentes matrizes dessa corrente messiânica, comumente conhecida como “sebastianismo”, refere-se às *Trovas* do sapateiro da cidade de Trancoso, Gonçalo Annes Bandarra (1500-1556?), que previu nos seus escritos o regresso do líder “Desejado” ou “Encoberto”, o qual inauguraria uma Nova Era para o povo português (Beselar, 1987).

De acordo com as análises de Tavares (2001: 8), as *Trovas* de Bandarra foram compostas ainda no reinado de D. João III (1521-1557), provavelmente entre os anos de 1530 e 1540. Segundo a tradição, registradas por um judeu converso e vizinho de Bandarra, logo cópias manuscritas das *Trovas* começaram a ser divulgadas entre os cristãos-novos e simpatizantes do ideário messiânico. De fato, e conforme defende Romeiro (2001: 75), após a união entre as duas Coroas, a Península Ibérica conheceu um amplo processo de disseminação de trovas e vaticínios, geralmente atribuídos a Santo Isidoro de Sevilha, a frei João de Rocacelsa e ao próprio Nostradamus, dentre outros. Assim, “é do interior dessa vasta cultura profético-messiânica, agregando o popular e o erudito, que Bandarra e seus discípulos recolheram os temas de seus presságios”.

Dispendiosos conflitos militares na Europa, como a Guerra dos Trinta Anos (1618-1648); invasões holandesas no nordeste brasileiro — Bahia

(1624-1625) e Pernambuco (1630-1654); flagrante declínio do comércio no Atlântico e no Oriente; graves crises políticas na Corte; intensos conflitos referentes à legalidade da escravidão ameríndia: era este o contexto histórico vivenciado por Vieira. Em meio a esse contexto de crise, em dezembro de 1640 um grupo de conjurados chefiados pelo Duque de Bragança, futuro D. João IV, depôs em Lisboa o representante de Filipe III, restaurando a autonomia de Portugal. Adepto à corrente “sebastianista” e convicto de que antigas profecias e vaticínios bíblicos estavam a se realizar, Vieira, por seu turno, abraça a ideia da iminência do “Quinto Império” com o ressurgimento de Portugal independente, restando-lhe, porém, a missão de desvendar qual herdeiro da Casa de Bragança seria o seu líder supremo — “o Encoberto” — há séculos esperado.

A partir de suas duas principais obras proféticas — *História do Futuro*, publicada postumamente em Portugal em 1718, e *Clavis Prophetarum*, texto inacabado — Vieira buscou reavivar a lenda milenarista do Quinto Império, um reino cristão e português a dominar o mundo, sucedendo os quatro célebres impérios da antiguidade: assírio, persa, grego e romano. Neste contexto, Vieira não concebia o tempo histórico ciclicamente, como no mito, mas seguia ortodoxamente a doutrina da Igreja estabelecida pela Patrística e a Escolástica. Segundo Vieira, o tempo é um ente criado por Deus, que participa nele com sua Providência. Portanto, todos os tempos históricos têm identidade própria e diferem uns dos outros enquanto tempos históricos; mas, em todos eles, é sempre atual a sua Causa, Deus, que usa de coisas, homens e eventos como causas segundas ou figuras das coisas futuras (*umbræ futurarum*), fazendo por exemplo que Adão, Salomão e Davi, homens históricos diferentes, sejam *tipos* que anunciam um *antitipo*, Cristo, e a encarnação temporal de seu Reino, segundo uma ordem temporal linear em que, num futuro contingente, haverá o Segundo Advento de Cristo. Em todos os casos, o tempo avança linearmente, retornando para a Eternidade, de onde continuamente vem.

Sob marcante influência da cultura judaica, mesclada a textos bíblicos, a tese milenarista preconizava que o Império de Cristo seria precedido por uma cabeça temporal do império mundial que haveria de vir, segundo Vieira, como um imperador que, sob seu governo, converteria todos os povos ao

cristianismo, inaugurando um período de mil anos de felicidades na terra — o *millenium* — com Satanás aprisionado, o que perduraria até o retorno do Messias e a efetivação do Juízo Final.

Nesse intenso clima apocalíptico, em sua obra *Clavis Prophetarum*, Vieira, por conseguinte, passa a defender a tese de que um príncipe luso seria “o Encoberto”, o qual derrotaria os inimigos da fé, os turcos, e conquistaria a Terra Santa, fundando um império mundial que teria duas cabeças: uma temporal (o rei de Portugal) e outra espiritual (O Papa da Igreja Católica, a única e verdadeira representante da fé). Tratava-se, pois, de uma visão de tempo e espaço essencialmente lusocêntrica, convergindo para Portugal as expectativas de um governo universal (Romeiro, 2001: 135).

Conforme já ressaltado anteriormente, na cultura portuguesa a identidade do “Encoberto” esteve sempre associada a um rei que ressuscitaria ou que estivesse para nascer. Nessa medida, no contexto da Restauração portuguesa em 1640 e ao retomar o “milagre de Ourique” como a aliança estabelecida entre Deus e o povo português, Vieira associa o líder temporal do Quinto Império à dinastia dos reis portugueses da Casa de Bragança: de fato, para ele seria o próprio D. João IV “o Encoberto” há muito esperado.

No entanto, com a morte do rei em 1656, e apegado às suas convicções milenaristas, no sermão de suas exéquias Vieira anunciaria a ressurreição deste a fim de comandar o império de Cristo na terra, prenunciando o Juízo Final que se aproximava. Não confirmadas suas predições acerca da ressurreição régia, às vésperas de 1666 — ano em que cristãos-novos e judeus esperavam grandes acontecimentos pela conjunção do número da besta, 666, conforme o livro do Apocalipse —, Vieira transfere para D. Afonso VI (1656-1683) todas as suas esperanças milenaristas. Contudo, entre intrigas e crises palacianas, em novembro de 1667 D. Afonso VI sofre um duro golpe do próprio irmão D. Pedro: sendo deposto e aprisionado, vem a falecer no cárcere em 1683.

Nesse ínterim, D. Pedro assume a regência do trono, sendo coroado rei em 1683, naufragando mais uma vez as profecias messiânicas de Vieira. Conforme destaca Romeiro (2001: 76), o mais recente fracasso de suas previsões acerca do temível ano de 1666 leva Vieira a aprofundar suas especulações astronômicas e aritméticas, “e ele conclui que se enganou nos cálculos anterior-

res”, ao passo que “a data correta para o início da nova era seria o ano de 1675”; “e assim o soberano que viria a se tornar o imperador do mundo não é outro senão D. Pedro, irmão de D. Afonso VI”.

Incansável na tarefa de decifrar os sinais relativos à iminência do Quinto Império português, em 1688, quando do nascimento do tão esperado filho de D. Pedro II, Vieira promete-lhe, em sermão de ação de graças, a dominação sobre o mundo; contudo, acometido de súbita doença, o jovem príncipe D. João falece:

A notícia da morte do príncipe encontra-o na Bahia e, novamente, Vieira não se desespera. Interpreta-a como o sinal de que [o príncipe] fora chamado por Deus para tomar posse de seu império no céu, ao passo que seu irmão que nasceria em breve seria então seu herdeiro e exerceria em seu nome a soberania sobre a terra. O Império do Mundo pertenceria a ambos: um no céu, outro na terra. E Vieira permanece fiel a esta crença até a sua morte, em 1697 (Romeiro, 2001: 76-77).

3. O *ethos* e as abordagens discursivas

Nesta seção apresentaremos, ainda que de forma sucinta, algumas perspectivas teóricas acerca do *ethos*, cuja conceptualização foi introduzida pelo filósofo Aristóteles (384 — 322 a.C). A partir da multiplicidade dos campos de investigação, destacaremos as problemáticas relativas deste conceito para com o discurso, uma vez que as concepções aristotélicas são objeto de reformulações e interpretações retóricas, discursivas e pragmáticas as quais estabelecem fronteiras que nem sempre são estanques.

Conforme argumenta Amossy (2008: 09), todo ato de tomar a palavra implica a construção de uma imagem de si, não sendo necessário que o locutor faça seu autorretrato ou fale explicitamente de si, pois, deliberadamente ou não, à revelia do mesmo, se efetua frequentemente a sua apresentação, não se limitando a uma técnica apreendida, a um artifício. Aristóteles, por sua vez, aborda a eficácia do discurso (persuasão) por meio de três provas retóricas, a saber: *ethos*, *logos* e *pathos*. Conforme o trecho a seguir, podemos observar que a noção de *ethos* está voltada para a enunciação em si (Aristóteles, 1356a1, 2011: 45):

Há três tipos de meios de persuasão supridos pela palavra falada. O primeiro depende do caráter pessoal do orador [*ethos*]; o segundo, de levar o auditório a uma certa disposição de espírito [*pathos*]; e o terceiro, do próprio discurso no que diz respeito ao que demonstra ou parece demonstrar [*logos*].

Segundo Eggs (2008: 29-30), na *Retórica* de Aristóteles, observam-se dois campos semânticos opostos e ligados ao termo *ethos*: i) de sentido moral e fundado na *epietkeia* que engloba atitudes e virtudes (honestidade, benevolência ou equidade); ii) de sentido neutro ou objetivo de *héxis* que reúne termos como hábitos, modos e costumes ou caráter. Ademais, o referido autor declara que Aristóteles se distancia de outros retóricos de sua época que defendiam que o *ethos* não contribui para a persuasão. Tais considerações estão respaldadas no seguinte excerto: “não é verdadeiro, como supõem alguns autores em seus tratados sobre retórica, que a honestidade pessoal revelada pelo orador em nada contribui para seu poder de persuasão; longe disso, pode-se considerar seu caráter, por assim dizer, o mais eficiente meio de persuasão de que dispõe” (Aristóteles, 1356a1, 2011: 45).

No que diz respeito à inter-relação *ethos* e enunciação, Maingueneau (2008: 13) afirma que:

A prova pelo *ethos* consiste em causar boa impressão pela forma como se constrói o discurso, a dar uma imagem de si capaz de convencer o auditório, ganhando sua confiança. O destinatário deve, então, atribuir certas propriedades à instância que é posta como fonte do acontecimento discursivo. Esse *ethos* está ligado à própria enunciação, e não a um saber extra-discursivo sobre o locutor.

Ainda conforme tal autor, apesar do *ethos* estar crucialmente ligado ao ato de enunciação, não se pode ignorar que o público constrói representações acerca do *ethos* do enunciador, que precedem a sua fala. Portanto, seria fundamental o estabelecimento da distinção entre *ethos* discursivo (imagem criada durante e após a fala ou ação do indivíduo) e *ethos* pré-discursivo (a imagem que o ouvinte cria antes da enunciação do falante, seja por evidências, dados, com-

portamentos etc.). De modo assemelhado, Haddad (2008: 145-163) define o *ethos* a partir das categorias *ethos* prévio (pré-discursivo) e o *ethos* discursivo, sendo o primeiro a imagem preexistente do locutor e o segundo a imagem que este constrói em seu discurso. Ademais, o orador deve, ao pronunciar o seu discurso, construir uma imagem de si que seja análoga a seu objetivo argumentativo, considerando a ideia que o auditório projeta dele. Visto sob este ângulo, o locutor deve reforçar os aspectos positivos de sua imagem, bem como intentar refutar ou apagar traços desfavoráveis que lhe são atribuídos.

Em se tratando de uma perspectiva pragmático-discursiva, Charaudeau (2011: 115), por sua vez, declara que:

De fato, o *ethos*, enquanto imagem que se liga àquele que fala, não é uma propriedade exclusiva dele; ele é antes de tudo a imagem de que se transveste o interlocutor a partir daquilo que diz. O *ethos* relaciona-se ao cruzamento de olhares: olhar do outro sobre aquele que fala, olhar daquele que fala sobre a maneira como ele pensa que o outro o vê. Ora, para construir a imagem do sujeito que fala, esse outro se apoia ao mesmo tempo nos dados preexistentes ao discurso — o que ele sabe a priori do locutor — e nos dados trazidos pelo próprio ato de linguagem.

Nesta perspectiva, a noção de *ethos* para este autor está ligada à identidade do sujeito que se desdobra em duas componentes, sendo que na primeira o sujeito mostra-se com sua identidade social de locutor, o que lhe dá direito à palavra e que funda sua legitimidade de ser comunicante em função do estatuto e do papel que lhe são atribuídos pela situação de comunicação e, na segunda componente, o sujeito constrói para si uma figura daquele que enuncia — uma identidade discursiva de enunciador — resultado das coerções da situação de comunicação que lhe é imposta e das estratégias que por ele devem ser escolhidas. Em resumo, o sujeito aparece ao olhar do outro com uma identidade psicológica e social que lhe é atribuída e, ao mesmo tempo, mostra-se mediante a identidade discursiva que ele constrói para si.

Em suma, observa-se que as tendências contemporâneas acerca do *ethos* se alicerçam em premissas as quais abordam conjuntamente o discurso e con-

texto situacional, considerando aspectos sociais, históricos, culturais e psicológicos, dentre outros. Com efeito, as diferentes, porém, de certo modo complementares, concepções teóricas acerca do *ethos* nos permitem conceber uma definição mais abrangente deste, a qual denominaremos *ethos* flutuante. Nessa medida, no próximo tópico buscaremos delinear os princípios que nortearão esta concepção, para, posteriormente demonstrar a sua aplicabilidade teórico-analítica, sob perspectivas históricas e discursivas, à vida e obra de padre Antônio Vieira.

4. Entre o sagrado e o profano: o *ethos* flutuante em Vieira

Conforme já esboçado anteriormente, a trajetória de vida e as ideias defendidas por Vieira mostram-se permeadas por antagonismos e contradições, aliando traços de imaginário e religiosidade do século XVII ao pragmatismo nos campos político e econômico. Exímio orador e ferrenho adepto à arte da Retórica, é interessante observar, por conseguinte, como Vieira, no exercício de suas atribuições religiosas e diplomáticas, forjou ao longo do tempo imagens e representações de si aparentemente tão paradoxais, oscilando (ou mesmo fluando) entre as esferas divina e profana. Segundo Besselar (1981: 68-69),

Vieira vivia em plena época sacral, em que tudo estava impregnado de religiosidade, tanto no setor coletivo como na vida particular. Claro está que sabia distinguir nitidamente o sacro do profano, mas uma distinção teórica é muito diferente de uma separação prática. Na realidade, ligava os dois terrenos entre si: as coisas temporais eram sobretudo avaliadas como instrumentos da salvação eterna do homem. Até podemos dizer que Vieira, filho do Barroco peninsular, não raro confundia as duas zonas.

Assim, se para muitos contemporâneos Vieira representou a personificação de um verdadeiro profeta iluminado, escolhido por Deus para corrigir os desvios sociais de seu tempo e anunciar o fim próximo, para seus opositores não passara de excêntrico heresiarca afeito à causa judaica, sendo, portanto, passível de exemplar punição pelo Tribunal do Santo Ofício. Por certo, contudo, temos que Vieira impressionou (e incomodou) muita gente, desde rudes colo-

nos predadores de índios dos confins da América até os círculos mais intelectualizados da alta diplomacia europeia e da hierarquia clerical de Roma.

Conforme Besselar (1981: 68), uma das grandes vocações de Vieira consistia em impressionar, comover e persuadir seu auditório visando ativá-lo. O púlpito, no mais das vezes, transmutava-se em tribuna pública e teatro, onde críticas e censuras à sociedade eram lançadas livremente. Contudo, e como bom conhecedor dos artifícios retóricos já preconizados por Aristóteles, sabia Vieira da importância de zelar não apenas pela acuidade de sua fala (*ethos* discursivo), mas também pela sua própria imagem de autêntico religioso (*ethos* prévio). Em seu famoso Sermão da Sexagésima, proferido na Capela Real no ano de 1655, afirmava Vieira (Bosi, 2011: 143-144):

No pregador podem-se considerar cinco circunstâncias: a pessoa, a ciência, a matéria, o estilo, a voz. A pessoa que é, a ciência que tem, a matéria que trata, o estilo que segue, a voz com que fala. [...] Ter nome de pregador, ou ser pregador de nome não importa nada; as ações, a vida, o exemplo, as obras, são as que convertem o mundo. O melhor conceito que o pregador leva ao púlpito, qual cuidais que é? É o conceito que de sua vida têm os ouvintes.

Assim, é na imbricação entre a tríade *ethos* prévio (aqui baseado em concepções como “a pessoa”; “as ações”; “a vida”; “o exemplo” e “as obras”) e discursivo (“a ciência”; “a matéria”; “o estilo” e “a voz”), alicerçado pelo imaginário social da época, no mais das vezes calcado na dicotomia entre o divino e o profano, que chegamos ao conceito de *ethos* flutuante para melhor compreender as diferentes matizes alcançadas por nossa personagem. Bem entendido, o *ethos* flutuante se refere à imagem de si circunscrita, de certo modo heterodoxo ou não, ao imaginário social, configurando-se, fundando-se e se propagando a partir e em um jogo dialético de “(não) dizer o que quer dizer”, “(não) aparentar dizer o que quer dizer”. Assim, acreditamos que o *ethos* flutuante exerça uma função estratégica que se desvela, no e pelo discurso, através de uma relação que se prima na observância — tanto pelo locutor quanto pelos seus interlocutores — de um conjunto de princípios das esferas passado e futuro, e que se patenteia na brecha do presente.

Dito de outra forma, o *ethos* flutuante permite ao enunciador estabelecer vínculos irresolutos acerca da imagem de si, no e pelo discurso, mais precisamente — e historicamente — como elemento estratégico e tático de um conceito retórico, *decoro*, especificado por exemplo por Quintiliano (1997: II, 48-70), na *Instituição oratória*, como *decoro interno*, adequação das partes do discurso aos preceitos do gênero, e *decoro externo*, adequação do discurso às circunstâncias e à audiência.

Neste último aspecto, conforme defende Michel Maffesoli (2001: 75-76), o imaginário “é o estado de espírito que caracteriza um povo. Não se trata de algo simplesmente racional, sociológico ou psicológico, pois carrega também algo de imponderável, um certo mistério da criação ou da transfiguração”.

Nessa perspectiva, acreditamos que o *ethos* flutuante tem em sua efetivação como fonte primária ou básica, o devir, a latência de futuro, o (re)nascimento contínuo do enunciador, a (re)construção da imagem de si, pois se assinala no idear, na possibilidade, nas tentativas e nos mecanismos de superação de contingências e, sob uma atmosfera de “algo” ainda não experienciado. De modo semelhante, ao abordarmos o *ethos* flutuante não partimos do princípio que os *ethé* prévio e discursivo, assim como o imaginário social sejam categorias estanques, mas da pressuposição que estes auxiliam, no e pelo ato discursivo, o processo de legitimação e deslegitimação do enunciador por meio da imagem que ambos, locutor e interlocutor, criam de si, exponenciando assim, os efeitos de verdade, os quais podem ser efêmeros ou não.

Fato elucidativo desse jogo de imagens acerca de Vieira, contrapondo atributos divinos às práticas mundanas do padre, temos o famoso caso do “estalo mental” do jesuíta: André de Barros, considerado por muitos como o primeiro biógrafo de Vieira, publicou em 1746 que o jovem noviço a princípio não alcançara resultados brilhantes em seus estudos junto ao Colégio dos Jesuítas de Salvador, não obstante todos os esforços despendidos. No entanto, e “graças às orações fervorosas que regularmente fazia à imagem da Virgem das Maravilhas na Sé baiana, teve de repente uma iluminação mental: o famoso ‘estalo de Vieira’” (Besselar, 1981: 10). Assim, no imaginário social da época, e em situação análoga a diversos personagens bíblicos, como São Paulo apóstolo e a própria Virgem Maria, Vieira, por conseguinte, era transmutado de simples humano a escolhido por Deus para uma grande missão.

Ainda segundo relatos coevos, a morte do orador também não passou incólume a aspectos extraordinários:

Era uma hora da manhã, e disseram algumas testemunhas que se ascendeu no céu um grande facho luminoso: possivelmente a alma do padre entrando no Paraíso. Três dias antes, uma estrela desconhecida brilhara sobre o Colégio, fato que iria se repetir três dias após o falecimento e que lembra uma sua idéia defendida no sermão da Epifania, pregado em 1662: os padres da Companhia, a exemplo do astro de Belém, deveriam se transformar em estrelas para guiar os não-cristãos (Souza e Bicalho, 2000: 7-8).

Cerca de duas décadas após sua morte — mais precisamente em 1720 — outra situação miraculosa foi “testemunhada” quando da exumação de seu cadáver junto à igreja do Colégio: na ocasião, “notou-se que a parte côncava de seu crânio era pontilhada de partículas brilhantes, ‘como de metal, em que a luz faiscava’”, denotando de forma irrefutável a luminosidade de seu pensamento (Souza e Bicalho, 2000: 08). Tais relatos, como não poderiam deixar de ser, revelam sobretudo a força desse imaginário sobrenatural acerca de Vieira, fruto de uma vida pública intensa aliada a uma construção retórico/discursiva bem sucedida.

Outro artifício bastante empregado por Vieira, conforme se observa em diversos sermões de sua autoria, era falar por parábolas, metáforas e analogias, buscando sempre extrair das mesmas lições à sociedade. Como exemplo clássico, dentre outros, temos o “Sermão de Santo Antônio aos Peixes”, pregado na cidade de São Luís do Maranhão, no ano de 1654, no qual Vieira atacava visceralmente as mazelas da sociedade local, sobretudo no que se refere à exploração dos desfavorecidos pelos poderosos:

A primeira cousa que me desedifica, peixes, de vós, é que vos comeis uns aos outros. Grande escândalo é este, mas a circunstância o faz ainda maior. Não só vos comeis uns aos outros, senão que os grandes comem os pequenos. Se fora pelo contrário era menos mau. Se os pequenos comeram os grandes, bastara um grande para muitos pequenos; mas como os grandes comem os pequenos, não bastam cem pequenos, nem mil, para um só grande (Bosi, 2011: 444-445).

Desta feita, e valendo-se de tal expediente, Vieira claramente aproximava-se das estratégias empregadas pelo próprio Cristo, reforçando seu caráter de pregador iluminado por Deus. No entanto, conforme já ressaltado, nem só de “divinização” viveu nosso personagem: como consequência de suas atividades políticas e diplomáticas pela Europa, em 1649 Vieira chegou a ser ameaçado de expulsão da Companhia de Jesus. Conforme a opinião de Besselar (1981: 17), “não é de estranhar que o novo professo, ocupando uma posição excepcional entre os seus confrades, lhes causasse escândalo e até inveja, sobretudo depois das suas viagens ao estrangeiro, onde trocava a roupeta de jesuíta pela grã de fidalgo”. A fim de proteger Vieira de seus críticos, o próprio rei D. João IV chegou a oferecer ao padre uma mitra; porém, prontamente recusada pelo jesuíta.

Em fins de 1652, quando deixara o reino para dirigir os trabalhos missionários da Companhia no Maranhão, Vieira escrevera uma carta a D. Teodósio, filho do rei, relatando o que se segue: “eu agora começo a ser religioso e espero na bondade divina [...] que acertarei a o ser, e verdadeiro padre da Companhia” (*Cartas*, I 301; *apud* Besselar, 1981: 35). Tendo efetivado seus votos permanentes em 1634, tal afirmação poderia soar um tanto quanto estranha para seus contemporâneos, passados cerca de quase vinte anos de efetivo exercício eclesiástico por parte de Vieira.

No que diz respeito à caracterização discursiva, pragmática e histórica do *ethos* flutuante de Vieira, observamos que a propriedade profana se manifesta por meio de vínculos e inter-relações de aspectos contraditórios, dicotômicos e/ou complementares, uma vez que o orador se esforça, no e pelo discurso, por influenciar as condutas dos indivíduos (interlocutores) em concatenação com a imagem de si, de outrem que de certo modo figuram, representam e encerram a significação e a experiência de tendências ordenadoras e orientadoras.

Outrossim, devido ao fato do *ethos* flutuante também estar relacionado ao processo de legitimação e deslegitimação do enunciador, acreditamos que essa dinâmica retórica se manifesta entremeio a busca perene pela transcendência da condição humana, ou seja, em movimentos de (des)sacralização que criam um efeito de aproximação, paradoxal e complementar, entre uma dimensão originária de significação espiritual (Deus e seus representantes institucionais, valores religiosos) e outra de natureza predestinadamente humana.

O processo mencionado acima está em consonância com os argumentos explorados por Mircea Eliade (1992: 98), pois:

o homem profano, queira ou não, conserva ainda os vestígios do comportamento do homem religioso, mas esvaziado dos significados religiosos. Faça o que fizer, é um herdeiro. Não pode abolir definitivamente seu passado, porque ele próprio é produto desse passado: É constituído por uma série de negações e recusas, mas continua ainda a ser assediado pelas realidades que recusou e negou. Para obter um mundo próprio, dessacralizou o mundo em que viviam seus antepassados; mas, para chegar aí, foi obrigado a adotar um comportamento oposto àquele que o precedia — e ele sente que este comportamento está sempre prestes a reatualizar-se, de uma forma ou outra, no mais profundo de seu ser.

Deste modo, a expressão do traço profano inerente ao *ethos* flutuante de Vieira se constitui contiguamente a um conjunto de circunstâncias ou condições históricas, sociais, culturais, e não aniquila a sacralidade do mundo e, tampouco, cria propriamente uma existência purificada de quaisquer conjeturas religiosas. Nesse contexto, a essência do profano está alicerçada na criação de uma imagem pelo orador, acerca de si, mais assemelhada ao interlocutor, criando-se um efeito de orientação para o distanciamento do divino e dos representantes de hierarquias religiosas e monárquicas e, com efeito, para sua maior aproximação do indivíduo não pertencente a tais hierarquias.

No excerto a seguir, extraído do *Sermão da Sexta Sexta-Feira da Quaresma* (1662), nota-se que Vieira, ao estabelecer princípios os quais devam nortear à relação entre divino e humano, propicia a criação dialética de um movimento de distanciamento e de aproximação entre o imaginário social e a sacralidade do mundo, as instituições e os indivíduos. Assim, o orador insere os interlocutores em uma esfera que prima pelo questionamento de sua realidade e das relações que vivenciam direta ou indiretamente junto às hierarquias, superando, à época, de certo modo, algumas características do gênero sermão que se fundamentava em questionamentos apenas sobre a relação homem e divino:

Não digo que se não lêam os livros; mas toda a politica sem a lei de Deus é ignorancia, é engano, é desacerto, é erro, é desgoverno, é ruina. Pelo contrario, a lei de Deus só, sem nenhuma outra politica, é politica, é sciencia, é acerto, é governo, é conservação, é seguridade. Toda a politica de um rei christão, se reduz a quatro partes e a quatro respeitos. Do rei para com Deus: do rei para consigo: do rei para com os vassallos: do rei para com os estranhos. Tudo isto achará o rei na lei de Deus. De si para com Deus a religião: de si para consigo a temperança: de si para com os vassallos a justiça, de si para com os estranhos a prudencia (Vieira, 1855: 25).

Segundo os pressupostos de Pinezi (2010: 38) acerca da estreita relação entre as noções de sagrado e profano:

Ao mesmo tempo em que o profano ataca o sagrado e dele se alimenta, o sagrado ataca o profano com o intuito de “convertê-lo”, transformando-o, assim, em um “igual” e, por isso, afastando o perigo ameaçador. Cabe aqui lembrar que a própria concepção do que sejam o profano e o sagrado está eivada de representações não unívocas e que, muitas vezes, estão em constante contradição sem que se excluam mutuamente.

Esta noção de sagrado e profano é relevante para que possamos compreender o meio pelo qual Vieira busca demonstrar a igualdade das raças, sendo esta viabilizada por fatores divinos, conforme trecho, selecionado abaixo, do *Sermão da Epifania* (1662). Destaca-se que o contexto histórico da época era uma sociedade colonialista em que emergiam conflitos que envolviam interesses econômicos da metrópole e, também, interesses religiosos e catequéticos defendidos pelos jesuítas.

Bem o pudera fazer Cristo, que é Senhor dos senhores; mas quis-nos ensinar que os homens de qualquer cor, todos são iguais por natureza, e mais iguais ainda por fé, se creem e adoram a Cristo, como os Magos. Notável coisa é, que sendo os Magos reis, e de diferentes cores, nem uma nem outra cousa dissesse o Evangelista! Se todos eram reis,

porque não diz que o terceiro era preto? Porque todos vieram adorar a Cristo, e todos se fizeram cristãos. E entre cristão e cristão não há diferença de nobreza, nem diferença de cor. Não há diferença de nobreza, porque todos são filhos de Deus; nem há diferença de cor, porque todos são brancos. Essa é a virtude da água do Baptismo. Um etíope se se lava nas águas do Zaire fica limpo, mas não fica branco: porém na água do Baptismo sim, uma coisa e outra: *Asperges me hyssopo, ET mundabor*: ei-lo aí limpo; *Lavabis me, et super nivem dealbabor*: ei-lo aí branco. Mas é tão pouca a razão, e tão pouca a Fé daqueles inimigos dos Índios, que depois de nós os fazermos brancos pelo Baptismo, eles os querem fazer escravos por negros. (Vieira, 2007: 107)

Em suma, observa-se que a inter-relação dos elementos *ethos* flutuante, sagrado, profano e imaginário social evidencia a não limitação da latência de futuro ao ineditismo e, portanto, favorece a criação de um movimento em que se ajusta, restaura e transforma o presente a partir de determinações de um passado sacro (verdades reveladas por meio dos textos bíblicos) que devem ser propagadas e preservadas.

Considerações finais

Embora não visse concretizar suas profecias milenaristas, é interessante notar, dentre outros aspectos, a grande repercussão alcançada pelas teorizações de Vieira acerca do Quinto Império português e iminente fim dos tempos, assim como suas críticas à sociedade da época. Conforme visto anteriormente, angariando adeptos e opositores, em mais de uma oportunidade Vieira foi acusado de heterodoxia e de cultivar práticas judaizantes, tornando-se alvo do Tribunal da Inquisição. De fato, em uma sociedade como a portuguesa do século XVII, notadamente marcada pela valorização da origem nobiliárquica e pureza de sangue, a marcante aproximação de Vieira com os judeus e cristãos-novos não deixou de causar escândalo em muitos contemporâneos, sobretudo no que se refere aos setores mais conservadores da política e da Igreja (Novinsky, 2009).

Cercado por amigos e admiradores poderosos, tanto na Corte portuguesa quanto em Roma, e aliando suas habilidades na arte da oratória e retó-

rica à experiência adquirida em inúmeras diligências políticas e religiosas pela Europa, é igualmente interessante notar como Vieira conseguiu desvencilhar-se de seus acusadores e críticos, embora sempre pairasse sobre si o estigma da heterodoxia aliada à matriz judaica presente em suas ideias e concepções milenaristas.

Sorte diversa, contudo, tiveram alguns dos herdeiros de sua cosmologia, como no caso do padre baiano Manuel Lopes de Carvalho, executado pela Inquisição em 1726, e do famoso heresiarca e conspirador Pedro de Hates Henequim, garroteado e queimado pelo Santo Ofício em Auto-de-fé realizado em Lisboa a 21 de junho de 1744 (Romeiro, 2001). Conforme destacam Souza e Bicalho (2000: 102),

Nunca mais, após o final do século XVII, os messianismos ganhariam os altos círculos da política, influenciando os monarcas. Paradoxalmente, não se queimou o padre Vieira porque boa parte de seus contemporâneos, de Goa a Angola, da Bahia a Lisboa, pensavam como ele: o escândalo seria, portanto, enorme. O messianismo de Henequim ou de Lopes de Carvalho, por sua vez, ecoava em círculos restritos, mostrando que fenômenos mentais têm vida longa mas adquirem, com o passar dos tempos, formas residuais. Executá-los podia servir de exemplo ao povo e não incomodava os poderosos.

Desde Aristóteles, Cícero e Quintiliano, a doutrina dos três *genera dicendi* da oratória prescreveu que o orador devia construir a enunciação do discurso como *mimesis* da fala de “pessoa natural” com um *ethos* ou *caráter* principal (como o de Vieira em seus sermões, o *ethos* discreto, simultaneamente grave, prudente e engenhoso); e, simultaneamente, que devia aplicar *ethé* acidentais, secundários, adequados aos lugares comuns, às matérias e às circunstâncias do discurso (por exemplo, ironia, erudição, indignação, surpresa, dúvida etc.), com a finalidade de fazê-lo verossímil e decoroso.

Destarte, ao considerarmos a prática discursiva de Vieira como prática histórica real ou prática histórica simbólica constitutiva da realidade histórica de seu tempo, acreditamos que a flutuação implicada na expressão “*ethos* flutuante” corresponde, basicamente, às diversas adequações retoricamente pres-

critas da fala do sujeito da enunciação ao seu caráter principal e aos seus caracteres acidentais, para constituir a verossimilhança e o decoro que o tornam autorizado a falar, persuadindo seus destinatários da justeza e justiça do que diz.

Bibliografia

- ARISTÓTELES: *Retórica*. Edson Bini (trad.). 1ª ed. São Paulo: Edipro, 2011.
- AMOSSY, Ruth. “Da noção retórica de ethos à análise do discurso”. *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. AMOSSY, Ruth (org.). São Paulo: Contexto, 2008, 9-28.
- BESSELER, José van den. *Antonio Vieira: O homem, a obra, as idéias*. Lisboa. Instituto da Cultura e língua Portuguesa — Ministério da Educação e Ciência, 1981.
- *Sebastianismo. História Sumária*. Lisboa. Instituto da Cultura e língua Portuguesa — Ministério da Educação e Ciência, 1987.
- BOSI, Alfredo. *Essencial Padre Antônio Vieira*. 1ª ed. São Paulo: Penguin Clássicos/Companhia das Letras, 2011.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso político*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2011.
- EGGS, Ekkehard. “Ethos aristotélico, convicção e pragmática moderna”. In: AMOSSY, Ruth (org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2008, 29-56.
- ELIADE, Mircea. *O Sagrado e o Profano*. 1ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- HADDAD, Galit. “Ethos prévio e ethos discursivo: o exemplo de Romain Rolland”. In AMOSSY, Ruth (org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2008, 145-165.
- MAFFESOLI, Michel. “O imaginário é uma realidade”. *Revista Famecos: Mídia, cultura e tecnologia*. Vol. 1. Nº 15 (2001): 74-81.
- MAINGUENEAU, Dominique. “A propósito do ethos”. In. MOTTA, Ana Raquel e SALGADO, Luciana (org.). *Ethos discursivo*. São Paulo: Contexto, 2008, 11-29.
- NOVINSKY, Anita Waingort. “O judaísmo dissimulado do Padre Antônio Vieira”. DUARTE, Lélia Parreira e ALVES, Maria Theresa Abelha (org.). *Padre Antônio Vieira: 400 anos depois*. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2009, 82-85.

- PÉCORA, Alcir. “Para ler os Sermões de Vieira”. DUARTE, Lélia Parreira e ALVES, Maria Theresa Abelha (org.). *Padre Antônio Vieira: 400 anos depois*. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2009, 22-29.
- PINEZI, Ana Keila Mosca. “Sagrado e Profano em Contextos Culturalmente Particulares: a Favor do Trabalho de Campo e da Etnografia”. *ANTROPOS — Revista de Antropologia*. Vol. 4. Nº 3 (2010): 31-40.
- QUINTILIANO. *Institution oratoire*. Texte établi e traduit par Jean Cousin. Paris: Les Belles Lettres, 1997.
- ROMEIRO, Adriana. *Um visionário na corte de D. João V: revolta e milenarismo nas Minas Gerais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.
- SOUZA, Laura de Mello e BICALHO, Maria Fernanda Baptista. *1680-1720: o império deste mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- TAVARES, Andréia Costa. “O discurso profético messiânico na História do Futuro do Pe. Antônio Vieira”. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História — ANPUH*. São Paulo, 2001, 1-10. http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300936745_ARQUIVO_OdiscursoprofeticomessianicodaHistoriadoFuturo.pdf. 20/08/2013.
- VIEIRA, Antônio. *História e Antologia da Literatura Portuguesa — século XVIII, Padre Antônio Vieira II — Sermões*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007.
- VIEIRA, Antônio. *Sermões*. Tomo V. Lisboa: Typographia da Revista Universal, 1855.

Nota curricular

Gilmar Bueno SANTOS. Graduado em Letras pela Universidade Federal de Ouro Preto; Mestre em Linguística e Doutor em Linguística do Texto e do Discurso pela UFMG. Atualmente é Pós-Doutorando em Estudos Linguísticos — Université Paris XII e bolsista da CAPES (processo nº 1630-14-8).

Contacto

gilmar_ufop@yahoo.com.br

Nota curricular

Vagner da Silva CUNHA. Possui Mestrado em História Social da Cultura, é membro do grupo de pesquisa “A modernidade ibero-americana e a capitania de Minas Gerais (séculos XVII-XVIII). Espaços, Poder, Cultura e Sociedade”.

Contacto

vagner.silvacunha@yahoo.com.br

O Corpo é meu: analisando narrativas jornalísticas e o desenquadre do gênero*

Maria Carmen Aires Gomes
Universidade Federal de Viçosa (Brasil)

Resumo

Neste trabalho, apresento uma análise discursiva da narrativa jornalística sobre uma pessoa transgênero em um texto materializado no gênero “reportagem jornalística impressa”. O texto foi publicado, em maio de 2013, na revista RG (Registro Geral do que interessa), publicação mensal da Carta Editorial. O texto analisado é matéria de capa e tem como chamada o enunciado “LEA T, dá um close nela!”. Em termos metodológicos, segue-se um modelo transdisciplinar integracionista, uma vez que dialoga com outras áreas que agem de forma interdependente, envolvendo princípios integrativos específicos de trabalho para problematizar as questões sócio-discursivas. O que proponho aqui é a integração dos estudos sobre identidades de gênero, corpo e sexualidade — tal como desenvolvidos no campo da Sociologia do Corpo (Le Breton, 2010) e da Teoria Queer (Butler, 2002, 2008) — com os estudos discursivos críticos. Esta investigação apresenta contribuição da análise discursiva textualmente orientada (Chouliaraki e Fairclough, 1999; Fairclough, 2001, 2003) para compreendermos como a mídia problematiza as questões que envolvem o corpo diferente/excluído/marginalizado (aquele que não atende aos padrões hegemônicos e essencialistas).

Palavras chave: Mídia — Performatividades de gêneros — Corpo — ADC.

The Body is Mine: Analyzing Printed Magazine Reports and Gender Performativity

Abstract

In this paper, I present a discourse analysis of a journalistic narrative about a transgender in a text materialized in the genre “printed magazine report”. The text was published in May 2013, in the monthly magazine RG (General Registration of what matters), produced by Carta Editorial. The text analyzed is the cover story, and its headline is: “LEA T, take a close [-up] at her”. In methodological terms, this work follows an integrationist and trans-disciplinary model for it dialogues with other areas which act interdependently involving specific integrative principles of work to problematize socio-discursive issues. My purpose is to integrate the studies on gender identities, body and sexuality as developed by the Sociology of the Body (Le Breton, 2010) and the Queer Theory (Butler, 2002, 2008), as well as the critical discourse studies. This research presents the contribution of textually oriented discourse analysis (Fairclough & Chouliaraki, 1999; Fairclough, 2001, 2003) to understand how media discusses the issues surrounding the different/excluded/marginalized body (one that does not fit the hegemonic and essentialist standards).

Key words: Body — Gender Performativity — CDA — Media.

* Este trabalho é um recorte do projeto “Corpo na mídia impressa e televisiva: representações de vulnerabilidade social e diferença na sociedade contemporânea”, financiado pelo CNPq (PQ2/2012-2015) e apresentado no *V Encontro Mineiro de Análise do Discurso* (EMAD), realizado em 2014, no CEFET/BH/Brasil.

Contextualização

O sociólogo Zygmunt Bauman (2011), ao analisar a vida contemporânea, afirma que convivemos em uma sociedade marcada por ansiedades pós-modernas, e uma delas é a compreensão acerca das construções identitárias: do ser e estar no mundo, ou seja, o sujeito e a sua busca pela afirmação no espaço social. Tais anseios são muitas vezes produto de textos produzidos pelas mídias que, de maneira *natural*, silenciosa, tendem a valorizar certas identidades (excluindo outras), por meio de processos discursivo-ideológicos cada vez mais ‘obscuros e invisíveis’, associados a práticas de intolerância às identidades ‘diferentes’¹. Ou seja, aquelas que não se conformam às matrizes da heterossexualidade ou do patriarcado.

Há uma reflexão bastante latente na sociedade contemporânea acerca das identidades de gêneros, mas principalmente o debate que envolve os corpos trans e o papel que as mídias de notícias têm ocupado neste cenário. A questão é entender como as práticas midiáticas agem e como se inserem em uma rede interdiscursiva de outras práticas, com potencial de significar e constituir identidades.

As práticas midiáticas têm desempenhado papel importante nesta discussão por meio dos gêneros discursivos ali produzidos e circulados, pois fazem não só um trabalho de mediação entre a vida social e as ações dos sujeitos, mas também, de maneira dialética, intermediam a estrutura social e ações sociais colocando em xeque — de maneira atravessada, contestada, ou mesmo cristalizada, muitas vezes —, as diversas dimensões da vida social e suas contingentes práticas sociais.

Há, portanto, certas representações discursivas em práticas sociais específicas e em dados momentos que podem ser identificados por meio de sua significação linguística e semiótica, motivadas por mecanismos potencialmente ideológicos, capazes de ativarem ou bloquearem poderes causais em re-

1. Neste texto, utilizo o termo “diferente” a fim de enfatizar a significação das práticas de hierarquização identitária, a partir da legitimação de um ‘*Eu*’ e consequente marginalização discursiva do ‘*Outro*’, a quem somente o predicado “diferente” é aferido. Ou seja, a *Outridade* diferente de *Mim*, em contexto de segregação cultural, como ocorre no âmbito de operações discursivas ideologicamente heteronormativas.

lação às pessoas, às crenças, às ações e às construções de relações sociais (Chouliaraki e Fairclough, 1999). Assim, compreendemos que os “textos da mídia são barômetros sensíveis da mudança cultural que se manifestam em sua heterogeneidade e contradição da natureza, muitas vezes, hesitante, inacabada de mudança” (Fairclough, 1995: 60).

Fowler (1991) afirma que os eventos instanciados pela mídia fazem parte de uma operação complexa de seleção, orientada por interesses econômicos e sociopolíticos, o que aponta para uma construção social da reportagem. Nesse sentido, segundo Fairclough (2001), há uma tendência contemporânea a designar as instâncias midiáticas como “mediadores solidários”, ou seja, responsáveis por mediar entre uma suposta audiência e aqueles acontecimentos dignos de se tornarem notícias. Ainda nas palavras do autor, “os eventos ‘dignos’ de se tornar notícia se originam de limitado grupo de pessoas que têm acesso privilegiado à mídia, que são tratados pelos jornalistas como fontes confiáveis [...]” (Fairclough, 1995: 87 — grifo meu).

Retomando os estudos de van Leeuwen (1987), Fairclough (1985: 86) afirma que os propósitos do jornalismo são complexos, sendo muitas vezes mascarados até mesmo pelos especialistas e sugere, então, que “os efeitos sociais do jornalismo, parte aberta e parte encoberta, são complexos e contraditórios — a produção de descrições pode ser vista como imparcial e objetiva, mas também como entretenimento, controle social, e legitimações”.

Neste contexto, podemos dizer que as reportagens jornalísticas impressas são “gêneros de governança” (Fairclough, 2003), porque regulam ou controlam outras práticas sociais (práticas acadêmicas, práticas políticas, práticas literárias, por exemplo), mesmo que estejam vinculadas a redes de práticas específicas do jornalismo. As reportagens, de alguma forma, controlam e regulam os eventos noticiados e relatados, quando recontextualizam fatos/ acontecimentos aos/às leitores/leitoras. A maneira como os fatos são relatados (noticiados) pode afetar a interpretação/reação dos sujeitos aos eventos sócio-midiáticos. Se pensarmos na estrutura genérica do texto analisado, neste estudo, observaremos que se trata de uma reportagem jornalística, porque são textos narrativos informativos, sem limite de tamanho, no entanto, não se limita a narrar os acontecimentos, sem juízo de valor.

Neste trabalho, apresento uma análise discursiva de uma narrativa jornalística de uma pessoa transgênero, em texto configurado no gênero² “reportagem jornalística impressa”, de maio de 2013, na revista *RG (Registro Geral do que interessa)*, uma publicação mensal da Carta Editorial. O texto analisado é matéria de capa e tem como chamada o enunciado “LEA T, dá um close nela!”.

Em termos metodológicos, este trabalho segue um percurso transdisciplinar integracionista, uma vez que dialoga com outras áreas, interdependentes, envolvendo princípios integrativos específicos de trabalho para problematizar as questões sócio-discursivas (Magalhães, 2004). Recorro, então, aos estudos sobre identidades de gênero social, corpo e sexualidade, tal como desenvolvidos no campo da Sociologia do Corpo (Le Breton, 2010) e da Teoria *Queer* (Butler, 2002, 2008), em consonância aos estudos discursivos críticos. Haja vista a natureza multimodal do *corpus*, esta investigação apresenta contribuição da análise discursiva textualmente orientada (Chouliaraki e Fairclough, 1999; Fairclough 2001, 2003), para abordagem linguística, e da Semiótica Social (Kress e Van Leeuwen, 2006), para potenciais interpretações imagéticas, a fim de compreender como a mídia problematiza as questões que envolvem o corpo diferente/excluído/marginalizado, entendido, aqui, como aquele que não atende aos padrões hegemônicos e essencialistas. O foco, então, estende-se para problematizar os discursos formadores, hegemônicos, que constituem o sujeito corpóreo, a partir de mecanismos de docilização (Foucault, 1985, 2010; Butler, 2002, 2008).

Para a explanação crítica de problemas sócio-discursivos, sigo a proposta de Chouliaraki e Fairclough (1999), baseados na investigação crítico-explanatória de Bhaskar (1986), que parte da identificação de um problema social com aspectos semióticos, analisado a partir de três momentos: (i) análise da

2. É necessário fazer uma ressalva acerca do termo “gênero”, que neste trabalho, possui dois significados diferentes, em função da tradução do inglês: (i) À tradução de “*genres of discourse*”, refiro-me aos “gêneros do discurso”, no próprio sentido bakhtiniano do termo, para designar os tipos relativamente estáveis de discurso, cujo conceito foi retomado por Fairclough (2001, 2003). (ii) À tradução de “*gender*”, uso para significar o “gênero social”, como arquétipo identitário e cultural baseado nos corpos sexuais, designando homens e mulheres, utilizada por Butler (2002, 2008).

conjuntura, (ii) análise da prática particular e (iii) análise do discurso, a fim de mostrar como tais momentos operam na prática social, como causa e consequência de lutas hegemônicas e relações de força (Chouliaraki e Fairclough, 1999). Tendo esse enquadre analítico definido, volto-me para o texto, cuja análise se situa na interface entre os processos acionais, representacionais e identificacionais, realizados na articulação entre os gêneros, os discursos e os estilos, respectivamente (Fairclough, 2003; Ramalho e Resende, 2011).

Para tanto, seleciono categorias analíticas que estão associadas a maneiras particulares de representar, agir e de identificar questões de gêneros sociais voltadas para a transgeneridade, na reportagem da revista impressa escolhida para a discussão. O foco é o significado representacional e acional, cujo interesse é explorar os modos como a transgeneridade é representada e identificada no texto selecionado como *corpus*.

As categorias utilizadas para a análise linguístico-discursiva são o *Sistema de Transitividade* (Como Lea T é representada por meio de participante, processo e circunstância? Como a transgeneridade é representada e avaliada? (Halliday e Matthiessen, 2004); as relações de *intertextualidade* (Quais vozes e textos são incluídos no material de análise? Quais foram significativamente excluídos? Como são atribuídas as vozes nos textos? São relatadas direta ou indiretamente?) e *interdiscursividade* (Que discursos são articulados nos textos e como são articulados? Quais recursos linguístico-discursivos caracterizam tais articulações?); e a *modalidade* (Como os autores se comprometem nos textos em relação ao tema? Quais os níveis de comprometimento?).

As categorias para a análise imagética são, conforme as orientações de Kress e Van Leeuwen (2006), a *representação narrativa de ações desempenhadas na imagem* (Que ação a Participante Representada (PR) realiza? Qual a posição do seu corpo e o que isso sugere na imagem?); o *sistema de olhar*, associado à relação entre imagem e leitor/leitora (Para quem a PR olha? Que tipo de relação é estabelecida com o/ a leitor/leitora, em termos de distância social?); e a distribuição das pessoas e objetos na *composição imagética* (Qual informação temática? Quais informações novas? A quem é dado destaque?).

Ao longo do artigo, as análises linguísticas e semióticas são desenvolvidas concomitantemente, uma vez que os processos de interpretação e explicação se voltam para a proposta de análise multimodal, e como verbo e imagem

são articulados enquanto prática discursiva midiática, no processo de representação e significação identitária transgênera.

1. Das relações entre corpo, identidades de gênero e mudança sociocultural

Vivemos ainda em uma sociedade heteronormativa e cissexista³, que considera o corpo não só como uma base biológica e fisiológica, mas também como espaço divino que aloca a alma, reforçando as premissas de que as identidades são biológicas e essencialistas⁴, relegando o papel da historicidade e da cultura.

Michel Foucault (1985) lança a temática do corpo para o centro do debate ao discutir sobre o sujeito produzido historicamente por uma exterioridade social, cultural e política. O corpo, nesta perspectiva, funciona como suporte para o exercício da função sujeito. O filósofo já havia localizado, neste contexto, o momento em que o indivíduo perde sua subjetividade para se objetivar nas engrenagens da produção, da máquina, nos processos por ele denominados biopoder e biopolítica. Dessa forma, Foucault vincula o sujeito a uma dimensão política ao pensá-lo (ou problematizá-lo) por meio dos dispositivos de poder que os constrói/constitui.

Em *História da Sexualidade* (1988[2011]), Foucault chama a atenção para o fato de que o discurso sobre a sexualidade foi silenciado, reprimido e, na maioria das vezes, debatido por áreas específicas do conhecimento: médico, ju-

3. O termo “cissexista” significa a aceitação, como única condição de verdade, do projeto heterossexista sobre o arquétipo binário de gêneros sociais, homem e mulher, atrelados à concepção biológica e somática de sexo, masculino e feminino, respectivamente. Em suma, Bento (2008) explica que a heteronormatividade determina como único *locus* habitável para o masculino o corpo de homens, e para o feminino, o de mulheres. O prefixo ‘cis’, do latim ‘deste lado’ e não do outro, corrobora a constituição discursiva da “diferença”, a legitimação de um Eu em detrimento do Outro, em uma relação de segregação, em que uma determinada concepção de gênero, sexo e corpo é aceita como verdadeira, inerente às formas *normais* e *morais* de vida.

4. Woodward (2009) e Hall (2001, 2009) explicam que o termo “essencialista” define uma compreensão identitária a partir da reivindicação por uma “identidade verdadeira”, baseada em argumentos de cunho biológico, conferindo-lhe unidade, frente à apresentação ou desempenho de determinada(s) característica(s). Retomando a crítica quanto à ilusão do *ser*, Butler (2008) complementa que a *essência* estaria relacionada à ideia de uma *substância*, caracterizando um impossível ser idêntico a si mesmo ao longo do tempo. Nas discussões de gênero, o essencialismo subjaz práticas heteronormativas ao vincular o gênero social ao sexo, enquanto propriedade somática e fisiológica da natureza humana.

rídico e psiquiátrico, atravessado pelo empoderamento das práticas religiosas. Estas ordens discursivas e suas orientações normativas ditam atitudes e comportamentos e controlam as corporeidades e suas identidades, influenciando a forma como a sociedade experimenta, compreende e vive as sexualidades.

É neste sentido que o jogo cissexista e essencialista do “ser homem” e do “ser mulher” se esbarra não só nas práticas sócio-interativas que produzem outridades em projetos consubstanciados de gêneros, como nas infinitas nuances presentes nos diferentes tipos de corpos. Isso quer dizer, a princípio, que não é preciso “ser homem” (estar em um corpo com características masculinas) para ser masculino, assim como não é preciso “ser mulher” (ou ter um corpo com características femininas) para ser feminina. Tais relações essencialistas homem ⇔ masculino e mulher ⇔ feminino não passam de relações causais, reforçadas por premissas ideológicas pautadas em construções hegemônicas naturalizadas que oprimem os impulsos pessoais e vontades em função de expectativas sociais altamente normativas, ou, como denomina Butler (2002, 2008), atos performativos que ameaçam, ridicularizam e relegam a desvios formações identitárias que não estejam contempladas no binarismo biológico masculino/feminino.

Butler (2008) busca compreender tais problematizações a partir da compreensão de gênero como performatividade. Ao significarmos o corpo, partimos de uma organização social, um tipo de premissa que nos diz como o corpo é, como deve ser e o que ele pode ser, isto é, agimos por meio de regulações socioculturais que “pré-determinam” a construção do corpo. Assim, é por meio das repetições, da perpetuação de práticas discursivas, que nos construímos e construímos uns aos outros, porém tais interações podem ser interrompidas, contestadas e então novas e renovadas construções identitárias podem surgir, por meio de um “deslize”, potencial de mudança, como diria Carlson (2009). Em outras palavras, podemos ser afetados por tais regulações, mas podemos também nos deslocar, contestar as construções identitárias ditas pelos padrões hegemônicos.

Fato é que o corpo tem voz, tem história e escolhas, ou seja, o sujeito, embora seja estrangido e coagido por normas e atos performativos regularizados, pode ser, agir e tentar se construir da maneira que ele melhor se reconheça. Dessa forma, as discussões sobre gênero tem de sair do campo da

patologia, do diagnóstico, do essencialismo, da biomedicina, e ser discutido na esfera dos direitos humanos, das liberdades civis.

O corpo é compreendido como um construto histórico, social e cultural e é por meio dele que a sociedade se expressa, se constitui no mundo (Le Breton, 2010). Por isso, todas as nossas ações e práticas são mediadas pela corporeidade; neste sentido, o corpo pode ser (e é) muitas vezes domesticado, controlado, disciplinado pelas estruturas e instituições (Butler, 2008; Foucault, 1985).

Embora a discussão sobre as políticas públicas para a população LGBT tenha se intensificado em função de pesquisas acadêmicas, da circulação de blogs ativistas e movimentos afirmativos em favor do reconhecimento social, humano e ético destas outridades, ainda assim as ações e programas formulados no Brasil — pelo governo federal e também pelos governos estaduais e municipais — com vistas ao combate à homofobia e transfobia e à promoção da cidadania da população LGBT são marcados pela fragilidade institucional e por deficiências estruturais (César, 2014; Louro, 2009). Isto leva ao diagnóstico de que no país, no que diz respeito a esses temas, muito se tem discutido e problematizado, mas os avanços são lentos; há ainda muito espaço na esfera pública para as violências verbais e físicas e para enfrentamentos de todos os tipos.

A seguir, apresento o esforço analítico discursivo que se pautou na ideia de que o corpo é “o vetor semântico pelo qual a evidência da relação com o mundo é construída” (Le Breton, 2010: 7).

2. Anatomia de um anjo: Lea T

O texto foi publicado em maio de 2013, na revista *RG (Registro Geral do que interessa)*, publicação mensal da Carta Editorial e, segundo site da SITERG, a referida publicação “é um registro geral do que acontece de mais bacana no Brasil e no mundo. A revista RG, todos os meses, traz para você com humor e elegância as melhores festas, jantares, eventos, estréias e recepções, incluindo moda, comportamento e cultura”.

O texto aqui analisado é matéria de capa e tem como chamada principal o enunciado “LEA T, dá um close nela!”. A reportagem, intitulada “Anatomia de um anjo”, foi produzida pela jornalista Barbara Gancia, com fotos de J. R. Duran, e tem doze páginas, com seis fotos da Lea T, em uma proposta de ensaio de moda.

Cabe ressaltar que Lea T é a primeira modelo transexual de destaque mundial, e, segundo o site Models.com, está entre as 50 principais modelos da atualidade. É filha do ex-jogador da seleção brasileira de futebol Toninho Cerezo, nasceu em Belo Horizonte e se chama Leandra Medeiros Cerezo. Ganhou grande notoriedade ao trabalhar como modelo da grife Givenchy, e pelo fato de abordar publicamente a cirurgia de transgenitalização à qual se submeteu.

A reportagem jornalística da Revista RG sobre Lea T apresenta uma construção informativa e opinativa antes focada no corpo físico essencialista do que na problematização sociopolítica da transgeneridade. A capa da revista já sinaliza para o tom com que será desenvolvida a reportagem. Baseados nas orientações de Kress e Van Leeuwen (2006) para descrição e interpretação crítica imagética, observamos Lea T agindo como a única Participante Representada (PR) da foto. É uma ação não-transacional, uma vez que o foco recai sobre ela, e, claro, pelo vetor que sai dos olhos dela em direção ao/à leitor/leitora. Considerando o Sistema de Olhar, podemos dizer que a revista pretende criar um vínculo entre a PR e o/a leitor/leitora, buscando gerar uma relação imaginária de afeto e cumplicidade.



Figura 1: Revista “RG” — Capa

Fonte: revista *RG* (*Registro Geral do que interessa*).

Embora o olhar seja de demanda, a imagem aponta para a construção de um corpo em oferta, como item de informação a ser observado e analisado pelo/pela leitor/leitora. O enquadramento da imagem em posição de médio distanciamento em relação ao/à leitor/leitora é comum em editoriais de moda, uma vez que permite ao/à leitor/leitora observar a composição da roupa, a construção física do corpo e a beleza, como um todo significativo. Tal enquadramento médio, somado à perspectiva do ângulo horizontal, quase frontal, gera maior empatia e aproximação entre a PR e o/a leitor/leitora. Em termos de modalidade, a imagem apresenta detalhamento e usa a fotografia em preto, branco e vermelho, como representação modular deste corpo em destaque, posicionado ao centro.

Estas informações multimodais da imagem reforçam a chamada da capa “LEA T — Dá um close nela!”, com a fonte maiúscula, em negrito e em vermelho contrastando com o preto e branco do corpo, dando, ao que parece, força e destaque à PR, que é uma modelo transexual de fama internacional. Nesta chamada, reparemos no jogo com o léxico “close” que pode estar sugerindo uma vinculação à Roberta Close, a transexual notadamente reconhecida nacional e internacionalmente. Neste enunciado, o/a leitor/leitora é chamado/chamada a observar a modelo, e obviamente, sua beleza e corpo, em destaque, uma vez que o nome artístico LEA T está em posição tópica, temática, apontando para uma informação que pode ser tratada como novidade, uma vez que há um movimento tonal, com uso da exclamação ao final. Este tom de novidade, de surpresa, é salientado ao longo do texto, como observaremos a seguir.

A reportagem inicia-se com página dupla: do lado esquerdo, em termos composicionais e informacionais, tem-se uma página em branco, cujo título da reportagem em preto, no centro da folha, em fonte maiúscula, é: “ANATOMIA DE UM ANJO”. Além do título em destaque, são apresentados o nome da jornalista, do fotógrafo e da *styling*⁵, reforçando a ideia de um editorial de moda. Na página da direita, a informação nova, traz a fotografia

5. Em Moda, *Styling* é basicamente criação de Imagem, que tem como finalidade tornar o produto de Moda mais atraente e ao mesmo tempo reforçar o conceito do produto. Disponível em <<http://schoolparkmodel.blogspot.com.br/2010/05/o-que-e-styling-e-stylist.html>>. Acesso em 02.02.2015.

da modelo em plano médio, tomada em ângulo vertical e frontal, o que sugere posição de poder em relação ao observador, que é olhado pela PR em relação de demanda, embora com olhar de superioridade, sugerido pela sutil elevação da cabeça, como se olhasse de cima, conforme se observa na seguinte figura:



Figura 2: Lea T — Revista RG

Fonte: revista *RG* (*Registro Geral do que interessa*).

O título “Anatomia de um anjo”, construído com grupos nominais, descreve o tipo de corpo que será representado e “problematizado” ao longo da reportagem. Mas tal construção lexical apresenta alguns potenciais significativos bem interessantes: (1) se partirmos do princípio de que o léxico “anatomia” trata da estrutura de um corpo organizado, como fazer isso com um corpo celestial, que é espiritual, e que, portanto, não tem um sexo definido?; (2) se considerarmos em termos figurados que o léxico “anatomia” pode ser usado para se referir à análise meticulosa, rigorosa, isso será então realizado na reportagem? O texto irá fazer uma leitura meticulosa do corpo de LEA T, considerada um anjo? Por que a representação de anjo para designar a modelo transexual? Nas teorizações cristãs, anjo é o mensageiro entre Deus e os homens, que nos remete a alguns atributos de bondade, virtuosidade, proteção.

No entanto, como foi dito, é assexuado. Ao que parece, esta será a orientação do texto: falar sobre o indivíduo transgênero na perspectiva do corpo essencialista e binário, e não nas questões que envolvem a transgeneridade.

A página que segue apresenta, no lado esquerdo, no âmbito da informação dada, a imagem fotográfica da modelo/corpo em posição central, no plano médio, em preto e branco, em posição de oferta, assim como o olhar. Neste caso, o/a leitor/leitora observa o corpo, como um item de informação, como uma estátua a ser contemplada. O fato de a modelo estar usando uma peça de biquíni branca com uma blusa social também branca e aberta pode reforçar a ideia do título “anjo”. Além disso, a cor branca deixaria transparecer (o que não ocorre) qualquer tipo de “problema, sujeira, deformação”.

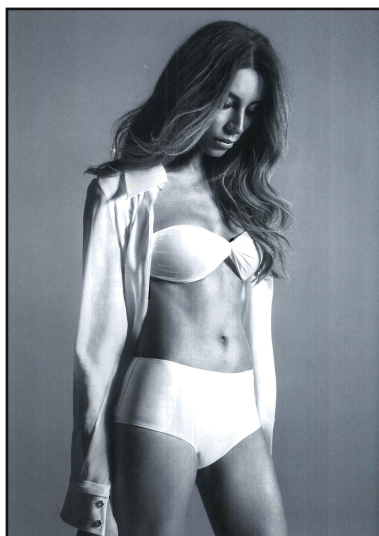


Figura 3: Lea T — Anatomia de um anjo

Fonte: revista *RG* (*Registro Geral do que interessa*).

O olhar da modelo, embora não se alinhe ao de quem está observando-a, está se dirigindo em relação vetorial para baixo, ao que parece, em direção à genitália, velada, escondida, sem qualquer nuance que faça referência à presença dos órgãos sexuais, o que nos permite duas possíveis interpretações: (1) refor-

çar a caracterização angelical de PR, uma vez que o encobrimento dos órgãos sexuais, enquanto prática pudica, estaria associado ao atributo assexuado dos anjos; ou (2) evidenciar sua corporeidade feminina associada à ausência do pênis, uma vez que o membro estaria supostamente evidente sob a vestimenta. Neste caso, a blusa social, que, culturalmente nos remete ao típico vestuário masculino, logo, à sua simbolização corpórea (Castilho, 2004; Crame, 2006), aberta, pode significar o revelar do feminino, seu nascimento e transformação, em suma, o tornar-se mulher, liberta do corpo que antes era masculino.

Na página da direita, na informação nova, tem-se o início do texto da reportagem. Vale ressaltar que as revistas impressas mensais buscam apresentar e explorar, para o/a leitor/leitora, eventos e fatos, muitas vezes já conhecidos, por ângulos diferentes, informações e histórias exclusivas, é o que parece fazer a revista.

A história da modelo transexual foi amplamente divulgada na mídia aberta por vários motivos, pelo fato de ser filha de um conhecido ex-jogador de futebol, ser uma modelo internacional bastante reconhecida e por se ter submetido à cirurgia de transgenitalização, portanto uma celebridade que vale a pena ser entrevistada e se tornar não só notícia, mas principalmente matéria de capa, ou, nos termos de Fairclough (1985), uma celebridade “digna” de atenção midiática.

Pelo poder de mediação, de transformação ou manutenção de certos valores e crenças hegemônicas, as revistas podem também ajudar na reafirmação, transformação ou reforço de identidades. Entendendo que a revista é uma prestadora de serviços, que tem como objetivo levar informações críveis para a sociedade, foi possível perceber que a reportagem é carregada de opiniões, com uma estrutura textual e linguística simples, porém com muitas apreciações e julgamentos acerca do problema sócio-discursivo: a transgeneridade.

O tom e a linguagem do texto expressam a voz da revista e reforçam o cuidadoso projeto gráfico. A reportagem inicia-se com o “lead” bastante curioso, em negrito: “A coisa anda tão natural que já nos permitimos fazer piadas deliciosas como esta: Daniela Mercury finalmente completou a transição da axé ‘music’ para a MPB.”

Daniela Mercury é considerada a primeira cantora baiana de axé music; já teve várias relações afetivas heterossexuais, tem dois filhos, mas em

2013 assumiu publicamente um relacionamento homoafetivo com a jornalista Malu. Casaram-se oficialmente. Assim, a informação em suspense colocada em posição temática por meio de um léxico vazio, indefinido, “coisa”, e portador do atributo intensificado “tão natural” pressupõe que esta “coisa” não era compreendida, ou aceita, ou permitida, por todos e muito menos as piadas decorrentes desta situação poderiam ser qualificadas como “deliciosas”.

Fato é que a jornalista inicia seu texto com julgamentos irônicos explícitos e apreciações acerca de alguns eventos que retratam questões envolvendo relações homoafetivas (Daniela Mercury) e não sobre pessoas transgêneros. Já se nota aí certa confusão conceitual, assim como temática, decorrente de práticas discursivas que confundem questões de gênero associadas intrinsecamente às questões de sexualidade, ou seja, o gênero como atributo decorrente do sexo, enquanto uma condição somática, fisiológica e anatômica (Bento, 2008).

Observe-se, abaixo, a forma como a jornalista se inscreve, em seu texto, de forma a tecer julgamentos e apreciações fortemente opinativas investidas de posicionamentos ideológicos sobre algumas ações, pessoas que falam (ou não) sobre as questões contemporâneas de identidade de gêneros:

1. *“E o que o clima mudou tanto que até a carrancuda revista *Veja*⁶ viu-se obrigada a retirar de seu arquivo na internet aquele texto ridículo que comparava homossexuais a cabra”.*
2. *“[...] é capaz de brotar em uma comissão da Câmara — como espinha que surge na ponta do nariz na véspera de um date — uma praga feito esse Marco Feliciano⁷, o deputado dito pastor televisivo, dito presidente de um grupo que deveria estar tratando de defender direitos das minorias”.*

6. A revista *Veja* caracteriza-se como uma publicação semanal de informação geral, destinada à classe média, e normalmente dá um tratamento mais conservador aos assuntos que envolvem identidades de gênero e corporeidade. Neste texto especificamente havia uma comparação grosseira entre homossexuais e cabras.

7. Pastor Marcos Feliciano, em 2013, causou muitas polemicas ao presidir a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados e negar várias discussões que envolviam os direitos do LGBT, inclusive um material escolar sobre educação sexual.

O texto apresenta um cunho fortemente argumentativo e opinativo, o que foge às características textuais genéricas da reportagem jornalística e se aproxima textualmente de gêneros opinativos. Os excertos 1 e 2 apresentam o posicionamento sócio-discursivo e político da voz textual de forma depreciativa, irônica e bastante debochada, por meio de epítetos avaliativos (carrancuda, ridículo, dito), além de metáforas desqualificadoras e negativas (brotar, praga, espinha) em relação à postura conservadora e hegemônica da revista *Veja* e do Deputado evangélico Marco Feliciano.

3. *“Mas quem vai questionar que vivemos no momento mais promissor que este país e tantos outros das Américas Latinas e do Norte...”*

4. *“Um arco-íris enorme cobriu o céu, um presidente americano acha que agora é a nossa vez e as leis estão virando a nosso favor.”*

Os excertos 3 e 4 sinalizam a visão positiva e afirmativa da jornalista frente às questões que serão abordadas na “reportagem opinativa” que traz como ícone de tais debates a modelo transex: Lea T. Usa inclusive o símbolo do GBTLS, o arco-íris, em posição temática para dar proeminência ao assunto, deixando claro, para o/a leitor/leitora, que ela se coaduna e se identifica com a causa: “as leis estão virando a nosso favor”. No entanto, representa esse reconhecimento da transgeneridade ou das outridades de maneira superficial e irônica: “um arco-íris, clima de empolgação”. Além disso, usa léxicos no diminutivo para representar a forma como irá entrevistar Lea T: “capinha cor-de-rosa, bloquinho de anotações amarelinho e lápis multicolorido”, acentuando a ideia do arco-íris e de uma profusão de cores (cor-de-rosa, amarelinho e multicolorido), a fim de significar e simbolizar, estereotipadamente, o universo GBTLS.

É neste tom de conversa que a jornalista introduz o tema: a entrevista com a Lea T, ao dizer que vai se encontrar com “a mais situada e assumida das criaturas (corajosa!) em uma tarde de uma sexta-feira de fim de verão...”. Exprime e aprecia, portanto, as qualidades de Lea T, de maneira intensificada e forte: mais situada e assumida, corajosa! Enfim, digna de ser entrevistada e admirada por todos.

Tal admiração é reforçada, no texto, ao apontar que a modelo não apresenta o mesmo comportamento de outras modelos (são mal humoradas,

não se alimentam), e o faz de maneira irônica: “acho que vou vomitar o que não comi no almoço porque não almoço”. A jornalista então cria uma atmosfera de humanização e proximidade ao reforçar que a modelo “já entrou pelo café a passos largos e mirando na minha direção com um sorrisão desarmado, nada a esconder”. Ao destacar de forma positiva e apreciativa o sorriso da modelo, ainda o julga de maneira valorativa ao dizer que é “desarmado, nada a esconder”, e deixa implícito que outros entrevistados escondem informações e não têm boas relações com a imprensa. No entanto, ao que parece, usa características do campo semântico masculino para representar a modelo: *a passos largos, desarmado*.

De maneira temática e circunstancial (*Baci e abbracci, mezza italiana, mezza brasileira*), atribuindo qualidades funcionais (*modelo profissional, contratos com Givenchy e Dolce & Gabbana*), a jornalista a apresenta ao/à leitor/leitora:

5. “*Baci e abbracci, mezza italiana, mezza brasileira, Lea é modelo profissional, contratos com Givenchy e Dolce & Gabbana, chamada a toda hora para trabalhar em NY e Milão.*”

A construção identificacional de Lea T, no texto, se mostra de duas formas: (1) como atora de ações concretas com metas muito claras: “Fez editoriais para as principais revistas de moda do planeta. Desfilou aqui e acolá”. A modelo é representada como uma profissional bastante qualificada e legitimada internacionalmente; (2) como portadora de atributos positivos relacionados à beleza e à sexualidade feminina: “É requisitada, desejada, virou símbolo sexual, linda de morrer, exuberante”. Nota-se a construção de uma persona portadora de atributos capazes de causar impactos e gerar reações hiperbólicas de afeição, apreciação e admiração.

Predominam, ao longo do texto, as identificações relacionais criadas a partir das relações sociais estabelecidas e das posições que Lea T ocupa na sociedade, seja como modelo, seja como transexual, seja como filha de um ex-jogador de futebol, como se observa no excerto abaixo:

6. *“E ainda oferece um diferencial bem palpável para quem está procurando acrescentar modernidade, liberdade e irreverência à sua campanha de marketing ou marca: Lea T personifica a não conformidade uber ousada e glamourosa de ter nascido Leandro Medeiros de Cerezo, filho de um ídolo do esporte de ter virado uma transex, ou seja, alguém que passa pelo processo hormonal e psicológico na preparação para a mudança de sexo e, finalmente, em 2002, de ter sido submetida a uma cirurgia radical, definitiva e irreversível a fim de adequar o gênero do ser que habitava ao corpo que Deus lhe deu.*

O excerto 6 nos mostra o uso de certos processos altamente significativos para a análise, uma vez que focam representações de experiências tanto concretas e relacionais como interiores, do nível da consciência. A jornalista lança mão de processos relacionais possessivos ao representar o corpo da Lea T como um produto em oferta — “oferece um diferencial bem palpável para quem está procurando acrescentar modernidade, liberdade e irreverência à sua campanha de marketing...”-, um produto/corpo *marquetizado* com apreciações valorativas positivas: modernidade, liberdade e irreverência, além de uma não conformidade *uber* ousada e glamourosa.

Além disso, os processos materiais colocam Lea T como paciente e beneficiária de ações que a transformaram em uma transexual: “passa pelo processo hormonal e psicológico na preparação para a mudança de sexo e ter sido submetida a uma cirurgia radical, definitiva e irreversível a fim de adequar o gênero do ser que habitava ao corpo que Deus lhe deu”. Este fragmento apresenta algumas potencialidades significativas que nos interessa comentar com mais profundidade.

O corpo de Lea T é representado como agente, como produto/instrumento e como local para construção do gênero. Aponta, assim, o texto para o papel dos processos materiais como elementos discursivos que indicam a execução de atividades realizadas por um sujeito ofuscado/excluído (passa pelo processo; na preparação para a mudança; ter sido submetida) que exerce ação em direção à modelo. O único ator que age explicitamente em direção à Lea é Deus, que a beneficiou com um corpo físico/suporte. Como foi dito, é um

excerto bem peculiar porque nos aponta várias questões: (1) qualifica a cirurgia por meio de epítetos avaliativos do mesmo campo semântico: radical, definitiva e irreversível; esta ênfase reforça o atributo dado à modelo: Corajosa!; (2) aponta para a construção de um novo corpo e (3) chama a atenção para o discurso contemporâneo de que o corpo pode habitar outridades diferentes daquela que foi gerada “biologicamente” ou “criada por Deus”.

Tal excerto coloca em xeque as certezas universais e hegemônicas de que os sujeitos são, em sua essência, heterossexuais constantemente reafirmados como inatos, e, por isso, não problematizáveis, servindo de meio/suporte para moldar as relações sociais, em um padrão potencialmente conhecido como “heteronormativo” (Butler, 2008; Salih, 2012). O texto problematiza, mesmo que superficialmente, os discursos hegemônicos da matriz heteronormativa e das construções binárias biológicas, além de tecer crítica ao criacionismo — corpo dado por Deus.

Há uma ênfase em representar a modelo por meio de suas características físicas, o estilo de se vestir, reforçando a construção da outridade feminina:

7. *“Só aquela figura solar com expressão de quem anseia por aprovação — Dio mio, com è giovane! Não é tão alta quanto aventam (1,81 metro), mas bem mais desajeitada [...]”.*

8. *“Vestido de crochê bem curtinho, botas igualmente curtas, mangas longas cobrindo as mãos até a metade — chamar o mínimo de atenção possível para as proporções, que não se encaixam nas de uma mulher convencional, parece ser preocupação importante. E o cabelo é de morrer de inveja”.*

9. *“Percebo que Lea é tão desarmada quanto aparenta ser. Não estou diante de uma estrategista”.*

Observe que, no excerto 8, ao dizer que a modelo não se encaixa nas proporções de uma mulher convencional, a jornalista reforça discursos hegemônicos marcados e formados por práticas discursivas (Butler, 2008). Práticas estas que produzem os corpos pelo discurso da religião, da mídia, da medicina, da psicologia e da moda, entre tantas outras instituições normativas sob as quais o “corpo carrega e acomoda discursos, nas quais o habita como parte de seu

próprio sangue” (Butler, 2008: 163). Podemos levantar algumas problematizações: (1) o que é ser (ter corpo de) uma mulher convencional? (2) Quais são as proporções de uma mulher convencional? Ao que parece, a jornalista apresenta dificuldades em se relacionar, entrevistar e compreender a experiência corpórea de Lea T, ao atribuir para a modelo algumas metáforas atributivas depreciativas e críticas não só de caráter (desarmada, estrategista), mas também qualificações negativas — “bem mais desajeitada”; “com expressão de quem anseia aprovação”.

A voz da jornalista ecoa ao longo do texto por meio de comentários sobre as informações relatas por Lea T, além de interpelações dialogadas com o possível leitor/leitora, características de textos opinativos:

10. “E, Obi, leitor obtuso, tanto pode ser Obi Wan Kenobi, quanto ‘coração’ em dialeto de alguma tribo africana que Lea pronuncia ‘tribú’, como no italiano. ‘O nome do meu yorkshire adorado eu carrego tatuado nas costas’, revela. ‘Posso ver? Sou cara de pau. Claro!’ E já vai logo levantando o vestido de crochê até o peito. Se tivesse nascido menina, será que Lea teria levantando o vestido com tanta desenvoltura?”.

Nota-se que Lea T é avaliada, constantemente, seja pela aparência, seja pelo modo de se vestir e de falar, seja pelo comportamento e corpo feminino. Essa construção se estabelece antes por uma conversa tipo relato-comentado, um tipo de fala cooperativa e opinativa, do que por um relato de fatos e informações. O texto apresenta características de um acontecimento comentado, com direito à personalização do ponto de vista e subjetividades. O comportamento de Lea T é continuamente examinado e avaliado como diferente:

11. “Agora estamos (ela merece o uso do plural majestático posto que já foi um, passou por uma transição em que se tornou duas metades e agora é totalmente outra) com outra postura diante da vida”.

12. “Mas quase nenhum travesti que ocupe posição de destaque em profissões em que a aparência seja de fundamental importância”.

O comentário elaborado e explicativo entre parênteses para justificar o uso do “nós” inclusivo, como efeito discursivo de identificação, cumplicidade, soa, porém, vago e preconceituoso. O que é “se tornar duas metades”? A cirurgia de transgenitalização não pode ser reduzida a esta narrativa metafórica de um ser que se divide em dois e se torna uno.

Os modos como as pessoas agem, pensam sobre uma dada situação influenciam a forma como o evento é experienciado, compreendido em termos socioculturais. Neste ponto, vale a pena analisarmos a maneira como Lea T representa a cirurgia de transgenitalização e suas consequências na vida social:

13. *“Quando acordei da anestesia, eu senti uma dor tão intensa, mas tão intensa — você pode imaginar, não? — que quis voltar atrás e não ter tomado aquela decisão’, continua... É humano isso, não? Pergunta”.*

Anne Damásio (2011) diz que o corpo é projeto onde sexo, gênero e sexualidade se encontram em uma materialização que não esgotam o repertório de composições corporais possíveis. Ao lançar a pergunta retórica — “É humano isso, não?” — busca se humanizar diante não só da jornalista, mas também do/da leitor/leitora, e faz do corpo a extensão de sua experiência, das tramas familiares e coerências sentimentais, sociais e comportamentais (Le Breton, 2010).

14. *“Você já imaginou o tipo de situação que eu enfrento? Amigo meu que antes não queria nada comigo porque eu era homem agora quer me pegar e vem me perguntar se isso faz dele um gay, eu posso?”.*

15. *“Por isso, é comum o travesti exagerar tanto na plástica e acabar parecendo mulher caricata, explica. Ele capricha tanto para ficar perfeito, para não errar, ele não pode errar, tem de ser duas vezes melhor do que o outro”.*

Os excertos 14 e 15 apresentam as dificuldades sofridas pelos corpos trans e a busca pela aceitação da corporeidade, nesta sociedade ainda heterossexista e essencialista, cujas outridades são deslegitimadas e negadas.

A forma como a jornalista representa a transgeneridade é bastante curiosa porque a voz textual não produz e faz circular discursos que problematizem tal questão, mas sim posicionamentos que acentuam a diferença. Há uma tentativa vaga que ressalte o reconhecimento do outro, a quebra do preconceito:

16. *“Começo a entender a armadilha de se viver uma vida tão intrincada, enjaulada em um corpo que você não reconhece como sendo seu. Fazemos a comparação com um homossexual, só para ressaltar o quão mais dramática é a situação”.*

17. *“Começo a entender que ser gay é outra categoria de coisa do que ser travesti, transexual e outra sigla dessas que vêm sendo adicionadas a cada ano ao termo GLBTS (é essa a ordem correta?)”.*

18. *“Gays se relacionam com pessoas do mesmo sexo sem querer ser outra pessoa”.*

Processos mentais em posição temática nos excertos 16 e 17 representam a dificuldade de a jornalista compreender e experienciar internamente as questões relacionadas às identidades de gêneros e as questões decorrentes delas. Em 16, representa o ser e viver como uma transexual com metáforas avaliativas, como “armadilha”, “vida tão intrincada”, “enjaulamento”, situação “o quão mais dramática”. Ao fazer isso, metaforiza determinados conceitos e realidades para o que é ser e viver como uma transexual.

As metáforas da armadilha e do enjaulamento conseguem mostrar características importantes sobre como a sociedade compreende a maneira de se viver de uma pessoa transexual: o embuste, a cilada de ser viver uma vida obscura, confusa, “anormal”. A metáfora do enjaulamento do corpo tem um papel importante que é fazer com que as transexuais sejam vistas como corpos/bichos/feras que estão encarceradas, presas. E sugerem também a necessidade de se aceitar o corpo em que se nasceu, remetendo-nos a uma interface do binarismo platônico inerente ao corpo e a alma, o corpo jaula, o corpo condição eterna.

Em 17, parece desmerecer o debate afirmativo sobre as identidades de gêneros ao ironizar que “que coisa é”, e “outra sigla dessas que vem sendo adicionadas ao termo GLBTS”, e mais uma vez entre parênteses um comentário

depreciativo: “é essa a ordem correta?”. Ao fazer isso, o texto se afasta de qualquer questionamento a respeito da exclusão social, minorias, políticas afirmativas de identidades de gênero. Sugerir que siglas são adicionadas, de forma aleatória, a cada ano, desqualifica e trata o problema sócio-discursivo de maneira superficial. Ao afirmar a diferença com os gays resvala para narrativa simplista e reducionista, estabelecendo enquadres de experiências, os quais se fundamentam em avaliações afetivas, éticas e apreciativas.

A relação dissociativa entre corpo, sexualidade e gênero, nos debates *Queer* pode ser observada na fala de Lea T, na construção da sua feminilidade. Embora Lea T esteja construída em um corpo fisicamente feminino seja pela aparência, seja até mesmo por intervenções cirúrgicas, há ainda o componente físico-fisiológico, a voz, por exemplo, que, de alguma forma, ressaltaria a corporificação do masculino. O “falar grosso” ainda evoca a masculinidade, a potência, a virilidade do macho, talvez, o que a leva a afirmar “que nunca será mulher”, reforçando, assim, a concepção de mulher hegemônica, que nos termos de Butler (2002, 2008) em crítica ao essencialismo, seria igualmente fantasmática.

19. *“Claro que minha voz continua mais grossa e que nunca vou ser mulher, diz. Mas já passei por muita coisa e estou bem contente por ter chegado aqui”.*

O fato é que “estar exposta” denuncia a vulnerabilidade do seu corpo à opinião pública, o que implica a compreensão do corpo como uma dimensão pública. Ou seja, um corpo que ao mesmo tempo é agente, dinâmico, flexível, também é vulnerável e exposto a violências. Ao relacionar o fato de não se considerar totalmente mulher porque ainda apresenta características masculinas, como a voz grossa, a fala da modelo parece tentar atenuar violências e se autoprotger de possíveis críticas e equívocos socioculturais.

No entanto, podemos entender tal afirmação como a concretização da desestabilização da pretendida universalidade e da fragilidade das categorias binárias da heteronormatividade: masculino-feminino, macho-fêmea, heterossexual-homossexual. Não há assim uma condição fixa do que seja o território do masculino e do feminino, mas, em muitos casos, novas rearti-

culações, construções ou mesmo relações que se constituem em um contínuo, em fronteiras tênues, em trânsito...

Considerações finais

O texto problematiza, por meio de sua personagem principal — Lea T —, que a sociedade precisa entender que os limites do corpo extrapolam a pele e que a gestualidade e a estética apenas fazem parte das construções corpóreas, o que implica dizer que não são condição *sine qua non* para a constituição de corpos generificados.

Lea T é representada, no texto, como agente, como produto/instrumento da indústria da moda e como local para a formação do gênero transmulher. A transgeneridade é representada e avaliada de maneira vaga, sem um aprofundamento sobre o problema sócio-discursivo analisado: corpo transgênero. Um produto/corpo “marquetizado” com apreciações valorativas positivas: modernidade, liberdade e irreverência, além de uma não conformidade *uber* ousada e glamourosa.

A construção jornalística se estabelece antes por uma conversa tipo relato-comentado, um tipo de fala cooperativa e opinativa, do que por um relato de fatos e informações. As únicas vozes que se entrecruzam no texto são a da jornalista e a da Lea T, que, segundo Fairclough (2003), acentua ainda a diferença, uma vez que foram excluídas vozes de outras instituições, dos movimentos, ou mesmo da família. As falas de Lea T são relatadas tanto diretamente quanto indiretamente. Ao relatá-las indiretamente, a voz textual jornalística se funde à voz da Lea T, por meio das construções avaliativas. Dessa forma, há um forte engajamento da voz textual jornalística em relação à formação identitária de Lea T.

Outra questão levantada é que muitas das situações de exclusão e marginalização pelas quais as transexuais vivem devem-se à negação sistemática do estado em reconhecer tal identidade, negando a elas a identidade social, a cirurgia de transgenitalização e o direito à saúde integral — bem estar físico, psicológico e social em conformidade com a identidade e a expressão de gênero assumida, de acordo com o projeto político de vida.

No Brasil, por exemplo, as pessoas transgêneros não têm existência jurídica; não são reconhecidas como cidadãos/cidadãs legitimadas/os pela con-

dição que escolheram, por isso ainda se limitam a serem aceitas ou não pela sociedade; em sua grande maioria são julgadas/os não só pela estima social (pertencimento, normalidade), mas principalmente pela moralidade, caráter.

O reconhecimento jurídico da identidade permitirá não só a inclusão destas pessoas, mas principalmente o acesso ao trabalho sem preconceitos, à saúde, à educação e à justiça. No contexto brasileiro, as transexuais são estigmatizadas, e muitas vezes suas atitudes, relações sociais e comportamentos, estão associados ao esquema promiscuidade-pobreza-violência.

Referências bibliográficas

- BAUMAN, Z. *Vida em fragmentos*. Sobre a ética pós-moderna. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- BENTO, B. *O que é transexualidade*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2008.
- BHASKAR, R. *Scientific Realism and Human Emancipation*. London: Verso, 1986.
- BUTLER, J. *Cuerpos que importan: sobre los límites materiales y discursivos del sexo*. 2ª ed. Buenos Aires: Paidós, 2002.
- *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- CARLSON, M. *Performance: uma introdução crítica*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.
- CASTILHO, K. *Moda e Linguagem* — 2ª ed. rev. — São Paulo: Editora Anhembi Morumbi, 2004.
- CÉSAR, M.R.A. “(Des)fazendo gêneros e queerizando a vida: a (des)educação de corpos”. Em: FERRARI, A. (org.) *Corpo, Gênero e Sexualidade*. Lavras: UFLA, 2014. 159-174.
- CHOULIARAKI, L. & FAIRCLOUGH, N. *Discourse in Late Modernity. Rethinking Critical Discourse Analysis*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.
- CRANE, D. *A moda e seu papel social: classe, gênero e identidade das roupas*. São Paulo: Editora SENAC, 2006.
- DAMASIO, A. “Botando corpo e (re)fazendo gêneros”. *Bagoas*. 6 (2011): 211-241.

- FAIRCLOUGH, N. "Critical and Descriptive Goals in Discourse Analysis". *Journal of Pragmatics*. 9. 1985: 739–763.
- *Critical Discourse Analysis: Papers in the Critical Study of Language*. London: Longman, 1995.
- *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora UnB, 2001.
- *Analysing Discourse: Textual Analysis for Social Research*. London — New York: Routledge, 2003.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 1985.
- *Os anormais: curso no Collège de France (1974-1975)*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Editora WMF — Martins Fontes, 2010.
- *História da sexualidade 1: a vontade de saber*. 21ª reimpressão. São Paulo: Edições Graal, 2011.
- FOWLER, R. *et al. Language and Control*. London: Routledge, 1991.
- HALL, S. *Identidade cultural na pós-modernidade*. 5.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- "Quem precisa de identidade?" In: SILVA, T.T. (org.). *Identidade e Diferença. A perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis — Rio de Janeiro: Vozes, 2009: 103-133.
- HALLIDAY, M. A. K.; MATTHIESSEN, C. *An Introduction to Functional Grammar*. London: Edward Arnold, 2004.
- KRESS, G & VAN LEEUWEN, T. *Reading Images: The Grammar of Visual Design*. London: Routledge Taylor e Francis Group, 2006.
- LE BRETON, D. *A sociologia do corpo*. 4.ed. Petrópolis — Rio de Janeiro: Vozes, 2010.
- LOURO, G. P. "Pensar a sexualidade na contemporaneidade". Em Paraná. Secretaria de Educação. Superintendência de Educação. Departamento de Diversidade. Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual. *Sexualidade*. Curitiba, 2009: 29-37.
- MAGALHÃES, I. "Teoria crítica do discurso e texto". *Linguagem em (Dis)curso*. Tubarão, v.4, n.esp. (2004): 113-132.
- RAMALHO, V; RESENDE, V. M. *Análise de discurso (para a) crítica: o texto como material de pesquisa*. Campinas: Pontes Editores, 2011.

- SALIH, S. *Judith Butler e a Teoria Queer*. Tradução e notas Guacira Lopes Louro. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.
- VAN LEEUWEN, T. “Generic Strategies in Press Journalism”. *Australian Review of Applied linguistics*. 10 — 2 (1987): 199-221.
- WOODWARD, K. “Identidade e diferença: uma introdução conceitual”. Em SILVA, T.T. (org.). *Identidade e Diferença. A perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis — Rio de Janeiro: Vozes, 2009: 7-72.

Nota curricular

Maria Carmen Aires GOMES. Formada em Letras (Português/Inglês) pela Universidade Federal de Ouro Preto (1993) e mestre (1996) e doutora (2003) em Estudos Lingüísticos/Análise do Discurso pela Universidade Federal de Minas Gerais, realizou pos-doutorado (2011) em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem na PUC/SP e é professora na Universidade Federal de Viçosa.

Contacto

mcgomes@ufv.br

Poética e ritmo da Música Popular Brasileira

Lucio Menezes Valentim

Universidade Estácio de Sá (Brasil)

Resumo

Este texto reflete as relações do clássico com o popular dentro da cultura nacional, buscando estabelecer um nível de vínculo entre o conceito de música popular brasileira — do maxixe à chamada Música Popular Brasileira (MPB) —, com as formas clássicas do verso — da redondilha ao metro alexandrino.

Palavras chave: MPB — Literatura e música — Teorias da literatura — Comparatismo.

Poetics and Rhythm of Brazilian Popular Music

Abstract

This text ponders the relationship between the classic and the popular inside de national culture, trying to set a level of bond between the concept of Brazilian popular music — from *maxixe* to the so called *MPB* —, and the classic forms of the verse — from roundels to Alexandrian meters.

Key words: MPB — Literature and Music — Theory of Literature — Comparatism.

Receção: 20-09-2014 | Admissão: 13-03-2015 | Publicação: 01-09-2015

VALENTIM, Lucio Menezes. “Poética e Ritmo da Música Popular Brasileira”. *Agália. Revista de Estudos na Cultura*. 110 (2014): 103-127.

1. A *Música Popular Brasileira* (MPB)

Desde a crítica de Mário de Andrade¹ à mais recente de Cravo Albin² — passando pelo crivo de Tinhorão³ —, a expressão *música popular brasileira* vem sendo deliberadamente empregada. Aqui, para efeito didático, utilizaremos o conceito de *MPB* que passa a ser veiculado no Brasil por volta dos anos de 1960, decorrente das controvérsias oriundas do clima político da época e que engloba “um misto de agregado de gêneros musicais com instituição sociocultural” (Napolitano, 2007: 89).

Forjada na indústria cultural dos grandes Festivais da Canção⁴ ou originária dos CPC's⁵ que começavam a proliferar no rastro dos tempos — clima de engajamentos políticos e de ambiente universitário-classe média —, a epígrafe *MPB* passa a ter como característica primária o forte teor de contestação político-social, ainda que, conforme se afirmará neste texto, este apelo se tenha perdido ao longo dos séculos.

Em contrapartida, devido à sua incontestável sofisticação poético-musical, juntamente ao auxílio luxuoso da mídia emergente no Brasil à época, a *MPB* logo cairia no gosto das chamadas *elites*, formando uma barreira identitária através da qual, paradoxalmente, as classes alta e média do país tentariam se distinguir musical e, por conseguinte, culturalmente do gosto *popular*.

1. Mário de Andrade (1890-1954), um dos idealizadores do movimento modernista brasileiro de 1922, foi poeta, romancista, contista, crítico, musicólogo e professor — o que hoje chamaríamos *multimídia*.

2. Cravo Albin (1940), crítico musical, dá nome à mais recente publicação em dicionário acerca da Música Popular Brasileira.

3. José Ramos Tinhorão (1928 é considerado o mais polêmico e investigativo historiador e crítico musical brasileiro do séc. XX.

4. O *Festival Internacional da Canção* (FIC) ocorreu de 1966 a 1972, patrocinado pela TV Globo; O *Festival de Música Popular Brasileira* (FMPB), de 1965 a 1979, teve seis edições, e foi patrocinado por três emissoras distintas ao longo dos tempos: TV Excelsior, TV Record e TV Tupi.

5. Os *Centros Populares de Cultura* propunham a resistência política à cultura dita oficial — sobretudo no âmbito do teatro e da música —, das multinacionais, das elites, do imperialismo *yankee*, etc.

Para o crítico e músico Luiz Tatit (2004: 35), então, o conceito de *MPB* hoje deveria soar anacrônico. Pois se nos *anos de chumbo* ela pretendeu atuar quase como um partido político (*MPB/MDB*)⁶, exercendo resistência tanto à política de Estado quanto à política do *mercado* das canções supostamente menos engajadas ou comprometidas (a *alienação* da Jovem Guarda, o *entreguismo* Tropicalista, ou o *hedonismo* da Bossa Nova), agora que incorporou todos os estilos e ritmos (o rock, o baião, o samba, a valsa, a moda, os Beatles & Rolling Stones), a *MPB* passou a ser reconhecida genérica e simplesmente como a canção popular dita “*de qualidade apurada*,” feita para um público considerado “*mais exigente*” do que a média.

Logo, livre do engajamento político-ideológico, restaria ao gênero, à *MPB*, o acabamento estético — ao qual iremos neste texto nos dedicar.

Ainda que caracterizada pelo hibridismo, a mescla e a mistura desde as origens, a nossa música popular logrou escapar à simples curiosidade exótica, fugindo daquilo que um dos ícones do Modernismo, Oswald de Andrade, ironicamente denominaria — no *Manifesto da Poesia Pau-Brasil*, de 1924) — “*macumba para turista*”, isto é, produção cultural feita por encomenda para agradar o estrangeiro. Ou seja, embora de influências várias e díspares, a *MPB* manteria certa autenticidade sonora, vocabular e rítmica que a faz identificar — e distinguir — mundo afora, perante outras manifestações musicais populares. Conforme, desde o início do século modernista, já observava Mário de Andrade (1972: 3):

Cabe lembrar mais uma vez aqui do quê é feita a música brasileira. Embora chegada no povo a uma expressão original e étnica, ela provém de fontes estranhas: a ameríndia em porcentagem pequena; a africana em porcentagem bem maior; a portuguesa em porcentagem vasta. Além disso a influência espanhola [...]. A influência européia também, não só e principalmente pelas danças (valsas, polcas, mazurcas, shottsh) como na formação da modinha. [...] Isso continuou até bem tarde como demonstram certas peças populares de Carlos Gomes e principalmente Francisca Gonzaga.

6. É bastante evidente a similaridade fônica da sigla com a do *Movimento Democrático Brasileiro*, o então partido de oposição — consentida — à Ditadura Militar; atual PMDB.

A nossa musicalidade, portanto, de gênese ibero-barroca, vem ao longo dos tempos, antropofagicamente, alimentando-se pelo caminho do *fino biscoito* ocidental — quer seja o lirismo romântico, o formalismo parnasiano, ou a musicalidade simbolista —, para fundir poesia à métrica e à música, fazendo nascer daí a variedade de ritmos populares que, por fim, iriam desembocar no primeiro açude da *MPB*. Na conclusão de Mário de Andrade (1972: 3):

Se fosse nacional só o que é ameríndio, também os italianos não podiam empregar o órgão que é egípcio, o violino que é árabe, o cantochão que é grecoebraico, a polifonia que é nórdica, anglo-saxônica flamenga e o diabo. Os franceses não podiam usar a ópera que é italiana e muito menos a forma-de-sonata que é alemã. E como todos os povos da Europa são produto de migrações pré-históricas se concluiria que não existe arte européia.

No tocante especificamente ao metro e à lira, o mestre Antônio Candido (1971: 142) também já apontava, por exemplo, na poesia neoclássica de Silva Alvarenga⁷ a verve de uma “poesia lírica em metro fácil e cantante, de sabor quase popular” e que “já toca o ponto onde a poesia se desfaz em música”. Desta maneira, a despeito da suposta abolição da métrica, instaurada pelo modernismo de 1922⁸, a poética da canção manteria a sua *medida*, desde remotos tempos colonizatórios — fundadores do imaginário musical da nação brasileira.

No ensaio espertamente chamado “Machado Maxixe: o caso Pestana”, José Miguel Wisnik (2003), fazendo um estudo dos dois ritmos que dariam origem ao popular *maxixe* — a *polca* europeia e a música dos escravos, o *lundu* —, acaba por demonstrar que o encontro do *salão* (polca) com o *fundo de quintal* (lundu) vai conferir, naquele instante histórico, um toque brasileiro aos gêneros europeu e africano, constituindo-se na base do primeiro ritmo popular urbano no Brasil.

7. Manuel Inácio da Silva Alvarenga (1749 — 1814), poeta árcade brasileiro.

8. É sabido que, anti-parnasiano por vocação, o movimento modernista de 1922 propôs a ruptura com a forma fixa, numa investida direta à métrica — privilégio dos parnasianos —, instaurando como modelo o verso livre.

Desta maneira, o conto de Machado de Assis “Um homem célebre”⁹, ao qual faz referência o texto de Wisnik, além de servir para atestar a sagacidade e a modernidade machadianas, ainda vale como estudo para compreender o misto entre *popular* e *erudito* que teria implicações definitivas na formação do conceito de cultura urbana e, por conseguinte, na transformação da moderna música popular brasileira.

2. A medida da *MPB*

O sucesso da *redondilha* junto à audição popular é conhecido desde a Idade Média, onde foi sistematicamente utilizada pelos poetas do *Cancioneiro Geral* de Garcia de Resende¹⁰, por exemplo, e depois por Camões — já nos inícios do Renascimento. Mas a denominação só foi dada àqueles versos de *cinco* ou *sete* sílabas, antes conhecidos como *medida velha*, a partir do século XVI — desde então batizados *redondilha menor* e *redondilha maior*. O termo *redondilha*, derivado do latino *rotundus*, via o ibérico *redondilla*, resultaria no diminutivo português *redondinha*. Isto é: um verso conciso, delgado e que “desce redondo”.

Hoje entendemos melhor porque as cantigas medievais, para ficarem “redondinhas”, eram compostas nessa modalidade de versos: vê-se que a facilidade de absorção auditiva figura como fator preponderante.

Assim como a vasta cultura nordestina — herdeira direta da cultura do medievo —, a nossa canção popular urbana não cansa de lançar mão desta herança literária da métrica. Aliás, a essência mesma da *MPB* desponta desse encontro entre letra e melodia, que, aproveitando do caráter vocálico e musical da língua portuguesa, utiliza a técnica do metro para dar liberdade e ritmo à letra-poesia.

É, portanto, a métrica que confere ritmo à construção de sentido da canção poética. Eventualmente ocorre — sobretudo em música popular — o

9. Conto tipicamente machadiano, publicado como folhetim no periódico *A Estação*, em 1883 e, posteriormente, no livro *Várias Histórias*, em 1896, relata a frustração de um compositor popular de polcas cujo maior desejo era criar obras clássicas.

10. Garcia de Resende reuniu e fez imprimir, em 1516, uma compilação castelhana datada de 1511, denominada *Cancioneiro Geral*, cujo conteúdo seria a poesia produzida nas cortes dos reis D. Manuel I, D. Afonso V, D. João II. O uso dos metros e gêneros castelhanos, tais quais o verso em redondilha, com o *mote* e *volta* foram também difundidos ali.

ritmo se fixar no inconsciente mais que a palavra cantada e a poesia da letra quedar escondida na música, na melodia e no ritmo das canções. Tal fenômeno se dá com a canção em língua estrangeira, que prescinde de compreensão prévia do ouvinte/receptor na decifração dos versos para a fruição apaixonada do som, da melodia; mas também com a própria canção popular em língua nacional que — pela massificação auditiva — é fixada em melodia e ritmo no imaginário coletivo, sem que necessariamente se tome conta do teor poético que a envolve¹¹.

Neste aspecto reiteram-se as palavras de Augusto de Campos (1974: 182), para quem “a palavra cantada não é a palavra falada, nem a palavra escrita. A altura, a intensidade, a duração, a posição da palavra no espaço musical, a voz, mudam tudo. A palavra-canto é outra coisa”.

Então, pressupondo ser o *verso* cada frase melódica emitida pela voz, numa sequência rítmica regular, com início e pausa ao final, temos que a histórica “Pelo telefone” (Donga/ Mauro de Almeida), considerada a primeira gravação fonográfica de música popular no Brasil¹², já é meio redondilhada, levando-se, sobretudo, em conta a natureza iâmbica¹³ dos versos 1º e 4º (com pé formado por uma sílaba átona e uma tônica), o que faz da estrofe inicial do samba-baião-maxixe um conjunto de redondilhas menores:

(O) chefe da polícia
Pelo telefone
Mandou me avisar
(Que) lá na carioca
Tem uma roleta
Para se jogar

11. Por exemplo, a letra cifrada de “Vaca profana”, de Caetano Veloso, pode ter passado impune pela maioria dos receptores/ouvintes, mas sua melodia *rock* certamente não.

12. Tinhorão (1982: 3) já argumentara — com provas — não ser esta a primeira gravação fonográfica brasileira, havendo outras anteriores ao ano de 1917.

13. Estes versos são do tipo *pentâmetro iâmbico*, isto é: têm 5 pés (sílabas), na sequência *átona* — *tônica*.

A canção-homenagem de Gilberto Gil, “Pela internet”, consegue atualizar o conteúdo do samba de Donga, e a despeito de o jogo agora ser informatizado e o aviso chegar via *rede*, em *websites*, a forma da cantiga cibernética é também a *redondilha*, mantendo, inclusive, o mesmo esquema de tônicas/látonas da canção *originária*.

No rastro do samba, “Garota de Ipanema”, clássico da Bossa Nova, nos introduz em forma de redondilhas no ritmo malemolente da *coisa* de Ipanema:

Olha que coisa mais linda
 Mais cheia de graça
 É ela menina
 Que vem e que passa
 No doce balanço
 caminho do mar

Na contramão do étimo tupi de ipanema — *rio sem peixe* —, o que à primeira vista o eu-poético — este *flanêur* tupiniquim — vislumbra é um “peixão” em forma de mulher ao sol: garota-menina-moça, que passa na cadência *rotunda* da redondilha: uma maior, cinco menores. Seguindo o mesmo ritmo, na estrofe seguinte a similaridade da rima também se completa e mantém: *linda-menina* e *graça-passa*, na 1ª estrofe; *dourado-balançado* e *Ipanema-poema*, na 2ª estrofe — fazendo o *passar* da segunda ainda se encontrar com o *mar* que finaliza a primeira.

Essa precisão da forma parece mesmo dar sustento ao sincopado da *bossa-moça* a caminho das ondas:

Moça do corpo dourado
 Do sol de Ipanema
 O seu balançado
 é mais que um poema
 É a coisa mais linda
 que eu já vi passar

Vale lembrar aqui, aliás, a letra original de Vinícius que, sob o título “Menina que passa”¹⁴, tanto desagradou ao parceiro Tom Jobim que jamais chegara ao conhecimento do grande público:

Vinha cansado de tudo
De tantos caminhos
Tão sem poesia
Tão sem passarinhos
Com medo da vida
Com medo de amar
Quando na tarde vazia
Tão linda no espaço
Eu vi a menina
Que vinha num passo
Cheio de balanço
Caminho do mar

Esta versão inicial não apresentaria outra tangência com a canção mais famosa senão o compasso da redondilha — no qual a menina passa. Não bastasse a experiência poética visivelmente inferior, a versão traz ainda certo clima negativo a circundar o *eu* que trafega reflexivo, sorumbático e medroso da vida, bem distinto do *flanêur* zona sul que canta a garota *passante* de Ipanema.

Nesta, a menina representa uma salvação — espécie de epifania —, no sentido do sobrenatural; já na clássica versão, ao contrário — mais solar —, logo de cara resplandece ao sol a *coisinha* a passar.

Porém, a despeito do cenário Zona Sul¹⁵, praia, sol e bar decantado nas estrofes iniciais, o que subjaz no refrão e em ambas as versões é o temário da *solidão a dois*: a solidão do *eu* que solitário canta a beleza que passa; e da própria beleza garota-menina-moça que também passa — sozinha:

14. O título desta versão faz lembrar o famoso “Soneto da mulher que passa”: Meu Deus, eu quero a mulher que passa! /Eu quero-a agora, sem mais demora /A minha amada mulher que passa! / Que fica e passa, que pacífica, / Que é tanto pura como devassa (...).

15. Na crítica de Tinhorão (1998), a Bossa Nova, reiterando o cenário Zona Sul — praia, sol, cerveja, garotas —, claramente idealizava uma determinada classe social e seu gosto, num

Ah, porque estou tão sozinho
 Ah, porque tudo é tão triste
 Ah, a beleza que existe
 A beleza que não é só minha
 Que também passa sozinha

A linha melódica desta estrofe-refrão, inclusive, a distingue das estrofes iniciais: já não vem *redondinha*, porque plena de lamentações. Numa *pergunta* gradativamente *irônica*¹⁶, o *eu* que canta parece aqui encontrar consolo na solidão do *outro* que, por sua vez, passa também solitário e totalmente alheio àquele que o vê — e canta:

Ah, se ela soubesse
 Que quando ela passa
 O mundo inteirinho
 se enche de graça
 E fica mais lindo
 Por causa do amor

E muito embora, ao final, o *amor* seja reivindicado como o *redentor* de tudo, à luz do sol, parece ser ao velho temário da *carência* e da *falta* — já cantado por nossos ancestrais ibéricos — que essa Bossa novamente remete, revelando a efemeridade das coisas da vida que, efetivamente, *passam*.

Djavan, em “Faltando um pedaço”, constrói seus versos em redondilhas perfeitas — e maiores:

O amor é um grande laço
 Um passo pruma armadilha
 Um lobo correndo em círculo
 Pra alimentar a matilha

processo ideológico-musical alienado/alienante em relação ao contexto de ditadura militar, por exemplo.

16. Usa-se aqui o conceito de *ironia* no sentido socrático: uma *pergunta reduzida*, sem interrogações e sem carência de respostas.

Destaca-se de início este aspecto frequente na *poética* da música popular: a *licença*. Muito embora desde a infância todos saibamos que o coletivo de lobo não seja *matilha*, o poeta inicia por *impetrar* um mandato de licença poética e conferir aos lobos o coletivo que pertence na verdade aos cães, apenas para não perder a sequência de *ilha* e *filha* e que, junto com *armadilha*, comporiam o feixe rímico das duas primeiras estrofes:

Comparo sua chegada
Com a fuga de uma ilha
Tanto engorda, quanto mata
Feito desgosto de filha

Nestas estrofes iniciais, o tal pedaço que falta ao amor desde o título, ao longo dos versos, vai-se *redondilhando*, numa sucessão de metáforas e comparações, onde prevalecem em formas substantivas as equivalências do amor: *laço*, *passo-armadilha*, *lobo*, *fuga*, *desgosto*. E, mais ainda, no início da estrofe seguinte: *raio galopante*.

O amor é como um raio
galopando em desafio
Abre fendas cobre vales,
revolta as águas dos rios

Mas, enquanto na 1º quadra se enfatiza a figura da *metáfora*, posto que o poeta afirma ser o amor *um laço*, *um passo*, *um lobo* — imagens tanto cíclicas quanto sinistras do amor —, a partir da 2º quadra, se considerarmos a letra da canção um conjunto de seis quartetos, o poeta ameniza e doura a pílula do amor introduzindo na linguagem a figura da *comparação*. A partir de então o amor não *é*, mas soa *como se fosse*.

Nestes versos comparativos parecem residir as imagens mais enigmáticas e escatológicas da canção, pois ao mesmo tempo em que revelam um amor capaz de criar profundos acidentes geológicos — graves feridas na

natureza, ondas, tsunâmis, fendas imensas —, também o fazem comparar à imagética de amarguras menores: as do limão ou as do espinho. Ainda assim, o *ambiente* descrito é o cenário pérfido da solidão:

Quem tentar seguir seu rastro
se perderá no caminho
Na pureza de um limão
ou na solidão do espinho

Ou seja: esse amor djavanicamente agônico revela-se minguido e, consequentemente, também se investe da rigidez da forma para revelar a carga sêmica da *falta*:

O amor e a agonia
cerraram fogo no espaço
Brigando horas a fio,
o cio vence o cansaço

Enfim, esta canção de *amor*, no fundo, refere na verdade uma vez mais à semântica despedaçada da *solidão a dois*:

E o coração de que ama
fica faltando um pedaço
Que nem a lua mingando,
que nem o meu nos seus braços

Dentro da chamada vertente “sertaneja” brasileira — cuja variada complexidade parte de Alvarenga e Ranchinho¹⁷, passa pelo rock rural de Sá e

17. Popular e pioneira dupla sertaneja brasileira, formada em 1929 por Murilo *Alvarenga* (1911 — 1978) e Diésis dos Anjos Gaia, o *Ranchinho* (1912 — 1991).

Guarabyra¹⁸ e chega aos limites de Zezé de Camargo e Luciano e similares¹⁹ —, a figura do cantador Elomar²⁰ representa uma de suas expressões mais solitárias e sofisticadas. Sobre ele afirmou um dia Vinícius de Moraes²¹:

uma sábia mistura do romancelheiro medieval, tal como era praticado pelos reis-cavaleiros e menestréis errantes e que culminou na época de Elizabeth, da Inglaterra; e do cancionero do Nordeste, com suas toadas em terças plangentes e suas canções de cordel, que trazem logo à mente os brancos e planos caminhos desolados do sertão, no fim extremo dos quais reponta de repente um cego cantador com os olhos comidos de glaucoma e guiado por um menino — anjo a cantar façanhas de antigos cangaceiros ou “causos” escabrosos de paixões espúrias sob o sol assassino do agreste.

Desta sorte, sendo o nosso cantador mais próximo do romancelheiro medieval, Elomar, em “O pedido”, realiza uma atípica — porque moderna — *cantiga de amigo*,

Já que tu vai lá pra fêra
traga de lá para mim
Água da fulô que chêra,
Um novelo e um carrim

18. Luíz Carlos Pereira de Sá (1945) e Guttemberg Nery Guarabyra Filho (1947) eram artistas solo até formarem — juntamente com Zé Rodrix — José Rodrigues Trindade (1947-2009), que antes era do grupo *Som Imaginário* —, a banda de rock rural *Sá, Rodrix & Guarabyra*, que alcançou sucesso a partir de 1971.

19. Dupla sertaneja brasileira formada pelos irmãos Mirosmar José de Camargo, o *Zezé de Camargo*, e Welson David de Camargo, o *Luciano*. Lançaram o 1º sucesso, *É o amor*, em 1991.

20. Na definição do dicionário Cravo Albin: “Com seu canto, inspirado no falar sertanejo e com sua construção musical inspirada na tradição trovadoresca da Idade Média, é também apontado, por seus admiradores como menestrel. [...] Seus discos são considerados referência da música regional.”

21. Texto do poeta Vinícius de Moraes, para a contracapa do LP de Elomar *Das barrancas do Rio Gavião*, de 1973.

que, enquanto típica canção do campo, da cidadezinha, pede *vênia* para fazer uso irrestrito da linguagem dialetal, falada/cantada — aqui transcrita *de ouvido* —, a conferir certa autenticidade à voz que emite o som que canta:

Traz um pacote de miss
Meu amigo Ah! Se tu visse
Aquele cego cantadô
Um dia ele me disse
Jogando um mote de amô
Que eu havera de viver
Por este mundo e morrer
Ainda em flô

O tema cantado — conforme bem observara Vinícius —, pleno *de cordéis, caminhos desolados de sertões, cegos videntes cantadores e paixões espúrias* se encaixa perfeitamente à forma da redondilha maior, tipo de verso que compõe a base rítmica da cantiga de Elomar:

Passa naquela barraca
Daquela mulé reisêra
Onde almoçamo paca,
Panelada e frigidêra
Inté 'ocê disse uma loa
Gabando a bóia boa
Que das casa da cidade
Aquela era a primêra

Aos poucos o eu-lírico, revelando o universo onde transita, vai percorrendo sobre todas as coisas e personagens que caracterizam o seu restrito mundo. A feira representa o mundo externo, do *outro*, pleno de novidades breves. E o pedido permanece:

Traz pra mim vãs brevidade
Que eu quero matá a sôdade
Faz tempo que fui na fêra
Ai sôdade...

Neste cenário repleto de quermesses e feitiçarias, onde haverá sempre uma lua cheia, sob a qual um lobisomem deverá passear seus místicos poderes, uma vez mais o sagrado e o profano aparecem, num mesclado característico ao *habitat* do poeta cantador. Tudo isto dentro da lógica da culpa e do perdão barrocos e sua retórica misteriosa de antíteses:

Ah! Pois sim, vê se num esquece
D'inda nessa lua chêa
Nós vai brincá na quermesse
Lá no riacho d'arêa
Na casa daquele hôme,
Feiticêro curadô
Que o dia intêro é hôme
Filho de Nosso Sinhô
Mas dispois da meia noite
É lobisôme cumedô
Dos pagão que as mãe esqueceu
Do Batismo salvadô

A epifania que demarca o *estilo* da cantiga se dá quando, na estrofe final, a voz que canta revela um *eu-lírico* feminino — a moça do campo, da aldeia — que, presa de seu próprio destino, pede/ordena saudosa ao amigo que lhe traga uns *regalos* da cidade, a fim de tornar-se a mais bonita dentre as flores — ainda que em *terra de cego*:

Ah! Pois sim vê se num esquece
De trazê ruge e carmim
Ah! Se o dinheiro desse
Eu queria um trancelim

E mais três metros de chita
 Que é pra eu fazê um vestido
 E ficar bem mais bonita
 Que Madô de Juca Dido,
 Zefa de Nhô Joaquim

Ao mesmo tempo em que circunscrita ao aspecto formal da redondilha, a canção de Elomar destoa dos motes que envolviam o cantar de amigo tradicional.

Se, na visão de António J. Saraiva e Óscar Lopes (1975: 54), em sua *História da Literatura Portuguesa*, pode-se “classificar as cantigas de amigo, de acordo com os temários tais quais das *bailadas* ou *bailias*, das *romaria*, *marinhas* ou *barcarolas*, [...] das cantigas de *fonte*, de *cenas venatórias*, de *amiga* e *mãe*, de *amiga* ou *amigas* (às vezes ditas *irmanas*), de *despedida*, etc.”, sempre numa perspectiva de inferioridade emocional da mulher em relação ao sexo oposto, em “O pedido” a temática é inusitada, porque aqui a moça *pede* sem súplica a um amigo que *parte* — e que *volta*. Trata-se, portanto, não de uma cantiga de lamentações ou tristes despedidas de amores incompreendidos, mas antes de uma espécie de anti-cantiga de amigo, onde o que prevalece na forma do pedido-quase-ordem é a autoafirmação da moça na exposição lírica de suas vontades feminis:

Já que tu vai lá pra fêra
 Meu amigo, traz essas coisinha
 Para mim.

Por sua diversidade rítmica e sua variação tonal, o decassílabo recebe múltipla classificação, em função mesmo das posições das sílabas tônicas que lhe determinam o ritmo. No texto d’*Os Lusíadas*, por exemplo, Camões já se fartara dos *heroicos*:

As **armas** e os **barões** assinalados
 [...] por **motivo de guerra reforçados**;

Na sequência das medidas clássicas, reparemos que a ousada *MPB* também se valeu dessa complexa forma do verso, a fim de expressar suas emoções.

A canção “Livros”, de Caetano Veloso, dentro de uma perspectiva intertextual, aproveita-se do mote do popular “Chão de estrelas”, de Orestes Barbosa e Silvio Caldas,

Tu pisavas os astros, distraída,
Sem saber que a ventura desta vida
É a cabrocha, o luar e o violão

para, também, em perfeitos decassílabos, construir esta tão clássica quanto sofisticada amostra de *MPB*:

Tropeçavas nos **astros** desastrada
Quase não tínhamos livros em casa
E a cidade não tinha livraria
Mas os livros que em nossa vida entraram
São como a radiação de um corpo negro

Destaque-se que, com esta espécie de decassílabo — variação do heroico, fixando a primeira tônica na sílaba 3ª ao invés da 2ª —, “Livros” literalmente alude, na *forma* e no *nome-objeto*, ao clássico-popular monumento da língua portuguesa, erigido por Camões, *Os Lusíadas*. Em contrapartida, ao variar dentro da tônica camoniana, enfatizando o decassílabo 3, 6 10 — mais conhecido como *martelo agalopado* —, Caetano adequa a clássica forma às características intrínsecas da popular canção que canta — uma espécie de marcha-maracatu moderna:

Apontando pra a expansão do Universo
Porque a frase, o conceito, o enredo, o verso
(E, sem dúvida, sobretudo o verso)
É o que pode lançar mundos no mundo.

Numa breve aproximação entre os ambientes lírico-poéticos das duas canções, ressaltam as diferenças sociais que envolvem os eu-líricos. Enquanto no “Chão de estrelas” o eu poético lamenta, rimada e linearmente — com início, meio e fim —, o *palco iluminado* que era sua vida antes do evento que culmina na desilusão amorosa, a canção de Caetano nos apresenta — *in media res* e abolindo rimas — um universo lírico complexo, onde a relação *eu-outro* tem de permeio o objeto *livro*, metáfora-título da canção:

Tropeçavas nos astros desastrada
Sem saber que a ventura e a desventura
Dessa estrada que vai do nada ao nada
São livros e o luar contra a cultura.

A canção de Orestes Barbosa não apenas canta o “*palco iluminado*” da pobreza — afinal esse chão está poeticamente estrelado do reflexo das estrelas que transpassam o teto do barracão de zinco, sem telhado —, mas também liricamente enfatiza o velho discurso da conformidade, difundido no senso comum, sobretudo, pelo Naturalismo literário²², de que a despeito da penúria material, da miséria e da exclusão se poderá encontrar a *felicidade*, bastando “*a cabrocha, o luar e o violão*”²³.

Mas, e os “Livros”:

Os livros são objetos transcendentos
Mas podemos amá-los do amor tátil
Que votamos aos maços de cigarro
Domá-los, cultivá-los em aquários,

22. Baseado numa visão filosófica, segundo a qual o mundo somente pode ser explicado pelas leis da natureza e o homem está inevitavelmente sujeito e *condicionado* ao *biológico* — o que lhe *determinaria* o *social* —, o Naturalismo, pioneiramente, retratou cenas felizes de ambientes pobres, quer seja no campo, na fábrica ou na vida social.

23. As festas ocorridas n’O *cortiço*, clássico de Aluísio Azevedo (1857-1913) servem para exemplificar esta afirmativa.

Já pelo próprio objeto-fetichismo da canção de Caetano — o livro — percebe-se a distinção de classe entre um ambiente poético e o outro. Se no “Chão de estrelas” o que ilumina é a lua, no universo lírico caetaneado, os livros são objetos transcendentais e que iluminam, inclusive, o amor cantado. A canção de Caetano, desta forma, consegue conferir maior carga poética aos *livros* do que a canção que a inspirou conferiria à própria *lua*:

Em estantes, gaiolas, em fogueiras
Ou lançá-los pra fora das janelas
(Talvez isso nos livre de lançarmo-nos)
Ou o que é muito pior por odiarmo-los
Podemos simplesmente escrever um

Composto em decassílabos viscerais, o universo letrado de “Livros”, portanto, representa a metáfora subversiva da luz — o *lutar da razão* —, a redimir o homem do limbo do *nada*, quer dizer, da aniquilação da morte:

Encher de vãs palavras muitas páginas
E de mais confusão as prateleiras.
Tropeçavas nos astros desastrada
Mas pra mim foste a estrela entre as estrelas

E, concluindo com o que afirma a cantiga,

(E, sem dúvida, sobretudo o verso)
É o que pode lançar mundos no mundo

o poeta parece corroborar com o *insight* que originou este ensaio, ou seja, a crença no irrevogável poder transformador da *palavra poética cantada*.

Seguindo a perspectiva da metáfora social, Gilberto Gil em “A novidade”, na forma de decassílabos raros, também chamados *pentâmetro iâmbico* — um misto do *heróico* e do *sáfico* —, realiza a proeza melódica de fazer tônicas todas as sílabas pares do verso:

A novidade veio dar à praia
 Na qualidade rara de sereia
 Metade o busto d'uma deusa Maia
 Metade um grande rabo de baleia

A novidade mesmo é conseguir que esta forma clássica dê sustento ao ritmo do *reggae*, compondo uma das mais belas canções populares de temática sociocultural, de diferença de classes: enquanto o esfomeado — figura metáfora do homem comum, excluído pela ignorância, vê na novidade apenas um peixe, para lhe saciar a carência da fome física, o poeta, visto enquanto aquele que consegue enxergar para além da fome material, reivindica a transcendência da compreensão para além do estômago, aspirando ao sonho profundo, esotérico e transcendental — que lhe pertence — para além da média do senso comum.

Contudo, o *reggae* heroico-sáfico, em sua forma, serviu como luva para conter a estória da sereia cantada somente até o instante em que a *novidade* começa a virar *paradoxo*. E depois, *guerra*. Dali em diante, os versos tornar-se-iam tão irregulares quanto os episódios que cantam:

A novidade era o máximo
 Do paradoxo
 Estendido na areia
 Alguns a desejar
 Seus beijos de deusa
 Outros a desejar
 Seu rabo prá ceia...

No refrão, reforça-se a intenção de denúncia da canção, quando o que se reflete é o paradoxo do mundo, contido na desigualdade material e cultural recorrente entre os humanos:

Oh! Mundo tão desigual
 Tudo é tão desigual
 Ô Ô Ô Ô Ô Ô!

Oh! De um lado esse carnaval
De outro a fome total
Ô Ô Ô Ô Ô Ô Ô Ô!

Sendo um *reggae*, a canção de imediato remeteria talvez a realidades faveladas, negras e pobres²⁴, mas o poeta, transferindo a cena para a beira da praia, deu vez ao ambiente rude da pesca — também iletrado —, ao mesmo tempo em que circunscreve seus personagens ao mitológico e poético cenário do mar. Dois observadores, um só objeto. Duas visões de mundo:

E a novidade que seria um sonho
O milagre risonho da sereia
Virava um pesadelo tão medonho
Ali naquela praia, ali na areia...

Da diferença de classe nasce a discórdia da guerra: eis a cruel novidade que faz fútil o sonho dos homens. Mais ainda, para além da leitura social, na cantiga de Gil misturam-se também o sagrado e o profano, uma vez que na figura da sereia — parte mulher, parte peixe —, eros também passeia.

Assim, quer seja da fome estomacal quer seja da fome sexual, em “A novidade” todas as necessidades do corpo encontram-se, em conflito, explodindo:

A novidade era a guerra
Entre o feliz poeta
E o esfomeado
Estraçalhando
Uma sereia bonita
Despedaçando
o sonho pra cada lado.

24. É o que acontece com Alagados, *Trenchtown*, Favela da Maré, referências presentes na canção “Alagados”, da banda *Os Paralamas do Sucesso*.

Embora todo alexandrino seja um dodecassílabo, nem todo verso de 12 sílabas é um alexandrino. Sobretudo porque a modalidade alexandrina exige precisão nas duas tônicas — a 2ª e a 4ª. Portanto, de ritmo mais solto em relação ao alexandrino clássico, e mesmo por sua natureza alternativa, o verso dodecassílabo também parece ajustar-se bem à síncope da popular música brasileira.

Vejamos que, em “Anunciação”, esta é a forma com que Alceu Valença nos apresenta o ambiente tanto escatológico quanto profético e libidinoso que prepara a aparição deste *ente-tu* vindouro, a quem o eu-poético espera. Meio sagrado, meio profano, o clima geral da canção uma vez mais reivindica, na moderna *MPB*, raízes ibéricas presentes na poesia místico-religiosa²⁵.

Aludindo a metáforas e símbolos do mito cristão, esta modalidade poética, em busca da transcendência, é pautada por uma expressão sensual do amor ao ser divino. E este desejo desce da alma rumo ao corpo, numa vontade intensa de união com o sagrado, atingindo uma espécie de êxtase místico.

Neste processo de antropoformização, conforme se vê nos versos da canção, a lírica amorosa faz revelar um misto de eroticidade e santidade, ao cantar a estória de um *eu* que espera um *outro*, embalado pela *bruma* das mais profundas *paixões*:

Na bruma leve das paixões que vêm de dentro
Tu vens chegando pra brincar no meu quintal

Adotada pelo barroco, essa vertente tornar-se-ia corriqueira na produção lírica de Gregório de Matos, por exemplo, na mescla do sagrado com o profano, de fé com sensualidade.

Então, em versos trímeros, assim chamados por possuírem *pés tripeônicos de quarta*, ou 3 acentos tônicos, nas 4ª, 8ª e 12ª sílabas — alternados de 4 em 4 — o ritmo anunciado parece mesmo *cavalgar* a sílaba à luz sol, cobrindo de sensualidade a imagem poética. Nesta perspectiva, o erotismo do texto de Alceu é latente.

25. Refiro-me aqui, sobretudo, à produção erótico-religiosa dos carmelitas espanhóis Santa Teresa de Ávila (1515-1582) e São João de la Cruz (1542-1591).

O anjo pernambucano, seguindo o modelo do anjo bíblico, também porta o anúncio de uma ambígua paixão, mas enquanto a bíblica é *filial*, a paixão que *vem de dentro* de Alceu, iconoclasta, é física, *carnal*. E através do ambiente semântico de *sinos*, *domingos*, *catedrais*, *sinais* — mesclados a sussurros ao ouvido —, este *anjo* parece querer mais *esconder* do que *revelar* a verdadeira identidade e os reais propósitos da figura que vem chegando, com o peito nu e os cabelos ao vento:

No teu **cavalo** peito **nu**, cabelo ao **vento**
E o sol **quarando** nossas **roupas** no **varal**

Na sequência, o refrão visionário misticamente retumba a verdade da profecia evocada nos versos. E para este efeito — variando o critério rítmico — o poeta faz jus soar este dodecassílabo muito distinto, com tônica em todas as sílabas pares que, sendo seis, nos permite chamá-lo *hexâmetro iâmbico*²⁶, a alternar átona-tônica — como o badalar mesmo de sinos:

Tu **vens**, tu **vens**, eu **já** escuto os **teus** **sinais**
Tu **vens**, tu **vens**, eu **já** escuto os **teus** **sinais**

Enfim, esta variação dentro da métrica dos dodecassílabos parece ter servido bem ao propósito *erótico agalopado* do xote de Alceu,

A voz do **anjo** sussurrou no meu ouvido
Eu não **duvido**, já **escuto** os **teus** **sinais**
Que tu **virias** numa **manhã** de **domingo**
Eu te **anuncio** nos **sinos** das **catedrais**...

26. Uma corruptela do decassílabo tipo *pentâmetro iâmbico* — misto de sáfico e heroico —, que traz tônicas todas as sílabas pares do verso.

porque, como o poeta já revelara macunaimicamente²⁷ desde o início do texto, os dois da canção — apadrinhados pelo anjo — vão mesmo é *brincar* nus no quintal.

3. Por uma conclusão

Para este texto — cheio de exemplos esparsos —, foram eleitos, aleatoriamente, seis clássicos de distintas épocas e estilos da MPB: “Garota de Ipanema”, “Faltando um pedaço”, “O pedido”, “Livros”, “A novidade” e “Anunciação”. Porém, propositalmente, três formas poéticas com níveis de dificuldades bastante distintos dentro da lógica da medida poética também foram contemplados: 3 redondilhas, duas menores e uma maior, 2 decassílabos e 1 dodecassílabo — na ordem respectiva em que aparecem as canções.

Uma infinidade de outros exemplos de canções metricamente perfeitas com as quais a música popular teceu suas rimas ao longo dos séculos XX e XXI poderiam aqui ter sido citados: o *media res* redondilhado no verso primeiro do “Onde anda você”, o *martelo agalopado* de “O quereres”, os raríssimos hendecassílabos de “O ciúme” — apelidados também *galope à beira mar* —, ou o *arredondado* das velas do “Mucuripe” de Fagner, ou do compasso da “A Banda” de Chico, enfim: todos a confirmar que o *metro* clássico esteve sempre presente, dando auxílio luxuoso à *variação linguística* dos ritmos que compõem a antiga e a moderna MPB.

27. Referência a *Macunaíma*, personagem clássico de Mário de Andrade, que usava o termo *brincar* no sentido de *copular, fazer sexo*.

Bibliografia

- ALBIN, Cravo. *Dicionário Cravo Albin da Música Popular Brasileira*. Disponível em www.dicionariompb.com.br. Acesso em 16/07/2013.
- ANDRADE, Mário de. *Ensaio sobre a música brasileira*. 3ª ed. São Paulo: INL, 1972.
- CAMPOS, Augusto de. *Balanço da bossa e outras bossas*. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- CÂNDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira (momentos decisivos)*. 4ª ed. São Paulo: Martins, 1971.
- ELOMAR. *Das barrancas do Rio Gavião*. CBD-Phonogram, 1973.
- NAPOLITANO, Marcos. *Síncope das idéias: a questão da tradição na música popular brasileira*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.
- SARAIVA, Antonio José e LOPES, Óscar. *História da Literatura Portuguesa*. 8ª ed. Porto: Porto Editora, 1975.
- TATTI, Luiz. *O século da canção*. Cotia: Ateliê Editorial, 2004.
- TINHORÃO, José Ramos. *História da Música Popular Brasileira — Samba*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- *História social da Música Popular Brasileira*. São Paulo: Editora 34, 1989.
- *Música popular — um tema em debate*. São Paulo: Editora 34, 1997.
- WISNIK, José Miguel. “Machado maxixe. O caso Pestana”. *Teresa*, 4-5 (2003): 13-79.

Músicas citadas

- “A Banda” em http://www.youtube.com/watch?v=wFPPawLq_5Q
- “Alagados” em <http://www.youtube.com/watch?v=cf9K97ulmE>
- “A novidade” em <http://letras.terra.com.br/gilberto-gil/46179/>
- “Anúnciação” em <http://www.youtube.com/watch?v=Ud8w9PFTl9c&feature=related>
- “Chão de estrelas” em <http://www.youtube.com/watch?v=wwSsOpA7jm4>
- “Faltando um pedaço” em <http://www.youtube.com/watch?v=TZPXCF4qYNk&feature=related>
- “Garota de Ipanema” em <http://letras.terra.com.br/tom-jobim/20018/>
- “Livros” em <http://www.youtube.com/watch?v=7vV22LRNrpK>

“Mucuripe” em

<http://www.youtube.com/watch?v=mWtb8CQ3Ceo&feature=fvwrel>

“O ciúme” em <http://letras.terra.com.br/caetano-veloso/44755/>

“O pedido” em <http://www.cifras.com.br/cifra/elomar/o-pedido>

“O queres” em <http://www.youtube.com/watch?v=Njjeb2bN578>

“Onde anda você” em <http://www.youtube.com/watch?v=E2OG1hqjw9c>

“Pela internet” em <http://letras.terra.com.br/donga/1120957/>

“Pelo telefone” em http://www.youtube.com/watch?v=WM6_DE0lBFE

“Vaca profana” em <http://www.youtube.com/watch?v=MjCkYMrGxU>

Nota curricular

Lucio Menezes VALENTIM. Doutor em Letras Vernáculas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e professor na Universidade Estácio de Sá (Brasil), atuando, entre outros âmbitos, em análise textual e línguas latina, galega e portuguesa, bem como em culturas clássicas e filosofia.

Contacto

lucio.menezesvalentim@gmail.com

Brasileiro tem nome de santo? Estudo metalexigráfico de verbetes do *Dicionário Onomástico* de José Pedro Machado

Aurelina Ariadne Domingues Almeida
Universidade Federal da Bahia — UFBA (Brasil)

Resumo

Através de uma perspectiva metalexigráfica, objetivamos examinar informações constantes de verbetes que descrevem hagiônimos utilizados no Brasil e que foram documentados no *Dicionário onomástico etimológico da língua portuguesa*, de autoria de José Pedro Machado (2003). No texto, discutimos informes dados nos verbetes desse dicionário sobre os santos que deram origem à propagação de seus respectivos nomes. Além disso, comentamos questões sobre o gênero desses hagiônimos, as fontes para detectá-los, as suas etimologias, datações, usos, propagações, flutuações de categorias e ainda trataremos de questões linguísticas e ortográficas relativas ao grupo léxico examinado. Após a elaboração do estudo, concluímos que o dicionário de Machado oferece uma amostra significativa de hagiônimos, de tal sorte que permite conhecer parte desse conjunto lexical, mas possui algumas lacunas, como não apresentar etimologia para certos itens onomásticos ou não aduzir dados relativos a fontes consultadas.

Palavras chave: Metalexigrafia — Dicionário — Onomástica — Hagiônimo.

Brazilian with a saint's name? Meta-lexicographic Study of the Entries in the *Onomastic Dictionary*, by Jose Pedro Machado

Abstract

Through a meta-lexicographic perspective, we aimed to examine the entries that describe “hagiônimos” used in Brazil, which were documented in the *Dicionário onomástico etimológico da língua portuguesa*, by José Pedro Machado (2003). In the text, we discuss the informations about the saints in this dictionary that gave rise to the propagation of their names. Also, we comment on gender issues about these “hagiônimos”, the sources to detect them, their etymologies, dating, uses, propagation, fluctuations categories and even deal with linguistic and orthographic issues concerning the lexical group examined. After the completion of the study, we conclude that the Machado's dictionary offers a significant sample of “hagiônimos”, in such a way that allows us to know of this lexical set, but it has some shortcomings, such as not presenting etymology for certain onomastic items or not to adduce data on sources consulted.

Key words: Meta-lexicography — Dictionary — Onomastic — “Hagiônimo”.

Receção: 31-10-2014 | Admissão: 17-04-2015 | Publicação: 01-09-2015

ALMEIDA, Aurelina Ariadne Domingues. “Brasileiro tem nome de santo? Estudo metalexigráfico de verbetes do *Dicionário Onomástico* de José Pedro Machado”. *Agália. Revista de Estudos na Cultura*. 110 (2014): 129-156.

Meu filho vai ter nome de santo

Quero o nome mais bonito

LEGIÃO URBANA (1989)

Primeiras palavras

A epígrafe acima apresenta versos da música *Pais e Filhos* da banda Legião Urbana, grupo que fez sucesso no Brasil, nas décadas dos anos 1980 e 1990; esses versos revelam um desejo do povo brasileiro — mas não exclusivo dele — de dar nomes de homens e de mulheres santos aos seus filhos. Trata-se de um desejo que, entre outras motivações, ocorre ou por devoção, ou como uma forma de buscar proteção para o rebento, ou para pagar uma promessa ao santo ou à santa, ou ainda por alguma outra razão ora não mencionada.

Os dicionários onomásticos da língua portuguesa, por sua vez, como produtos sociolinguísticos e culturais, ao registrarem parte do léxico antropológico dessa língua, acabam por documentar os chamados hagiônimos, aqui entendidos como nomes próprios, especificamente, antropônimos que denominam homens e mulheres santos¹.

O *Dicionário onomástico etimológico da língua portuguesa* (doravante DOELP), organizado por José Pedro Machado (2003), por seu turno, faz referências, em alguns verbetes, a hagiônimos usados no Brasil. Em face dessa constatação, decidimos examinar, através de uma perspectiva metalexicográfica, prenomes que nomearam santos e que, no devir da história, foram adotados por brasileiros e descritos nesse dicionário. O texto ora principiado socializa, a partir do exame da 3ª edição do DOELP, resultados preliminares obtidos com a análise desenvolvida.

1. Hagiônimos podem ser compreendidos de uma forma mais geral, a exemplo da definição oferecida pelo Houaiss (2010): “Hagiônimo: “m.q.hierônimo”. Hierônimo: “designação comum às palavras ligadas à religião (p.ex., Ressurreição, Hégira, Natividade, Assunção), inclusive nomes próprios dos panteões cristão, hebreu, maometano, ameríndio, hindu etc. (p.ex. Deus, Jeová, Alá, Tupã, Ceci, Xiva) ou designativo de crença, conceito, objeto ou grupo de adeptos de uma religião, ou afins (p.ex., padê de Exu, abebê, abderita etc.)”.

1. Sobre os chamados hagiônimos

Por se encontrarem delimitados neste estudo ao espaço dos antropônimos que denominam homens e mulheres santos, os ditos hagiônimos inserem-se na cultura da catolicidade e por ser o Brasil um país laico, mas com uma população que ainda se declara predominantemente católica, cabe refletir se esses itens léxicos expressam uma cultura religiosa catolicista. Afinal, os números, conforme Souza e Sanca (2013: 6), revelam um país que se apresenta predominantemente inserido no contexto do catolicismo:

O numero [sic] de pessoas que se declaram católicos no Brasil, ainda é muito expressivo, segundo o censo de 2010, publicado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) [...]. Números, ainda bastante consideráveis, em um período em que se constata uma redução considerada alta na percentagem de católicos no país. Dados do IBGE, [sic] mostram que os católicos em 2000 eram 73,6%, já em 2010 apenas 64,6% foram contabilizados.

Por outro lado, embora outras culturas religiosas encontrem solo fértil no país, particularmente, na Bahia e no Rio de Janeiro, estados que tiveram presença marcante de população escrava oriunda da África cujas culturas religiosas, em solo brasileiro, foram reinterpretadas, poucas são as referências a antropônimos de origem africana no léxico da língua portuguesa do Brasil e, conseqüentemente, nos dicionários que os documentam.

2. Sobre a análise dos hagiônimos

Após ter definido o objetivo de analisarmos hagiônimos constantes do DOELP e usados no Brasil, seguimos com a finalidade de constituir o *corpus* do estudo, formado por prenomes lematizados nessa obra e para os quais, em seus respectivos verbetes, fossem indicadas utilizações no espaço brasileiro e as suas respectivas atribuições a homens e a mulheres santos. A fim de constituirmos esse *corpus*, procedemos à leitura de todos os verbetes da obra que apresentassem as abreviaturas m. e f., as quais aparecem desdo-

bradas na Lista de abreviaturas e siglas do dicionário, respectivamente, como antropônimo masculino e antropônimo feminino.

Estabelecido o *corpus*, abrimos um arquivo no Word, visando ao armazenamento e à organização dos verbetes coletados, e passamos ao estabelecimento das categorias de análise, considerando, para isto, os informes constantes dos próprios verbetes antes levantados, de modo que, após a leitura de todo o *corpus*, foram definidas as seguintes categorias, objetivando o desenvolvimento do estudo: 1) informes sobre santos e santas; 2) usos masculinos e femininos; 3) fontes; 4) etimologias; 5) datações; 6) usos no Brasil; 7) propagação; 8) flutuação de categorias e usos compostos; 9) questões linguísticas e ortográficas; 10) sócio-história do Brasil.

Consideramos que a organização dessas categorias é uma tentativa de sistematização dos dados obtidos com a leitura de verbetes da obra, uma vez que a estrutura de dicionários alfabeticamente organizados não nos permite ter uma visão de conjunto dessas informações, pois, por seguirem essa ordem alfabética, os informes concernentes a tais categorias acham-se isolados em cada verbete. Aqui, foram colocados lado a lado, de modo que pudemos oferecer, por isso, uma visão holística do comportamento lexicográfico adotado na obra, bem como do léxico antroponímico esquadrinhado.

Definidas essas categorias, desenvolvemos o estudo de quarenta prenomes², de tal sorte que procedemos a uma descrição dos dados fornecidos nos verbetes constituintes do *corpus* e nos posicionamos criticamente em relação a certas condutas seguidas nessa obra pioneira da lexicografia onomástica em língua portuguesa. Na época de publicação desse dicionário não havia uma

2. Esses quarenta prenomes formam, como anteriormente já foi pontuado, um conjunto em que se faz menção a usos no Brasil e referências a homens e mulheres santos, quais sejam: 1) Ainilda, 2) Alódio, 3) Aloísio, 4) Caio, 5) Chantal, 6) Cosme, 7) Dácio, 8) Deusdedit, 9) Edelberto, 10) Edgar, 11) Elesbão, 12) Elmo, 13) Emérita, 14) Ermelino, 15) Firmina, 16) Flausino, 17) Galdino, 18) Genésio, 19) Georgina, 20) Graciliano, 21) Heliodoro, 22) Heildegarda, 23) Ifigênia, 24) Ismérico, 25) Isnardo, 26) Itamar, 27) Ivan, 28) Jacinto, 29) Joana, 30) Malvina, 31) Mansueto, 32) Nilo, 33) Odão, 34) Odila, 35) Paulo, 36) Pergentino, 37) Rita, 38) Sálvio, 39) Sinínio e 40) Teresinha. Todavia, há outros prenomes em que se faz, no DOELP, referência a usos brasileiros e, em alguns casos, pode, inclusive no verbete, ser feita alguma alusão a santos, entretanto, não são aqui analisados, neste trabalho, porque já foram examinados em outro estudo (ainda inédito); para que se tome conhecimento, passamos a seguir a informar

tradição lexicográfica onomástica consolidada e, até hoje, pelo que sabemos, o estado da arte pouco mudou, de tal sorte que essa é uma área, ainda, incipiente. Assim sendo, acreditamos que estudos como o que ora apresentamos podem contribuir para promover reflexões acerca da produção de dicionários onomásticos, particularmente de obras voltadas à antroponímia, isto considerando que trabalhos de natureza metalexicográfica, entre outros aspectos, refletem sobre os critérios delimitados por lexicógrafos, sobre pontos discutíveis e, também, positivos de obras dessa natureza.

Ainda que a lexicografia possua ampla tradição no Ocidente e que reflexões teóricas acerca do labor lexicográfico — nomeadamente no que concerne à análise e à apreciação crítica de dicionários — sempre tenham existido, a metalexicografia ou lexicografia teórica — área focada no desenvolvimento dos pressupostos teórico-metodológicos atinentes à confecção de produtos lexicográficos e no estudo de características reguladoras da estrutura e do comportamento linguístico — é, de certa maneira, recente no âmbito das ciências da linguagem, sendo suas principais orientações voltadas para a realização de pesquisas a respeito da tipologia de dicionários, da história da lexicografia e de seus produtos, da crítica a tais produtos, da investigação acerca dos usos de variados tipos de dicionários e das necessidades de seus consulentes (Iriarte Sanromán, 2001).

Com base nos pressupostos da metalexicografia e visando à análise crítica do *corpus*, bem como ao conhecimento do comportamento do léxico antroponímico, em especial, de um subconjunto constituído por hagiônimos usados no Brasil, examinamos a microestrutura de cada verbete constituinte desse *corpus*, com a finalidade de esquadrihar as informações oferecidas. O conhecimento que produzimos é, por conseguinte, constituído por meio de saberes de pesquisadores diferentes, inseridos em tempos e espaços distintos; assim, multidimensionalmente, formam-se redes geradas pelo o olhar daquele que agora faz a metalexicografia de parte da obra, daquele que fez a lexicogra-

quais são esses prenomes: 1) Afonso, 2) Átila, 3) Augusto, 4) Benedito, 5) Cesar, 6) Chico, 7) Cícero 8) Débora, 9) Diogo, 10) Elpídio, 11) Elsa, 12) Erasmo, 13) Erico, 14) Estela, 15) Exupério, 16) Gotardo, 17) Graciema, 18) Guálter, 19) Jacob, 20) Jaime, 21) Manuel, 22) Marcos, 23) Millor, 34) Milton, 25) Nasser e 26) Oscar.

fia, ambos impregnados de ideologias de seus respectivos tempos e espaços e pela teia ideológica formada no devir da história que, de algum modo, cria saberes científicos. Tendo isto em tento, a seguir, expomos reflexões acerca das categorias estabelecidas e pesquisadas.

2.1. Sobre santos e santas

Embora sejam feitas referências a santos nos verbetes perscrutados, os informes são superficiais, de tal sorte que, de um modo geral, apenas é feita menção à existência de um dado santo ou santa e é indicada a data na qual a Igreja o/a comemora, conforme ilustramos a seguir:

Alódio [...] Há o fem. *Alódia*, nome de santa, festejada a 18-IV e a 22-X. Ver *Nunes (R. Lus., 34º, p. 113)*.

Caio [...] A igreja festeja santos com este nome a 4-I, 4-X, 20-XI. [...].

Eméríta [...] Igreja comemora a 26-V uma santa deste nome (séc. II). [...].

Nilo [...] nome de santos homens (festejados a 26-II, 19-IX, 5-XI, 12-XI, segundo *Vald.*) [...].

Em outros casos, de uma forma superficial, o dicionarista afirma existirem vários santos com o mesmo nome, festejados em diferentes datas, o que talvez possa servir para desambiguiá-los, como neste caso: “Sálvio [...] Houve santos com este nome (*Vald.* festas a 11-I e 10-IX). [...]”).

Pode ser oferecido, em outros verbetes, também, um breve comentário acerca de uma santa ou de um santo:

Elmo, *m.*, [...] patrono dos marinheiros do Mediterrâneo durante os temporais [...].

Ifigénia, *f.*, [...] Santa Ifigênia, etíope do séc. I, discípula dos Apóstolos (*Vald.*). [...].

Teresinha, *f.*, [...] nome por que vulgarmente é conhecida Santa Teresa do Menino Jesus, Thérèse Martin no século; morreu jovem (1873-1897); festa litúrgica a 3-X. [...].

Verbetes que apresentem maiores dados a respeito da vida dos santos, todavia, são poucos, ainda que ocorram, a exemplo de:

Cosme [...] assim se chamou um santo (festejado a 27-XI), martirizado cerca de 285 com seu irmão Damião, na Cícília, sendo ambos de origem arábica. São os patronos dos cirurgiões, porque ambos exerciam a medicina, mas, como não cobravam honorários aos seus doentes, eram conhecidos por *Anárgyroi*, “que não tem dinheiro” [...].

Acreditamos que a inclusão desse tipo de informação enciclopédica é pertinente em obras de natureza etimológica e, em consequência, histórica, porque possibilita ao seu consulente acessar conhecimentos humanos constituídos, através dos tempos, acerca desses homens e dessas mulheres santos.

2.2. Usos masculinos e femininos

Relativamente ao gênero, a maior parte dos hagiônimos examinada é masculina, perfazendo um total de 28 prenomes³. Esse número aumenta para 35⁴, ao serem computadas as variantes masculinas localizadas em verbetes para femininos. Já o número de hagiônimos registrados no feminino é menor, totalizando tão somente 12 hagiônimos⁵. Esse número eleva-se, entretanto, para 23⁶, se forem somadas as variantes femininas presentes em verbetes para masculinos.

É comum que lexicógrafos coloquem a entrada dos dicionários que organizam no masculino, e, ainda no singular, no caso de obras que tratem do léxico comum; este é um comportamento avalizado pela tradição lexicográfica

3. 1) Alódio, 2) Aloísio, 3) Caio, 4) Cosme, 5) Dácio, 6) Deusdedit, 7) Edelberto, 8) Edgar, 9) Elesbão, 10) Elmo, 11) Ermelino, 12) Flausino, 13) Galdino, 14) Genésio, 15) Graciliano, 16) Heliodoro, 17) Ismérico, 18) Isnardo, 19) Itamar, 20) Ivan, 21) Jacinto, 22) Mansueto, 23) Nilo, 24) Odão, 25) Paulo, 26) Pergentino, 27) Sálvio e 28) Sinínio.

4. 29) Enildo, 30) Emerlino, 31) Georgino, 32) Heildegardo, 33) Ifigênio, 34) João e 35) Odilo.
5. 1) Ainilda, 2) Chantal, 3) Emérta, 4) Firmina, 5) Georgina, 6) Heildegarda, 7) Ifigênia, 8) Joana, 9) Malvina, 10) Odila, 11) Rita e 12) Teresinha.

6. 13) Alódia, 14) Aloisa, 15) Cosma, 16) Edgarda, 17) Flausina, 18) Genésia, 19) Graciliana, 20) Heliodora, 21) Jacinta, 22) Pergentina e 23) Sinínia.

ca, embora se documentem exceções, o que também ocorre no DOELP. Essa oscilação demonstra que não há uniformidade no estabelecimento de critérios no âmbito da lematização dessa obra da onomástica, assim como ocorre com outros dicionários concernentes ao léxico comum. Obviamente, esse comportamento atrela-se a ideologias simbioticamente conectadas a questões de gênero que perpassam pelos espaços de produção lexicográfica que fazem parte de uma cultura escrita predominantemente masculina.

2.3. Sobre as fontes

No tocante ao material utilizado por Machado (2003) para coletar o conjunto de hagiônimos aqui analisado, acham-se variadas fontes, além das suas próprias memórias. Assim sendo, foram identificados trinta e sete materiais⁷ que serviram para que o dicionarista procedesse ao levantamento de dados que constituiriam parte do *corpus* usado na produção do DOELP.

7. 1) *A cidade e as Serras* (1901) de Eça de Queirós; 2) A Lista de nomes na p. 9 do n. de 2-VII-1971 do *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro (*J. Com.*); 3) *A marquesa de Santos*, de Carlos Maul, p. 212; 4) *Anais-Faro, Anais do Município de Faro*. IX, p. 131; 5) *Antroponímia Portuguesa* por Leite de Vasconcelos. Lisboa, 1928, p. 345. (*Antr.*); 6) *Arquivo Histórico Português* II. p. 89 (*A.H.P.*); 7) *Comandante Antônio Marques Esparteiro, Três Séculos no Mar (1640-1910)*... Lisboa [1974-1977]. 7 volumes I, pp. 28 e 47 (*Espart.*); 8) *Crônica da Ordem dos Frades Menores (1209-1285), manuscrito do século XV, agora publicado inteiramente pela primeira vez e acompanhado de introdução, anotações, glossário e índice onomástico* por José Joaquim Nunes. Coimbra... 1918. I, pp. 13, 14, 174, etc. (*F. Men.*); 9) *Cruzeiro* de 15, XI, 1981, p.12; 10) *Dauzat*, F., s.v.; 11) *Descobrimentos Portugueses*. Documentos para a sua História publicados e prefaciados por João Martins da Silva Marques... Lisboa, 1944. O volume de suplemento (S.) é de 1944, igualmente. Contém diplomas até 1460. O vol. II (de 1461 a 1500) ficou pronto em 1949 e fez-se frontispício com esta data; só foi publicado em fins de Janeiro de 1972, com outro frontispício, no qual se inscreveu a data de 1971 e indicação de que era o vol. III da obra. II pp. 45, 49, 70, etc. (*Desc.*); 12) *Diário de Notícias* de 26-III-1979, p. 13. (*D.N.*); 13) *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa por Antenor Nascentes*. Rio de Janeiro, 1952. Tomo II (nomes próprios) (*Nasc.-II*); 14) *Diplomata et Chartae*, Ver P. M. H. pp. 76 e 77 (*Dipl.*); 15) *Documentos Medievais Portugueses*, publicados pela Academia Portuguesa de História, o 1º volume em 1958; o 3º em 1940. I. p. 154 (*D.M.P.*); 16) *Gabriela Cravo e Canela* de Jorge Amado; 17) *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*... Lisboa — Rio de Janeiro, s.d. 40 volumes — II, p. 541 (*G. Enc.-Bras.*); 18) *Jornal do Fundão* de 5-XI-1976, p. 10; 19) L.V., *Lições*², pp. 389-390; 20) *Leal Conselheiro o qual fez Dom Eduarte rey de Portugal e do Algarve e Senhor de Ceuta*. Edição crítica e anotada organizada por Joseph M. Piel. Lisboa, 1942. pp. 21, 31, 50, etc. (*L. Cons.*); 21) Lista dos Telefones de Lisboa de 1973/1974 (*Tél.*); 22) *Manchete* nº 1366

Entre as escritas, foram utilizados do domínio jornalístico gêneros diversos publicados no Brasil, a exemplo de uma lista de nomes, constante da página 9 do nº de 2-VII-1971, do *Jornal do Comércio*, publicado no Rio de Janeiro (*J.Com.*). Dessa lista, foi coletado, por exemplo, o antropônimo *Ainilda* (“f., [...] O masc. *Enildo*, no Brasil (*J. Com.*)”). Também, o jornal *O Globo* foi suporte usado para a identificação de hagiônimos (“Itamar, m., [...] *O Globo* do Rio de Janeiro de 9-VII-1980, p. 13). [...]”). Ainda do domínio discursivo jornalístico, revistas, como a *Manchete* e a *Cruzeiro*, foram empregadas como recurso para identificação de usos antroponímicos. Da primeira, foi levantado, por exemplo, o prenome *Dácio* (“m., [...] *Manchete* nº 1366 de 24-VI-1978 [...]”) e, da segunda, *Ermelino* (“m., usado no Brasil. (*O Cruzeiro* de 15-XI-1981, p. 33). [...]”).

Da modalidade escrita, mas do domínio discursivo acadêmico, foi usada a *Grande Enciclopédia Brasileira* da qual foram coletados antropônimos, a exemplo de *Galdino*¹ (“m., [...] (*G.Enc.-Bras.*, I, p. 625)”). Além da referida enciclopédia, o 2º Tomo do dicionário organizado por Nascentes foi consultado por Machado, para produzir o seu levantamento de elementos antroponímicos, pelo que evidencia o verbete para *Ifigénia* (“[...] Do gr. *Iphigeneia*, (não *Iphigénia*, como está no *Nasc.-II*, s.v), pelo lat. *Iphigénia*. [...] Como se faz no Brasil, com este nome e com *Efigénia* (ver *Nasc.-II*, s., este voc.)”). Ademais, do domínio discursivo acadêmico, foi empregado como fonte um livro de Carlos Maul, brasileiro, carioca, do final do século XIX (“Firmina, [...] ver. Carlos Maul, *A Marquesa de Santos*, p. 212”).

Foi fonte para detecção de usos léxicos onomásticos das terras brasileiras a sua memória, como demonstra o verbete para *Genésio* (“m., [...] No Bra-

de 24-VI-1978; 23) *Nomes de Batismo Canônicos e Profanos. Léxico Onomástico*, do Padre Valdomiro Pires Martins, publicada em Petrópolis, em 1961 (*Vald.*); 24) *Nunes* (R. Lus., 34º, p. 113); 25) *O casapiano* de outubro de 1981, p. 2; 26) *O Cruzeiro* de 15-XI-1981, p. 33; 27) *O Globo* do Rio de Janeiro de 9-VII-1980, p. 13; 28) *Ocidente*, 82º, p. 125; 29) *Orlando Enamorado* de Boiardo (I,22); 30) Pêro Garcia Burgalês, no C.B.N. nº [96] nºs [197], [198], [1655]; 31) Poemas de *Ossian* (séc. III)/*Macpherson* (1736-1796); 32) *S. Luccas*, VIII, 3, XXIV, 10; 33) *Semanário Expresso* de 7-II-1976, p. 33; 34) *Tél. do Porto*; 35) Telenovela transmitida pela R.T.P. durante o ano de 1977; 36) *Vocabulário da Língua Portuguesa*, de F. Rebelo Gonçalves, Coimbra, 1966 (*Voc.*); 37) Lembranças do dicionarista.

sil **ouvi** o fem. *Genésia*” — Grifos nossos). Machado (2003) apelou da mesma maneira para a sua lembrança, a fim de selecionar outros lemas da sua obra; essa postura foi adotada, por exemplo, para *Graciliano* “[...] **Lembro** o escritor bras. contemporâneo *Graciliano* Ramos. *Nasc.-II* e *Vóc.* também mencionam o fem. *Graciliana*” (Grifos nossos). No que diz respeito ao feminino, no entanto, o seu uso foi ratificado pelo dicionarista que, também, citou fontes escritas. Recorreu da mesma forma à lembrança na confecção do verbete *Elmo* (“*m.*, (*J. Com.*; **lembro** ainda um poeta bras. chamado *Elmo* Elton e um governador de estado chamado *Elmo* Serejo; falta no *Vóc.*) [...]” — Grifos nossos). Usos escritos, também, documentam a existência desse prenome.

Há, porém, casos de silenciamentos, na obra, de tal sorte que, em alguns verbetes, não foi feita qualquer menção às fontes, a exemplo de

Chantal, *f.*, usado no Brasil. Do fr. *Chantal*, antr. *f.*, por causa da santa fr. Jeanne-Françoise Frémyot, baronesa de *Chantal* (Saône-et-Loire), fundadora da Congregação da Visitação de Maria (1572-1641), avó de Madame de Sévigné. Canonizada em 1767, sua festa é a 21 de agosto.

Além disso, a fonte usada para recolha de um antropônimo pode ser mencionada para uma variedade da língua, enquanto para outra não é informada; essa situação foi observada no verbete para *Edelberto* (*Edilberto*), de tal modo que é dada como fonte a lista de telefones do Porto, Portugal, mas a brasileira não é explicitada. No caso da variedade do lado de cá do Atlântico, no verbete é informado tão somente que o nome é usado por um advogado e jornalista (“*Edelberto, m.*, [...] No *Vóc.* Também há *Edilberto*, raro, mas com uso em Portugal (***Tel. do Porto***, 1977-1978, s.v. *Fernandes*) e Brasil (**nome do advogado e jornalista contemporâneo José *Edilberto* Coutinho**). Ver *Adalberto*” — Grifos nossos).

As fontes para as duas variedades, todavia, podem ser recobradas:

Georgina, *f.*, [...] Está a generalizar-se em Portugal e no Brasil, a forma *Jorgina* (***Tel.*, s.v. *Carvalho*; *Manchete* de 13-III-1976, p. 122; *D.N. de 2-IX-1976*, p. 19**). Há o masc. *Georgino* (*Tel.*, s.v. *Barrigola, Costa, Ferreira, Leal, Nova, Nunes, Ventura*, etc.; *D.N. de 30-VIII-1980*, p. 29), masc. de *Georgina* (q.v.). Ver *Jorzino* (Grifos nossos).

A variante *Jorgina* foi localizada tanto na *Lista dos telefones de Lisboa* de 1973-1974 (*Tel.*) quanto na revista *Manchete*, assim sendo foram ratificados usos quer portugueses quer brasileiros.

À guisa de síntese, no tocante à análise do conjunto esquadrinhado, constatamos que o dicionarista desenvolveu, a fim de proceder à coleta de dados, um intenso trabalho de consulta a variados materiais textuais, elaborados em diferentes períodos, com um predomínio de fontes escritas e produzidas no século XX. Apesar desse trabalho, não contou Machado com recursos da informática que possibilitariam acesso a dados linguísticos, extensos em amplitude e profundidade, representativos de usos linguísticos e sistematizados com base em critérios delimitados e que fossem dispostos de tal forma que pudessem ser processados por computador (Correia, 2008). Atualmente, é *conditio sine qua non* que se usem ferramentas tecnológicas, a fim de constituir *corpora* visando à organização de qualquer dicionário.

2.4. Sobre etimologia

Em relação à etimologia do conjunto examinado, foram indicados os étimos dos prenomes definidos, em trinta e seis verbetes, mas, em quatro⁸, não se ofereceram quaisquer informações nesse sentido. Para a maior parte, ou mais especificamente, para dez antropônimos⁹, é atribuída a origem latina, embora pareça haver dúvida no tocante à etimologia de um desses itens¹⁰. O francês, conforme o DOELP, deixou, também, a sua marca etimológica e no conjunto esquadrinhado localizaram-se sete prenomes com origem nessa língua¹¹, enquanto seis parecem ter formação no próprio português¹² e quatro são provenientes do grego¹³. Por sua parte, três são atribuídos ao germânico, sendo que para dois é oferecida uma etimologia mais geral (do germânico) e para o ter-

8. 1) Ainilda, 2) Elesbão, 3) Ermelino e 4) Flausino.

9. 1) Caio, 2) Deusdedit, 3) Genésio, 4) Graciliano, 5) Joana, 6) Mansueto, 7) Paulo, 8) Pergentino, 9) Sálvio e 10) Sisínio.

10. Pergentino.

11. 1) Chantal, 2) Cosme, 3) Edgar, 4) Hildegarda, 5) Isnardo, 6) Odão e 7) Odila.

12. 1) Dácio, 2) Emérta, 3) Firmina, 4) Galdino, 5) Jacinto e 6) Teresinha.

13. 1) Heliodoro, 2) Ifigénia, 3) Ismérico e 4) Nilo.

ceiro é indicado um étimo mais específico¹⁴ (do franco); outros três chegaram ao português através do italiano, embora em um caso pareça haver dúvida em relação à etimologia indicada¹⁵. Há, ainda, um proveniente do hebraico¹⁶ e outro do russo¹⁷. Por fim, há hesitação relativamente à etimologia de um prenome e, nesse caso, se teria feito referência a uma origem controversa¹⁸.

Em dezesseis casos¹⁹, são encontradas indicações a respeito de parte da trajetória histórica do item onomástico definido, como acontece no exemplo aduzido na sequência:

Elmo, *m.*, (*J. Com.*; lembro ainda um poeta bras. chamado *Elmo* Elton e um governador de estado chamado *Elmo* Serejo; falta no *Vóc.*). **Do it. *Elmo* (ao lado de *Ermo*), este do lat. medieval *Elemus* (em *lumen sancti Elemi*) do lat. *Erasmus* (ver. *Erasm*o), patrono dos marinheiros do Mediterrâneo durante os temporais, com conservação do acento gr. Dali também em fr. *Feu Saint-Elme* e o nosso fogo de *Sant’Elmo*. Cf. *Corpo Santo*, *Telmo*.** (Grifos nossos).

Embora se trate de um dicionário onomástico etimológico, como já foi aqui antes informado, em quatro dos quarenta verbetes estudados — portanto, em 10% da amostra — não foram expostas orientações sobre o percurso etimológico, como é possível constatar a seguir:

Ainilda, *f.*, com as var. *Einilda* e *Enilda*, é nome, apontado por *Vald.*, de santa abadessa da diocese de Estrasburgo (séc. VIII), com festas a 28-III e a 16-IX. O masc. *Enildo*, no Brasil (*J. Com.*).

14. Do germânico (Alódio e Edelberto) e do franco (Aloísio).

15. Elmo, Rita. A dúvida refere-se ao étimo de Georgina.

16. Itamar.

17. Ivan.

18. Malvina.

19. 1) Alódio, 2) Aloísio, 3) Cosme, 4) Elmo, 5) Genésio, 6) Georgina, 7) Heliodoro, 8) Hildegarda, 9) Ifigênia, 10) Isnardo, 11) Itamar, 12) Ivan, 13) Malvina, 14) Nilo, 15) Odila e 16) Teresinha.

Elesbão¹, *m.*, Com bastante uso no Brasil; *Voc.* Nome de benemérito bras., *Elesbão* de Castro Veloso. Assim se chamava um santo, de origem abissínia (séc. VI), comemorado pela Igreja a 27-X- (*Vlad*). Em 1817 (*Espart.* V, p. 52); Ver também *G. Enc.*, XIV, p. 680. Há a var. *Elisbão*, como apel. em *Tel.*, s.v.

Ermelino, *m.*, usado no Brasil. (*O Cruzeiro* de 15-XI-1981, p. 33). Há Santa *Ermelina*. O nome *Ermelina* aparece no *Orlando Enamorado* de Boiardo (I, 22) e talvez esteja aí a causa do seu uso moderno.

Flausino¹, *m.* (Te., s.v. *Ribeiro*). Entre nós mais usado que o fem. *Falusina* (*Voc.*), mas com este nome havia uma santa, nome que, segundo *Vald.* (p. 330), é correspondente pop. de *Eufrosina*. Será? No Brasil no séc. XIX (*G. Enc.-Bras.*, II, p. 914-915). Também se usa como apel. (*Tel.*, s.v.).

Em outros onze verbetes²⁰, a informação concernente ao étimo da entrada pouco esclarece sobre a história do antopônimo definido, a exemplo de “Graciliano, *m.*, **Do lat. *Gratilianu-***” (Grifos nossos).

Em seis casos²¹, também, foram expressas dúvidas no que tange à etimologia, como ocorre nos seguintes exemplos:

Georgina, *f.*, freqüente. **Talvez** do it. *Georgina*, inicialmente nome de flor, tomado do russo J. G. Georgi (+1802).

Ivan, *m.*, (*Tel.*, s.v. *Azevedo, Câmara, Costa*, etc.; *G. Enc.-Bras.*, II, p. 875; *D. N.* de 2-IX-1978, p. 39; freqüente no Brasil). Do russo *Ivan*, **provavelmente** pelo fr.”. Também com “Flausino, *m.*, [...] De *Eufrosina*. **Será?** [...]”. (Grifos nossos).

Ainda relativamente à etimologia, no dicionário não há sempre um critério uniforme para defini-la; por exemplo, no que diz respeito aos étimos gregos e

20. 1) Caio, 2) Chantal, 3) Firmina, 4) Galdino, 5) Graciliano, 6) Ismérico, 7) Joana, 8) Odão, 9) Rita, 10) Sálvio e 11) Sísíio.

21. 1) Aloísio, 2) Edgar, 3) Itamar, 4) Ivan, 5) Malvina e 6) Pergentino.

latinos, algumas vezes pode ser atribuído a um item onomástico o étimo latino como próximo e o grego como remoto, o que aconteceu uma vez, nomeadamente, no verbete Genésio (“Genésio, *m.*, (*Tél.*, s.v. *Bento*, *Formigo*, *Oliveira*, *Ribeiro*, *Silva*, etc.). **Do lat. *Genesisius*, este do gr. *genésios***, “relativo à família, protector da família”, “relativo ao nascimento” [...]”) (Grifos nossos). Mas em outros três casos, o étimo recente indicado é o grego, mas através do latim, étimo remoto (“Heliodoro, *m.*, freqüente. **Do gr. *Heliódoros*** (“presente do (deus) Sol”), **pelo lat. *Heliodoru-***. [...]”/“**Do gr. *Iphigeneia***, (não *Iphigenia*, como está em *Nasc.*, *II*, s.v.), **pelo lat. *Iphigēnia*** [...]”/“4) **Do gr. *Neílos*** (ver *Nilo*²), **em alguns casos pelo lat. *Nilus*** [...]”; grifos nossos). Enfim, um antropônimo classificado como latino é, em última instância, grego, ou ainda, três outros itens antroponímicos considerados gregos foram tomados pelo latim; essa variação parece evidenciar uma oscilação no estabelecimento dos critérios para a determinação da natureza etimológica do item definido e ainda que, nos dois casos, o latim seja, de fato, a língua ponte para os romances e o grego a fonte dos mesmos, e que se trate de uma variação na redação nos verbetes do DOELP, na lexicografia, é preciso estabelecer o que se entende por étimo próximo e remoto, considerando-se que esta definição possui implicação no que concerne a questões ideológicas que, simbioticamente, estão atreladas às construções das histórias das línguas e dos povos que as falam.

Entendemos que se faz necessário definir claramente critérios para o estabelecimento das etimologias em obras lexicografias e, também obviamente, naquelas voltadas para a antroponímia, o que, no DOELP, é feito, mas de modo oscilante e, assim sendo, os critérios não são uniformes e não ficam bem evidenciados nos verbetes; desse modo, cremos que, apesar de ser uma obra pioneira e de valor incontestado, esse dicionário peca em tal categoria, sobretudo se considerarmos que se trata de uma obra de natureza etimológica.

2.5. Sobre datações

Afora as referências a usos latinos, gregos e germânicos, as primeiras atestações dos prenomes constituintes do *corpus*, relativas ao português, são medievais. No tocante às datações de usos brasileiros identificamos, particularmente, registros dos séculos XIX e XX.

São feitas várias referências a usos documentados no período oitocentista, a exemplo do que ocorre no verbete para *Deusdedit* (“[...] Em Portugal, menciona-o *Antr.* (p. 345) num assento de 23 de Julho de 1839 como nome de enjeitado; no Brasil aparece-me como sobrenome do P. João Deusdedit de Araújo (1855-?)”) e para *Flausino* (“[...] No Brasil no séc. XIX (*G. Enc.-Bras.*, II, pp. 914-915). [...])”).

Diferentes usos datados dos anos noventa são registrados, o que é previsível, uma vez que o dicionário foi confeccionado no século XX. Os verbetes para *Caio* (“[...] (em 1976, havia pessoa assim chamada na directoria da revista *Manchete*; ver também o nº desta de 14-II-1976, p. 57 [...])”, *Ermelino* (“[...] (*O Cruzeiro* de 15-XI-1981, p. 33). [...])”) e *Itamar* (“[...] *Manchete* de 20-III-1976, p. 49, e de 24-VI-1978, p. 28; *O Globo* do Rio de Janeiro de 9-VII-1980, p. 13). [...])”) demonstram o trabalho do dicionarista de buscar, nas fontes, usos desses prenomes no século passado, especialmente na década dos anos 1970 e 1980.

Por outro lado, podem ser identificados verbetes sem menção a datas, a exemplo de:

Elmo, *m.*, (*J. Com.*; lembro ainda um poeta bras. chamado *Elmo* Elton e um governador de estado chamado *Elmo* Serejo; falta no *Voc.*). Do it. *Elmo* (ao lado de *Ermo*), este do lat. medieval *Elemus* (em *lumen sancti Elemi*) do lat. *Erasmus* (ver. *Erasmus*), patrono dos marinheiros do Mediterrâneo durante os temporais, com conservação do acento gr. Dali também em fr. *Feu Saint-Elme* e o nosso *fogo de Sant’Elmo*. Cf. *Corpo Santo, Telmo*.

Outra questão atinente à datação diz respeito à coleta e à documentação feitas no dicionário relativamente à vida e ao dia das comemorações dedicadas aos santos. Destarte, pode ocorrer que seja dada alguma informação concernente à época em que viveu um santo ou uma santa e também o dia dos seus respectivos festejos; por exemplo, da santa *Ainilda* é informado que ela foi uma religiosa do século VIII e que as festas para louvá-la ocorrem em 28 de março e 16 de setembro (“*Ainilda* [...] santa abadessa da diocese de Estrasburgo (séc. VIII), com festas a 28-III e a 16-IX [...])”).

No dicionário, porém, são localizados verbetes que dão exclusivamente o dia e o mês do festejo de um homem ou de uma mulher santos, como acontece nos seguintes exemplos:

[...] Há o fem. *Alódia*, nome de santa, festejada a 18-IV e a 22-X. Ver *Nunes* (*R. Lus.*, 34º, p. 113).

Aloísio, [...] Há o fem. *Aloisia*, nome de santa festejada a 12-IX. [...].

Eméríta², *f.*, (*Tel.*, s.v. *Costa, Groba*, etc.). Do adj. *eméríta*, “terminada, acabada”. A Igreja comemora a 26-V uma santa deste nome (séc. II) [...].

Além disso, podem ser informadas variadas datas de festejos devido à existência de diferentes santos cujos respectivos prenomes são homônimos:

Caio, *m.*, [...] A igreja festeja santos com este nome a 4-I, 4-X, 20-XI. [...].

Mansueto, *m.*, [...] nome divulgado pelo calendário cristão que registra três santos com este nome; um bispo de Milão, em 682 (festa a 19-II), um bispo de Toulouse, séc. IV (festa a 25-IV), um bispo mártir de África, séc. V (festa a 28-XI). [...].

Nilo³, *m.*, [...] nome de santos homens (festejados a 26-II, 19-IX, 5-XI, 12-XI, segundo *Vald.*) [...].

Em outros verbetes, não é mencionada datação acerca das comemorações, mas, por outro lado, é elencada alguma data a propósito da vida do santo ou da santa. No caso de *Odão*, por exemplo, é dito quando ocorreu o seu falecimento (“*Odão, m.* [...] É nome de santo (morreu em 942), abade de Cluny.[...]”).

As datas relativas à vida dos santos, de um modo geral, são bem genéricas; apenas em poucos casos, datações mais específicas são expostas, a exemplo daquelas constantes do verbete *Chantal* (“[...] fundadora da Congregação da Visitação de Maria (1572-1641), avó de Madame de Sévigné. Canonizada em 1767, sua festa é a 21 de agosto”).

Há casos sem indicação de qualquer data acerca da vida dos santos ou das comemorações feitas para louvá-los (“*Ermelino, m.*, usado no Brasil. (*O*

Cruzeiro de 15-XI-1981, p. 33). Há Santa *Ermelina*. O nome *Ermelina* aparece no *Orlando Enamorado* de Boiardo (I, 22) e talvez esteja aí a causa do seu uso moderno”).

O dicionarista, também, expressa as suas dúvidas em relação às datas concernentes à vida de certos santos (“Itamar [...] A Igreja comemora a 10-VI um santo bispo de Rochester (**séc. VII?**) com este nome” — Grifos nossos).

No caso de oferecimento das datações, ressaltamos a importância desses informes, uma vez que assim é possível a quem consulta a obra percorrer, ao menos em parte, o trajeto histórico do item definido e ainda ter conhecimento de questões de natureza enciclopédica sobre a história de alguns santos.

2.6. Sobre usos no Brasil

Relativamente aos hagiônimos indicados como usados no Brasil, há no dicionário marcas que expressam, digamos, o grau de suas respectivas utilizações. Alguns itens onomásticos, por exemplo, são considerados frequentes na variedade brasileira do português, a exemplo de *Aloísio* (“[...] É nome muito freqüente no Maranhão, Brasil, [...]”), de *Ivan* (“[...] freqüente no Brasil”) e de *Odila* (“é freqüente no Brasil [...]"). Para outros considerados também de uso frequente não é informado, porém, em seus respectivos verbetes, em qual variedade do português ocorre esse uso (“Georgina, *f.*, freqüente. [...]”. “Heliodoro, *m.*, freqüente. [...]”. “Joana, *f.*, Freqüente [...]”. “Rita¹, *f.*, freqüente. [...]").

Outros prenomes são, por outro lado, tidos como bastante usuais no português brasileiro, a exemplo de “Edgar [...] com bastante uso no Brasil [...]” e de “Elesbão¹, *m.*, Com bastante uso no Brasil [...]”. Haveria uma graduação, se comparados os prenomes de utilização frequente com os que são considerados bastante usuais? Não é possível sabermos.

A propósito de certos prenomes apenas é dito que são usados no Brasil; esse é o caso de “Chantal, *f.*, usado no Brasil. [...]” ou de “Ermelino, *m.*, usado no Brasil.[...]”. Há ainda aqueles para os quais tão somente é informado que possuem ou possuíram certo uso, a exemplo de “Ifigénia, *f.*, [...] Este teve certo uso [...]” e também de “Sálvio, *m.*, [...] Tem certo uso no Brasil [...]”. Enquanto é assegurado que o segundo prenome é empregado na variedade brasileira do português, nada é dito sobre aquela variedade de maior uso do primeiro item onomástico. Outros antropônimos, como *Caio*, são classifica-

dos como raros em Portugal e usados no Brasil “[...] O nome é raro em Portugal, mas tem uso no Brasil [...]”.

Em alguns casos, um dado gênero é compreendido como mais usual, a exemplo do que acontece com *Hildegarda* que, segundo o DOELP, é mais usado no feminino (“Hildegarda, *f.*, (*D.N.* de 23-I-1979, p. 13), mais vulgar neste gênero. [...]”).

Já para outros prenomes, é comentado que há mais uso no Brasil, a exemplo do que acontece com “Nilo³, *m.*, [...] Este antr. tem mais uso no Brasil”. Há ainda aqueles que são indicados como raros, como “Deusdedit, *m.*, [...] É raro. [...]”. Para outros tão somente uma dada variante gráfica é tida como rara, como ocorre com “**Edelberto, *m.*, [...] Também há *Edilberto*, raro**, mas com uso em Portugal (*Tel.* do Porto, 1977-1978, s.v. *Fernandes*) e no Brasil (nome do advogado e jornalista contemporâneo José *Edilberto* Coutinho) [...]” (Grifos nossos).

Há, ainda, casos nos quais é dito que uma variante é usada no Brasil: “Hildegarda, [...] No Brasil, há *Hildegardes*, o nome do investigador contemporâneo: *Hildegardes* Viana”.

Na obra não faltam verbetes sem qualquer indicação acerca do uso que é feito dos nomes, a exemplo de:

Emérita², *f.*, (*Tel.*, s.v. *Costa, Groba*, etc.). Do adj. *emérita*, “terminada, acabada”. A Igreja comemora a 26-V uma santa deste nome (séc. II).

No Brasil tem acentuação grave (ver *Nasc.-II*, s.v.).

Itamar, *m.*, (*Manchete* de 20-III-1976, p. 49, e de 24-VI-1978, p. 28; *O Globo* do Rio de Janeiro de 9-VII-1980, p. 13). Do hebr. *Ithamar*, “região de palmeiras” (?), pelo lat. bíblico *Ithamar* (*Êxodo*, 6º, 20; 28º. I, etc.). A Igreja comemora a 10-VI um santo bispo de Rocheser (séc. VII?) com este nome.

Mansueto, *m.*, Do lat. *mansuetu-*, “manso, amansado, bom”, nome divulgado pelo calendário cristão que registra três santos com este nome; um bispo de Milão, em 682 (festa a 19-II), um bispo de Toulouse, séc. IV (festa a 25-IV), um bispo mártir de África, séc. V (festa a 28-XI). No Brasil, viveu o frade capuchinho *Mansueto* Floriania (1863-1921).

Odão, *m.*, no Brasil; ver também *Vóc.*, s. v. É nome de santo (morreu em 942), abade de Cluny. Do fr. *Odon*, var. de *Othon* (ver *Oto* e *Otão*).

No tocante à atualidade desses prenomes no Brasil, alguns são bem usuais no lado de cá do Atlântico, como é o caso de *Caio*, *Ivan*, *Nilo*, *Rita* e *Teresinha*; outros, todavia, parecem ser pouco empregados, a exemplo de *Alódio*, *Dácio*, *Heliodoro*, *Odão* e *Emérta*. A consulta a Telelistas.net, no entanto, demonstra que, com exceção de *Ainilda*, *Hildegarda* e *Sisínio*²², os demais itens léxicos onomásticos são bem utilizados no português do Brasil.

Não foi informado, na obra, o método utilizado para a detecção da frequência dos antropônimos nas duas variedades da língua portuguesa. Em tempos de avanços da Linguística de Corpus, acreditamos que, atualmente, se devem utilizar tecnologias voltadas para o levantamento de itens léxicos antroponímicos e para detecção de suas respectivas frequências, com a finalidade de constituir um dicionário onomástico. Todavia, no tempo em que o DO-ELP estava em processo de organização, as contribuições da informática, ainda eram incipientes no plano da lexicografia onomástica, o que pode justificar a ausência do estabelecimento de critérios para identificação da frequência dos itens definidos.

2.7. Sobre propagação

Quanto à propagação dos hagiônimos usados por brasileiros, em alguns casos é informado que essa se deve à existência de um santo ou de uma santa. Esse é o caso de *Heliodoro* (“[...] **A existência de santo assim chamado (festa 6-V) deve ter concorrido para a divulgação deste nome. [...]**”) e de *Hildegarda* (“[...] **mais vulgar neste gênero, devido certamente à mística beneditina Santa Hildegarda (1098-1179) [...]**”) (Grifos nossos).

Em outros casos, o dicionarista acredita que a divulgação de um prenome, no Brasil ou em Portugal, não se deva ou não se justifique exclusivamente pela existência do santo, a exemplo do que ocorre com *Ermelino(a)* (“*m.*, usado no Brasil. [...] Há Santa *Ermelina*. **O nome *Ermelina* aparece no Orlando Enamorado de Boiardo (I, 22) e talvez esteja aí a causa do seu uso moderno**” — Grifo nosso) e também com

22. Na TeleListas.net, *Ainilda* não se registra, *Hildegarda* apresenta 11 atestações e *Sisínio* possui 18 registros.

Malvina, *f.*, (*Tél.*, s.v. *Almeida*). Nome latinizado de santa ingl. do séc. X, também *Mervina*, *Marvina* (*Vald.* p. 355). **Teve entre nós alguma popularidade (por volta de 1978), por ser o de uma das personagens do romance *Gabriela, Cravo e Canela* de Jorge Amado, adaptado com certa liberdade, em telenovela, transmitida pela R.T.P. durante o ano de 1977. É crível que tenham sido registadas com este nome meninas portuguesas nascidas por volta daquelas datas. O antr. fora popularizado em fins do séc. XVII pelos *poemas* atribuídos ao lendário herói e bardo escocês *Ossian* (séc. II) revelados pelas imitações do escocês Macpherson (1736-1796) [...] (Grifos nossos).**

A propagação de um dado antropônimo pode ocorrer por diferentes motivações que vão além do fato desse item onomástico ter sido usado por um santo ou por uma santa. Isso parece ter sido o ocorrido com

Jacinto², *m.*, [...] **Para a difusão deste nome talvez tenha concorrido o calendário, com S. Jacinto**, dominicano polaco (Jacko D’Opole) (1185-1257), com festa a 17-VIII (*Antr.*, p. 64, fala de “um santo do séc. III). **Entre nós e no Brasil aumentou a sua popularidade com personagem central do romance *A Cidade e as Serras* (1901) de Eça de Queirós; a prova está em chamar-se *Jacinto de Tormes* um jornalista bras. (ver. *Manchete* de 21-II-1976, p. 27). Há o fem. *Jacinta*, em alguns casos talvez devido à santa it. (m. em 1640), com festas a 30-I e 29-IV (*Vald.*). Nome duma das pastorinhas de Fátima (1910-1920) (Grifos nossos).**

Ocorre que não temos mais como traçar a história de cada um desses prenomes; são várias as camadas do tempo que foram sendo sobrepostas umas a outras, assim sendo toda e qualquer informação neste sentido apenas se caracterizará como uma hipótese, mas mesmo assim devem ser colocadas em destaque, porque proporcionam reflexões sobre os processos de propagação do léxico antropônimo e no caso em tela dos prenomes que foram atribuídos a homens e mulheres santos e que por isso e por outras razões, como já aqui demonstrado, foram propagados no devir do tempo.

2.8. Sobre a flutuação de categorias e usos compostos

O dicionário evidencia que hagiônimos podem flutuar de categoria, de tal modo que podem ser documentados como prenomes — simples e duplos (compostos) —, sobrenomes e apelidos²³. Assim, um item onomástico pode ser registrado tanto como prenome quanto como sobrenome (segundo prenome, ou seja, nome duplo/composto), por exemplo, “Deusdedit, *m.*, [...] no Brasil aparece-me como sobrenome do P. João Deusdedit de Araújo (1855-?)” e “Teresinha, *f.*, [...] como sobrenome *Emília Teresinha* no *D. N.* de 5-XII-1977, p. 13, *Maria Teresinha* em *Tel.*, s.v. *Abreu e Monteiro*) [...]”.

Além do mais, um item antroponímico pode funcionar ou como prenome ou, em outras situações, como sobrenome, se considerarmos a terminologia onomástica brasileira, ou apelidos, de nos atermos a portuguesa, a exemplo de “Flausino, *m.*, (*Te.*, s.v. *Ribeiro*). [...] Também se usa como apel. (*Tel.*, s.v.)” e de “Rita¹, *f.*, [...] Também se atesta como apel. (*Tel.*), por vezes precedido de prep.: José Albano da *Rita* (*D. N.* de 29-X-1977, p. 12). Do mesmo modo também se conhece o apel. *Santa Rita*”.

O dicionarista oferece, ademais, uma amostra de usos duplos/compostos em alguns verbetes (1) “Caio, *m.*, [...] No Brasil, também ouvi o conjunto *Caio Flaminio*”; 2) “Joana, *f.*, por vezes aparece em compostos, como *Joana Princesa de Portugal*, no Maranhão (Brasil) [...] e *Joana d’Arc* [...]”; 3) “Paulo, *m.*, São frequentes antr. compostos como *Paulo Krüger* e *Paulo Tacla*, usados no Brasil, como *Paulo de Tarsos* [...]”; 4) “Rita, *f.*, [...] Há mesmo em Portugal o conjunto antroponímico *Rita de Cássia* [...] e no Brasil [...]; *Maria Rita de Cássia* [...]” e 5) “Teresinha, *f.*, *Emília Teresinha*, *Maria Teresinha*, *Teresinha de Fátima*”).

Ainda que a estrutura dos antropônimos tenda a ser rígida, o DOELP demonstra que há certa fluidez que possibilita que um nome possa flutuar entre as categorias da onomástica antroponímica portuguesa, o que é, sem dúvidas, uma contribuição significativa da obra para uma teorização acerca do léxico antroponímico.

23. A seguir, adotaremos a terminologia brasileira para nomeação dos itens antroponímicos. Para uma discussão mais apurada, consulte-se Almeida (2012).

2.9. Sobre algumas questões linguísticas e ortográficas

Relativamente aos usos linguísticos e ortográficos, no dicionário acham-se, ainda que poucas, informações acerca de questões fônicas, no conjunto de verbetes analisado; essas são, basicamente, restritas à apresentação de variantes que possuem, também, implicações gráficas, uma vez que há interconexão, no Brasil, entre o modo como se fala o prenome e a sua escrita. Localizaram-se, pois, em 10 verbetes, a indicação de variantes grafofônicas²⁴. Além disso, especificamente, foram localizadas, em um verbete, questões concernentes à pronúncia²⁵ e, por outra parte, particularmente, informes sobre escrita foram identificados em quatro verbetes²⁶.

Também são dadas algumas informações morfológicas, sendo que uma vez²⁷ foi indicada a divergência de uso do gênero dos antropônimos nas variedades do lado de lá e de cá do Atlântico. Por outro lado, em outros dezesseis casos foi apontado o uso feminino ou masculino na variedade europeia e/ou americana do português, sem afirmar categoricamente se se tratava de um emprego exclusivo dessa ou daquela variedade dessa língua²⁸.

24. Quais sejam: 1) Ainilda (*Einilda*; *Enilda*); 2) Edelberto (*Edilberto*); 3) Edgar (*Edgaro*, *Edgard*, *Edgardo*); 4) Galdino (*Galdim*¹); 5) Georgina (*Jorgina*), 6) Heliodoro (*Elidoro*); 7) Ismérico/Isnardo (*Isnard*); 8) Ivan (*Ivã*; *Ivão*); 9) Malvina (*Mervina* e *Marvina*) e 10) Odila (*Odyla* e *Odile*). Não foram, aqui, consideradas as variantes dadas para o gênero oposto ao da entrada (confira, por exemplo, *Hildegarda* e *Ifigénia*).

25. O verbete em questão é “Eméríta², f., [...]”. No Brasil tem acentuação grave (ver *Nasc.-II*, s.v.). Há comentários sobre a pronúncia em outros verbetes mas atrelados ao percurso etimológico do prenome (“*Elmo*” e “*Isméricol Isnardo*”).

26. São os seguintes os verbetes: 1) Ifigénia (“f., Há o masc. *Ifigénio*, em *Tel.*, s.v. *Almeida*, **escrito Efigénio**, como se faz no Brasil, com este nome e com *Efigénia* (ver *Nasc.-II*, s. este voc.)”); 2) Joana (“f., [...] **por vezes ainda escrito Johanna** [...]”); 3) Odila (“f., [...] **por vezes escrito Odyla** [...] A forma fr *Odile* (como nome de portuguesa, de 82 anos)” e 4) Sisínio (“m., [...] O fem., *Sisínia*, é usado no Brasil, **também escrito por vezes Sizínia**”) (Grifos nossos).

27. “Pergentino, m., [...] **Em Portugal só conheço o fem., Pergentina, em *Tel.* (s. v. *Adónis*)**”. Há outros casos em que se faz referência a um uso em uma ou outra variedade, mas não se afirma categoricamente ser uso exclusivo de uma ou de outra, por isso não foram contabilizados aqui (confira, por exemplo, *Genésio*) (Grifos nossos).

28. 1) “Ainilda, f., [...] O masc. *Enildo*, no Brasil.”; 2) Alódio, m. [...] Há o fem. *Alódia* [...]”; 3) “Aloísio, m. [...] Há o fem. *Aloísia* [...]”; 4) “Hildegarda, f., [...] O m., *Hildegardo* [...]”; 5) “e o raro *Edgardo*, com o fem.. *Edgarda* [...]”; 6) “Ermelino, m. [...] O nome *Ermelina* aparece no *Orlando Enamorado* de Boideiro (I, 22)”; 7) Firmina, f. [...] Fem. de Firmino”; 8) “Flausino,

Não são praticamente discutidas questões semânticas, de tal sorte que, no conjunto de verbetes analisado, não identificamos informes semânticos em vinte e três verbetes²⁹ e, quando esse tipo de informação foi dada, basicamente, ficou restrita às significações etimológicas dos antropônimos, o que acontece em dez verbetes³⁰ ou aos significados das partículas constituintes dos antropônimos, como ocorre em outros sete verbetes³¹. Foi identificada, ainda, uma breve reflexão acerca do processo de alteração semântica que alguns consideram esvaziamento semântico (Ullmann, 1994 [1962]) que ocorre com os chamados nomes próprios: “Jacinto², *m.*, De **Jacinto¹**, tornado nome de flor e depois antr.” (Grifos nossos).

Relativamente à variação linguística, são também poucas as considerações feitas, embora algo nesse sentido tenha sido dito, como é possível identificar com a leitura dos verbetes *Flausino* e *Galdino*³², nos quais é verificada informação indicativa da existência de variantes sociais e dialetais, além de geracionais, no léxico antroponímico, e, em particular, no conjunto estudado.

Sendo os dicionários obras interdisciplinares que articulam informações acerca do léxico conectado a todos os subsistemas da língua e ainda atrelado às relações sócio-históricas, acreditamos que é fundamental o compartilhamento de saberes acerca dos usos sociolinguísticos em obras dessa

m. [...] Entre nós é mais usado que o fem. *Flausina* [...]”; 9) Genésio, m. [...] No Brasil ouvi o fem. *Genésia*.”; 10) “Georgina, f. [...] Há o masc. *Georgino* [...] masc. de *Georgina*”; 11) “Graciliano, m. [...] *Nasc.-II* e *Voc.* também mencionam o fem. *Graciliana*.”; 12) “Heliodoro, m. [...] Há o fem. *Heliodora* [...]”; 13) Hildegarda, f. [...] No *Voc.* os dois gêneros. O m., *Hildegardo*, no *D. N.* [...]”; 14) “Jacinto, m., [...] Há o fem. *Jacinta* [...]”; 15) “Joana, f., [...] (ver *João*, de que é o fem. em port.) e 16) “Sisínio, m., [...] O fem., *Sisínia*, é usado no Brasil [...]”.

29. 1) *Ainilda*, 2) *Caio*, 3) *Chantal*, 4) *Cosme*, 5) *Elesbão*, 6) *Elmo*, 7) *Ermelino*, 8) *Firmina*, 9) *Flausino*, 10) *Galdino*, 11) *Georgina*, 12) *Graciliano*, 13) *Ifigênia*, 14) *Ismérico*, 15) *Ivan*, 16) *Jacinto*, 17) *Joana*, 18) *Nilo*, 19) *Odão*, 20) *Rita*, 21) *Sálvio*, 22) *Sisínio* e 23) *Teresinha*.

30. 1) *Dácio*, 2) *Deusdedit*, 3) *Emérita*, 4) *Genésio*, 5) *Heliodoro*, 6) *Itamar*, 7) *Mansueto*, 8) *Odi-la*, 9) *Paulo* e 10) *Pergentino*.

31. 1) *Alóidio*, 2) *Aloísio*, 3) *Edelberto*, 4) *Edgar*, 5) *Hildegarda*, 6) *Isnardo* e 7) *Malvina*.

32. 1) “Flausino¹ [...] Entre nós mais usado que o fem. *Flausina* (*Voc*), mas com este nome havia uma santa, nome que, segundo *Vald.* (p.339), é correspondente pop. de *Eufrosina*” e 2) “Galdino¹, *m.*, É divergente de *Gualdino*¹ (q.v.), de que será forma popular, ao lado de *Gal-dim*¹. [...]”.

natureza. Nesse sentido e considerando a amostra esquadrihada, salvo no que tange à marcação do gênero, o DOELP possui um comportamento que não é uniforme, oscilando entre o oferecimento de informes relativamente ao léxico descrito e o silenciamento a propósito de questões linguísticas, o que não desmerece a obra, considerando-se o estado incipiente dos estudos onomásticos no tempo de sua produção e ainda hoje.

2.10. Sobre informações sócio-históricas do Brasil no dicionário

Para além de informar que esses itens onomásticos nomearam homens e mulheres santos, o dicionário revela alguns aspectos sócio-históricos do Brasil. Assim, um de seus verbetes expressa algo sobre a escravidão nesse espaço geopolítico, uma vez que é dito que *Firmina* foi o nome de uma escrava (“*Firmina*, *f.*, [...] Em 1862 era nome de escrava; ver. Carlos Maul, *A Marquesa de Santos*, p. 212.”). Ademais, é expressa, no dicionário, a existência de outras vertentes religiosas em terras brasileiras (“*Cosme*¹, *m.*, [...] São figuras importantes nos cultos afro-brasileiros. [...]”).

Algumas personalidades brasileiras, nomeadas com hagiônimos, foram citadas, a exemplo de

Aloísio, *m.*, [...] É nome muito freqüente no Maranhão, Brasil, em comemoração do brilhante escritor *Aloísio Azevedo* (1857-913), natural da capital daquele estado. [...]

Elmo, *m.*, (*J. Com.*; lembro ainda um poeta bras. chamado *Elmo Elton* [...]).

Graciliano, *m.*, [...] Lembro o escritor bras. contemporâneo *Graciliano Ramos* [...].

São citadas, ademais, outras personalidades de variadas áreas do saber, a exemplo de um estudioso (“*Alódio*, *m.*, Nome do estudioso brás. *Alódio Tovar*. [...]”), de um advogado, de um jornalista (“*Edilberto*, *m.*, [...] com uso em Portugal (*Tel. do Porto*, 1977-1978, s.v. *Fernandes*) e Brasil (nome do advogado e jornalista contemporâneo *José Edilberto Coutinho*). [...]”).

3. Algumas considerações rumo à finalização do texto

Para elaborarmos o estudo de que acabamos de apresentar resultados preliminares, procedemos à leitura de verbetes constantes do DOELP para nomes masculinos e femininos. Depois, constituímos um *corpus* com quarenta verbetes e passamos à leitura desses verbetes, a fim de estabelecermos as categorias de análise (1) informes sobre santos e as santas; 2) usos masculinos e femininos; 3) fontes; 4) etimologia; 5) datação; 6) usos no Brasil; 7) propagação; 8) flutuação de categorias e compostos; 9) questões linguísticas e ortográficas e 10) sócio-história do Brasil). Após a elaboração do estudo, verificamos que esse dicionário oferece uma amostra significativa de hagiônimos usados por brasileiros, de tal sorte que permite conhecer uma parte desse conjunto lexical.

No que concerne aos informes enciclopédicos sobre homens e mulheres santos, verificamos que, embora esse tipo de informação seja pertinente em dicionários de cariz histórico, no DOELP ocorre certa oscilação na quantidade e na qualidade de informação enciclopédica oferecida a esse respeito.

Sobre a documentação de usos masculinos e femininos, as entradas do conjunto estudado são feitas basicamente pelo masculino, seguindo a tendência da lexicografia de obras voltadas ao léxico comum, ainda que no DOELP se localizem exceções, como também acontece naquele outro tipo de produto lexicográfico, embora, em metalexicografia, se acredite ser necessário estabelecer critérios que uniformizem o comportamento de uma dada obra.

Relativamente às fontes, o trabalho do dicionarista atinente à coleta de dados foi intenso, de modo que ele acessou fontes diversas e produzidas em períodos variados, embora predominem aquelas escritas no século XX. Destacamos que, ao coletar itens antroponímicos da modalidade oral da variedade brasileira, o dicionário foi inovador, uma vez que foi além da escrita. Entretanto, o dicionarista não informou, de um modo geral, fontes, suportes e gêneros consultados para essa modalidade. Atualmente, aquele que pretenda organizar um dicionário onomástico precisa levar em consideração as novas tecnologias, bem como os contributos da Linguística de Corpus.

No tocante ao estabelecimento de etimologias, também, nesse âmbito, não se visualizaram, no DOELP, ou melhor, no conjunto dos verbetes estuda-

dos, os critérios adotados no estabelecimento dos étimos; assim constatamos uma oscilação no comportamento do dicionarista, no que concerne aos informes dados de caráter etimológico. Consideramos que aquele que se dedique à confecção de dicionários deve estabelecer critérios rigorosos com a finalidade de propor as etimologias.

Além disso, em obras lexicográficas históricas, a indicação de datas possui o seu valor, porque oferece pistas para que se possa compreender o percurso de um determinado item léxico. O DOELP faz isto, mas apresentando flutuações no comportamento adotado, ao menos no que diz respeito aos verbetes analisados.

A mesma importância possuem as informações acerca da frequência dos itens léxicos definidos; no entanto, o DOELP não indicou o método para detecção de frequência, mas também não pôde contar, em seu tempo, com os avanços tecnológicos da informática. Obras vindouras poderão constituir-se como dicionários de uso que possam oferecer indicações relativas à produtividade dos itens léxicos antroponímicos definidos.

Quanto à propagação, foi feito, no DOELP, um trabalho importante de reconstituir a trajetória histórica de diferentes itens léxicos antroponímicos e ainda que não possamos reconstituir toda a história desses itens, podemos, com algumas contribuições desse dicionário, ter uma noção de alguns percursos históricos feitos no âmbito da amostra estudada. No que tange à propagação dos hagiônimos, voltamos à questão colocada no princípio da tessitura desse artigo, qual seja: expressariam os usos hagiônimos a cultura religiosa de cariz católico? Após o estudo dessa mesma amostra, chega-se ao mesmo tempo a uma resposta que, em parte, é positiva e, em parte, negativa. Positiva, porque pode ter ocorrido a influência dos nomes de santos na adoção e propagação desses nomes no Brasil, mas a resposta também é negativa, porque, como o próprio DOELP deixa claro, isto só não bastaria para que esses nomes ainda fossem conhecidos e usados por falantes do português brasileiro. Desse modo, o fato de um prenome ser atribuído a um homem ou a uma mulher santos pode ser uma motivação para o seu uso e para a sua propagação, contudo essa não pode ser justificativa exclusiva para isto, dado que outras motivações podem ter contribuído para essa propagação e difusão.

Sobre os informes de natureza linguística, o DOELP não possui, como acontece com outras categorias, um comportamento uniforme, de tal modo que varia entre o oferecimento e o silenciamento dessas informações, o que não desmerece a obra, considerando-se o estado incipiente dos estudos onomásticos no tempo de sua produção e até mesmo atualmente. Relativamente à flutuação de categorias, o DOELP colaborou para que saibamos que, embora a estrutura dos antropônimos possua uma tendência à rigidez — portanto, à fixação — há certa fluidez agindo como força centrífuga para que um dado nome possa flutuar entre categorias da onomástica antropológica portuguesa.

Enfim, podemos afirmar que o dicionário em questão oferece por sua natureza interdisciplinar informes acerca do léxico onomástico analisado e a propósito da sociedade que utiliza esses nomes e podemos assegurar, ademais, que ainda favorece ao seu consulente obter informações enciclopédicas acerca dos homens e dos mulheres santos cujos prenomes passaram a inspirar a nomeação de crianças tanto em Portugal quanto no Brasil.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, A. Ariadne Domingues. “O que escrevem sobre os prenomes de brasileiros: leituras de José Pedro Machado”. In: SILVA, Rosa Virgínia Mattos e OLIVEIRA, Klebson; AMARANTE, José. *Várias navegações: português arcaico, português brasileiro, cultura escrita no Brasil, outros estudos, em homenagem a Therezinha Barreto*. Salvador: EDUFBA, 2012. 235-255.
- CORREIA, Margarita. “Lexicografia no início do século XXI — novas perspectivas, novos recursos e suas consequências”. In: JÚNIOR, Manuel Alexandre (coord.) *Lexicon — Dicionário de Grego-Português, Actas de Colóquio*. Lisboa: Centro de Estudos Clássicos / FLUL, 2008. 73-85. Disponível: <http://www.iltec.pt/pdf/wpapers/2008-mcorreia-lexicon.pdf>. Acesso em: 10.05.2015.
- GRANDE DICIONÁRIO HOUAISS BETA DA LÍNGUA PORTUGUESA. Disponível em: <http://houaiss.uol.com.br/>. Acesso em: 03.06.2014.

- IRIARTE SANROMÁN, Álvaro. *A unidade lexicográfica: palavras, colocações, frases, pragmatemas*. Braga: Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho, 2001. Disponível em: http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/4573/1/A_Unidade_Lexicografica.pdf. Acesso em: 22.03.2015.
- MACHADO, José Pedro. *Dicionário onomástico etimológico da língua portuguesa*. 3 ed. Lisboa: Horizonte/Confluência, 2003 [1981].
- SOUZA, Glauciane; SANCA, Ricardo José. “Laicidade e ensino religioso: estudo comparado entre Brasil e Guiné Bissau”. *Revista Brasileira de História das Religiões*, v. 5, n. 1, 2013. Disponível em: <http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/anais4/st15/11.pdf> Acesso em: 31.10.2014.
- TELELISTAS.NET. Disponível em: <http://www.telelistas.net/>. Acesso em: 12.05.2015.
- ULLMANN, Stephen. *Semântica: uma introdução à ciência do significado*. 5ª ed. Lisboa: Calouste Gulbekian, 1994 [1962].

Nota curricular

Aurelina Ariadne Domingues ALMEIDA. Possui graduação em Letras Vernáculas (1996), mestrado (2000) e doutorado (2007) em Letras e Linguística pela Universidade Federal da Bahia, na qual é professora adjunta. Atua na área de Linguística, com ênfase em Linguística histórica, Linguística cognitiva e onomástica.

Contacto

ariadnealmeida@uol.com.br

Os advérbios em *-mente* no Português Setecentista e Oitocentista

Susana Fontes

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro — UTAD (Portugal)

Resumo

No dealbar do século XVIII, em 1715, surge o primeiro periódico oficial português, intitulado *Gazeta de Lisboa*, que assumiu uma importância considerável ao permitir ao leitor português o contacto com o mundo da época. O corpus que construímos é precisamente uma parte deste emblemático jornal (1715-1716 e 1815), o que nos permitiu constituir um corpus de trabalho, com cerca de 2000 páginas, representativo do estado da língua durante este período de tempo. Neste artigo, auxiliados por ferramentas de linguística computacional (programas de análise automática de texto), pretendemos analisar os advérbios terminados em *-mente* presentes no corpus e caracterizar, de um ponto de vista sintático-semântico, especificamente o grupo dos advérbios de frase, na tentativa de perceber como os redatores do texto se posicionam relativamente ao que escrevem.

Palavras chave: *Gazeta de Lisboa* — Advérbios em *-mente* — Advérbios de frase — Séculos XVIII e XIX.

Adverbs Ending in *-Mente* in Portuguese 18th and 19th Centuries

Abstract

At the dawn of the 18th Century, in 1715, appears the first official Portuguese newspaper, entitled *Gazeta de Lisboa*, which assumed considerable importance to the Portuguese reader allowing him to contact with the world of that time. The *corpus* that we created is precisely a part of this newspaper, 1715-1716 and 1815, allowing us to have a study material with about 2000 pages, which is representative of the state of the language during this period of time.

In this paper, assisted by computational linguistic tools (automatic text analysis programs), we intend to analyze the adverbs ending in *-mente* that occur in the text and specifically characterize, from a syntactic-semantic point of view, the group of the sentence adverbs, in order to understand the editors' position towards what they write.

Key words: *Gazeta de Lisboa* — Adverbs ending in *-mente* — Sentence adverbs — 18th and 19th Centuries.

Receção: 28-10-2014 | Admissão: 27-04-2015 | Publicação: 01-09-2015

FONTES, Susana. “Os advérbios em *-mente* no Português Setecentista e Oitocentista”. *Agália. Revista de Estudos na Cultura*. 110 (2014): 157-178.

1. Introdução

A *Gazeta de Lisboa* surge, pela primeira vez, em 10 de agosto de 1715, com o título de *Notícias do Estado do Mundo*, sendo apenas nos números seguintes que recebe a denominação de *Gazeta de Lisboa*¹. Esta publicação impressa foi, durante muito tempo, a única noticiosa autorizada, tendo marcado o panorama jornalístico português (Belo, 2001). Na esteira do que acontecia por toda a Europa — principalmente seguindo o modelo autoritário francês, padronizado pela *Gazette* de Renaudot — Portugal passa a dispor de um órgão de informação, que acompanhou o leitor português durante muito tempo.

Neste artigo, tendo como base a mesma tipologia textual, o texto jornalístico, constituímos um corpus de trabalho significativo, com cerca de um milhão de palavras, que nos permitiu analisar os advérbios terminados em *-mente* presentes no texto e caracterizar, de um ponto de vista sintático-semântico, especificamente o grupo dos advérbios de frase, tendo por base a proposta de Malaca Casteleiro (1982), de forma a conseguirmos perceber como os redatores do texto se posicionam relativamente ao que escrevem.

A *Gazeta de Lisboa* foi selecionada para a constituição do nosso corpus por ser um dos periódicos mais importantes e duradouros da história portuguesa. Neste sentido, optámos por analisar os anos de 1715-1716 e de 1815², com o fim de contemplar a evolução destes advérbios nas centúrias setecentista e oitocentista.

Para levar a cabo este estudo, recorreremos a ferramentas de linguística computacional, para obter resultados mais fiáveis e rigorosos, o que não invalida um trabalho atento por parte do investigador, que continua a ser o principal condutor da sua investigação. Depois de analisarmos vários programas, escolhemos o *NooJ*, que nos permitiu encetar uma análise comparativa dos advérbios em *-mente* nestes dois séculos.

1. Para além deste título, adotou depois outras designações, sendo que algumas refletiam o cenário político em que se encontrava o país: *Lisboa, Diário do Governo, Diário da Regência, Crónica Constitucional de Lisboa, Gazeta Oficial do Governo, Gazeta do Governo, Diário de Lisboa* (cf. Tengarrinha, 1989: 265-266).

2. Amplamente trabalhados em Fontes (2013), marcam duas partes do corpus explorado neste artigo e que, a partir deste momento, passaremos a designar de *GL-Setecentista* (1715-1716) e *GL-Oitocentista* (1815).

2. Advérbios em *-mente*

Relativamente à classe dos advérbios, verificámos que os advérbios terminados em *-mente* apresentavam, no nosso corpus, um elevado número de formas diferentes (na *GL-Setecentista* 36,10% e na *GL-Oitocentista* 40,82%), o que motivou a análise que iremos levar a cabo acerca dos mesmos.

Quando analisámos os advérbios tendo por base uma classificação tradicional, percebemos que, muitas vezes, a definição desta classe esteve associada a uma diversidade e heterogeneidade de critérios que, em determinados casos, levou a imprecisões, como acontece com os advérbios que apresentam o maior número de formas diferentes no nosso corpus. Referimo-nos aos advérbios terminados em *-mente*, que são classificados, segundo a gramática tradicional, como pertencentes ao subgrupo dos advérbios de modo, o que facilmente se confirma ser postulado errado, uma vez que esta situação nem sempre se verifica. Deste modo, percebemos que este tipo de classificação não é absolutamente preciso, devido ao carácter polissémico de alguns advérbios, que adquirem significados diferentes dependendo do contexto sintático-semântico em que surgem.

Neste sentido, tendo em conta a insuficiência desta classificação e o facto de os advérbios terminados em *-mente* se apresentarem em número elevado no nosso corpus, para além de serem os que mais problemas levantam ao nível da classificação, julgamos pertinente analisar separadamente este grupo.

Antes disso, considerámos relevante sistematizar algumas das características dos advérbios, que são fundamentais para a análise que a seguir se propõe.

A nível morfológico, podemos começar por referir que os advérbios são palavras invariáveis que apresentam alguns processos morfológicos na sua formação.

Determinados advérbios são homónimos de adjetivos, por isso são normalmente conhecidos como advérbios adjetivais, que se caracterizam por apresentarem a mesma forma do adjetivo no masculino singular e se distinguem dos adjetivos por serem invariáveis. “Este processo de formação de advérbios por conversão de adjetivos distingue-se da formação de advérbios em *-mente* [...] por não ser produtivo. Com efeito, não é possível criar novos advérbios através deste processo” (Costa, 2008: 27).

Desta forma, podemos referir que a possibilidade de formação de advérbios em *-mente* se constitui, na nossa língua, como um processo muito produtivo³: através da junção do constituinte *-mente* ao adjetivo⁴ no feminino singular é possível formar advérbios que estão associados a diferentes domínios semânticos, ultrapassando a sua tradicional classificação como advérbios de modo, ou seja, tal como acontece com outros advérbios, estes caracterizam-se pela polissemia e só conseguimos distinguir os seus diferentes valores semânticos atendendo ao contexto. Por outro lado, e tal como acontece com os adjetivos que estão na sua base, estes advérbios podem também variar em grau⁵, seguindo as mesmas regras que se aplicam para os adjetivos.

Ao nível semântico, podemos referir que os advérbios se caracterizam por terem significados muito distintos, sendo que um mesmo advérbio pode variar o seu significado, o que nos obriga a analisar todos os contextos em que a mesma forma surge, para além de ser relevante, em alguns casos, considerar a posição ocupada pelo advérbio na frase.

A propósito do significado atribuído ao advérbio, Silva conclui (2008: 265): “O significado dos advérbios é muito variável. Podem ter uma função avaliativa e estar orientados para o falante, mas também podem estar orientados para o processo e ter uma função qualitativa”. Depois de levar a cabo um estudo sobre o estatuto sintático dos advérbios, a autora elege o critério sintático como o mais importante para definir esta classe e perceber o seu comportamento na frase. Destaca “a mobilidade, a comutação por zero, a multiplicação e a variação do âmbito de incidência. Para além desta capacidade de autonomamente preencher uma função sintática, o advérbio é uma unidade que exerce determinação sobre outras unidades da língua.” (Silva, 2008: 330).

3. “A produtividade deste processo de formação é interessante, uma vez que o facto de ser escolhida a forma adjectival feminina encontra explicação na etimologia destes advérbios. Os advérbios em *-mente* têm origem na construção latina, formada por *mente*, o ablativo do nome *mens*, *mentis*, que significava “mente” ou “ânimo”, e por um adjectivo pré-nominal. Por ser um nome feminino, o adjectivo concordava, encontrando-se também no feminino. No processo de reanálise desta expressão como uma palavra só, foram preservados os valores de género das duas palavras, embora o advérbio resultante não flexione em género” (Costa, 2008: 30).

4. Nem todas as bases adjectivais permitem a formação deste tipo de advérbios (cf. Costa, 2008: 32).

5. Excetuam-se os advérbios que não apresentam significados que possam ser alvos de variação em grau ou advérbios que tenham na sua base adjetivos que não variam em grau.

Depois destas breves considerações sobre o advérbio, retomamos o nosso objeto de estudo, o grupo dos advérbios terminados em *-mente*, em que destacamos os *atributos frásicos* (Silva 2008: 240), grupo que pretendemos analisar mais detalhadamente. Estes advérbios apresentam-se destacados em relação aos outros elementos da frase, não só pela sua posição, mas principalmente pela pausa que marca o seu afastamento em relação ao núcleo verbal, passando a incidir sobre a frase.

Silva (2008: 240) caracteriza este tipo de advérbios da seguinte forma:

o atributo frásico costuma transcender o conteúdo global da frase para remeter para o âmbito da enunciação, isto é, para o momento em que tal frase é produzida como enunciado, por um determinado locutor, num determinado contexto. Os valores de conteúdo desenvolvidos pelo atributo frásico costumam apresentar-se como enunciados de valor assertivo, demonstrando o ponto de vista do locutor.

Também Mário Vilela (1999) apresenta uma proposta de classificação dos advérbios, tendo por base dados semânticos, a sua função e as características sintáticas. Distingue os advérbios do núcleo actancial, designados de advérbios intrafrásicos — dependem do verbo e dos argumentos do verbo —, os que dependem da frase no seu todo, denominados de extrafrásicos, e os que estão ancorados no próprio texto, designados de advérbios de enunciação (cf. Vilela, 1999: 243).

O tratamento dos advérbios percorre todas as línguas e foi também objeto de estudo por parte de linguistas ingleses, dos quais destacamos S. Greenbaum e R. Quirk, que dividem o advérbio em quatro grupos, a saber: os adjuntos, disjuntos, subjuntos e conjuntos. O grupo que nos interessa estudar é classificado como disjuntos, que têm “a superior role to sentence elements, being somewhat detached from a superordinate to the rest of the sentence” (Greenbaum e Quirk, 1991: 181). Por um lado, trata-se de advérbios que são modificadores de frases, que têm a frase como escopo. Por outro lado, estes caracterizam-se por expressar uma avaliação do falante em relação à forma da comunicação e ao seu conteúdo.

No trabalho intitulado *Aspectos da Sintaxe do Advérbio em Português*, Gonzaga (1997: 148-149) agrupa os advérbios em três tipos: os que restrin-

gem diferentes constituintes, os que são gerados numa posição periférica à frase, que resultam de uma apreciação do sujeito enunciador⁶ e, por último, aqueles que são gerados, possivelmente, em posições próximas do VP.

Em termos de classes semânticas, agrupa-os em cinco grandes classes de advérbios:

- a primeira caracteriza-se por restringir o constituinte que o segue (*unicamente, só, apenas, meramente, simplesmente*);
- a segunda inclui advérbios marcados por uma interpretação geralmente orientada para o sujeito gramatical mas pode apresentar uma interpretação alternativa, orientada para o sujeito da enunciação (*cuidadosamente, habilmente, corajosamente, dedicadamente, propositadamente, descuidadamente, desajeitadamente, inteligentemente, indolentemente, alegremente, relutantemente, tristemente, silenciosamente*);
- a terceira classe diz respeito a advérbios que mais diretamente modificam o complemento verbal (*mortalmente, completamente, parcialmente, aproximadamente, sensivelmente, totalmente, especificamente*);
- o quarto grupo engloba advérbios que traduzem informações relacionadas com o tempo (*rapidamente, frequentemente, lentamente, raramente*);
- o quinto grupo reúne os advérbios que transmitem a opinião do sujeito de enunciação, ou seja, é um grupo marcado pela interpretação orientada para o sujeito enunciador (*infelizmente, francamente, possivelmente, certamente, efetivamente, evidentemente, provavelmente, felizmente*).

Segundo a autora, tendo em conta a posição que estes advérbios podem ocupar na frase, podemos considerar três grupos principais. Aqueles que se encontram:

- a) junto dos constituintes que modificam,
- b) próximo do VP,
- c) numa posição periférica à estrutura da frase, “numa posição funcional onde tipicamente ocorrem operadores e que se relaciona com o discurso” (Gonzaga, 1997: 149).

6. Este sublinhado é da nossa autoria.

João Costa (2008: 43-75) considera que, tendo em conta um critério semântico, podemos agrupar os advérbios em cinco classes diferentes, a saber: advérbios modificadores de predicado, de frase, advérbios de quantidade e grau, focalizadores e advérbios de polaridade.

Os primeiros incluem as seguintes subclasses: advérbios de localização, que nos fornecem dados sobre determinado evento descrito pelo predicado ao nível temporal e espacial; advérbios de modo, que nos dão informações sobre a forma como se desenvolve o estado de coisas descrito pelo predicado; e modificadores de predicado déíticos, relativos e interrogativos.

Por sua vez, os advérbios de quantidade e grau expressam uma noção de intensidade ou quantificação relativamente ao predicado.

Os advérbios focalizadores não modificam necessariamente o predicado ou a frase, mas têm como principal função chamar a atenção do interlocutor para um determinado aspeto, devendo distinguir-se focalizadores com caráter exaustivo, inclusivo, exclusivo e de realce.

Os advérbios de polaridade caracterizam como afirmativo ou negativo o valor de verdade de uma frase.

Por último, resta-nos falar dos advérbios de frase, que têm como domínio de aplicação toda a frase e se dividem em duas subclasses: a dos advérbios avaliativos, que expressam uma avaliação sobre o conteúdo da frase, e a dos advérbios conetivos, que são utilizados para estabelecer nexos entre frases ou constituintes.

Relativamente aos primeiros, grupo que nos interessa particularmente para o estudo que pretendemos levar a cabo com a *Gazeta*, Costa (2008) distingue advérbios avaliativos orientados para o falante, para o ouvinte, para o agente e para a enunciação.

Os primeiros apresentam uma informação sobre a atitude do falante relativamente ao que é referido (ex: *Honestamente, o Rui é inocente*). Parte destes advérbios pode também integrar o segundo grupo, o dos advérbios orientados para o ouvinte, ocorrendo apenas em contextos interrogativos e imperativos, com verbos epistémicos, volitivos ou declarativos (ex: *Honestamente, queres ficar aqui ou não?*).

Os advérbios avaliativos orientados para o agente expressam uma avaliação do falante relativamente à atuação do agente, que normalmente é o su-

jeito. Contudo, estes advérbios podem também surgir em frases passivas com ou sem agente da passiva expresso e em frases com um agente implícito (ex: *O Pedro, estupidamente, fechou a porta / Estupidamente, aquele centro de saúde foi encerrado*).

Por último, os advérbios avaliativos orientados para a enunciação denotam uma avaliação sobre aspetos de todo o enunciado, como é o caso do seu valor de verdade, do domínio relevante para a verificação do valor de verdade da frase e do código utilizado na enunciação.

Esta subclasse pode ainda dividir-se em três grupos:

1º advérbios orientados para a enunciação relacionados com a modalidade: expressam uma avaliação do falante sobre o valor de verdade da asserção, sendo que alguns se caracterizam por ser reforçadores do valor de verdade, outros como restritores do valor de verdade e outros como indicadores da atitude do falante relativamente ao valor de verdade da asserção (ex: *Inquestionavelmente, esse gelo vai derreter*);

2º advérbios avaliativos orientados para a enunciação relacionados com o domínio: especificam o domínio a que se aplica a asserção (ex: *Cientificamente, é errado utilizar argumentos de autoridade*);

3º advérbios avaliativos orientados para a enunciação relacionados com o código: fornecem informação sobre o código ou linguagem utilizados na enunciação

(ex: *Resumidamente, vou contar-te o que aconteceu*).

Mateus *et al.* (2003: 431) designam este grupo de advérbios como frásicos, uma vez que modificam toda a proposição e não se constituem como argumentos verbais ou adjuntos a SV. Para os identificarmos, as autoras apresentam as principais propriedades sintáticas deste grupo (cf. Mateus *et al.*, 2003: 430-431):

1. Possibilidade de ocorrerem em interrogativas de instanciação com o verbo *fazer* ou similares;
2. Impossibilidade de serem focalizados em frases clivadas;
3. Impossibilidade de surgirem sob o escopo da negação;
4. Impossibilidade de serem contrastados com outras expressões adverbiais em interrogativas alternativas;

5. Nunca podem estar no escopo de modificadores como *só, apenas*;
6. Não podem fazer parte do escopo de *também*.

Para além destas propriedades sintáticas, estes advérbios podem ser agrupados tendo em conta as suas características ao nível semântico (cf. Mateus *et al.*, 2003: 431):

1. avaliativos (*felizmente, desgraçadamente*)
2. modais (*possivelmente, talvez, com certeza*)
3. reforçadores da verdade da asserção (*evidentemente, obviamente, certamente*)
4. restritivos do valor da asserção (*supostamente, presumivelmente*)

3. Advérbios em *-mente* na *GL-Setecentista* e na *GL-Oitocentista*: análise dos advérbios de frase

Neste artigo, pretendemos analisar todos os advérbios terminados em *-mente*⁷ encontrados no nosso corpus, enquadrá-los em diferentes categorias semânticas e caracterizar especificamente o grupo dos advérbios de frase na tentativa de perceber como os redatores do texto se posicionam relativamente ao que escrevem. Para levar a cabo esta tarefa, decidimos utilizar a proposta de Malaca Casteleiro presente no texto “Análise gramatical dos advérbios de frase”, na qual o autor apresenta determinadas particularidades que nos permitem definir este grupo, nomeadamente a possibilidade de transmitir a opinião do sujeito falante e o facto de se comportarem como modificadores ou predicados de frase.

7. A propósito de estudos sobre os advérbios em *-mente*, veja-se Henríquez Salido e No Alonso-Misol (2010: 251-277; 317-350), que tem como base de análise o texto jurídico. Na *Constitución Española* de 1978, por exemplo, a autora considera que estes advérbios podem desempenhar a função sintática de *circunstanciais, modificadores de um adjetivo ou de um sintagma adjetival* ou de *modificadores oracionais* (Henríquez Salido e No Alonso-Misol, 2010: 260-262). De acordo com o seu comportamento sintático-semântico, agrupa-os tendo em conta as seguintes subclasses semânticas: “advérbios nocionales”, “advérbios de modo o de manera resultativos”, “advérbios focalizadores”, “advérbios de marco temporal”, “advérbios de frecuencia”, “advérbios cuantificativos”, “advérbios restrictivos del valor de verdad de la aserción” (cf. Henríquez Salido e No Alonso-Misol, 2010: 275-276).

Segundo Casteleiro (1982: 99), “A formas como *felizmente*, *provavelmente*, etc., chamamos *advérbios de frase*, pois se comportam como modificadores ou predicados de frase, veiculando a maneira de sentir ou de ver do sujeito falante relativamente à proposição contida na oração adjacente”. Tendo por base propriedades sintático-semânticas, o autor divide os advérbios de frase em quatro subclasses (cf. Casteleiro, 1982: 101-107):

1. *emotivos* são usados para exteriorizar o estado de espírito do falante em relação ao que é expresso na proposição. Exemplos desses advérbios podem ser *afortunadamente*, *estranhamente*, *(in)felizmente*, *lamentavelmente*, *surpreendentemente*.

Estes advérbios caracterizam-se, principalmente, por não ocorrerem em frases interrogativas nem imperativas⁸; no entanto, surgem frequentemente em frases exclamativas, quando estas se referem a factos reais.

2. *modais* permitem pressupor, como mais provável, a verdade da proposição contida na oração adjacente. Exemplos desta classe são *aparentemente*, *certamente*, *evidentemente*, *naturalmente*, *presumivelmente*, *possivelmente*, *provavelmente*, *verosimilmente*, *com certeza*, *sem dúvida*, *talvez*, etc.

No que diz respeito às suas propriedades sintático-semânticas, estes advérbios caracterizam-se por não apresentarem uma forma negativa correspondente (**improvavelmente*, **impossivelmente*, ainda que o seu adjetivo-base admita a negativa)⁹, pela impossibilidade de surgirem em frases interrogativas¹⁰, e pela possibilidade de ocorrerem em estruturas hipotéticas do tipo *se-F*, *então-F*, contrariamente ao que acontecia com os advérbios emotivos¹¹.

8. “Esta impossibilidade tem uma explicação: uma frase interrogativa é assumida pelo falante como dubitativa; como o advérbio emotivo permite pressupor a oração adjacente como assertiva, há então contradição lógica” (Casteleiro, 1982: 102).

9. Só pode surgir na negativa se o advérbio só existir na forma negativa, como é o caso de *indubitavelmente*.

10. “Esta impossibilidade é consequência de não se poder interrogar (acto verbal que implica dúvida) e simultaneamente pressupor, através do advérbio, a verdade provável contida na frase interrogativa” (Casteleiro, 1982: 105).

11. “Quer dizer, a oração principal de uma construção hipotética admite um advérbio modal, porque ela própria contém uma proposição contingente. Pelo contrário, é exactamente por ser

3. *pragmáticos* permitem ao falante caracterizar aquilo que está a dizer ao nível do conteúdo ou da forma. Exemplos dos primeiros podem ser *francamente, honradamente, honestamente, lealmente, sinceramente e verdadeiramente*, e dos segundos *abreviadamente, brevemente, concisamente, concretamente, grosseiramente, laconicamente, lapidariamente, resumidamente, toscamente*, etc.

Relativamente às propriedades sintático-semânticas, este terceiro grupo é caracterizado, principalmente, por aceitar, anteposta ou posposta, a forma do gerúndio *falando* (*falando francamente, concretamente falando*) e por aceitar a paráfrase *de um ponto de vista + adjetivo: de um ponto de vista franco*, etc. Não aceita, também, as construções negativas correspondentes.

4. *sectoriais* delimitam o valor da oração que introduzem tendo por base uma determinada área do saber. Como exemplos destes podemos ter: *filosoficamente, esteticamente, psicologicamente, geograficamente, literariamente, matematicamente, moralmente, politicamente*, etc.

No que às suas propriedades diz respeito, partilham com os pragmáticos a possibilidade de surgirem com a forma gerundiva *falando*. Para além disso, podem ocorrer com frases interrogativas e não admitem a forma negativa.

No final deste estudo, Casteleiro (1982: 108) conclui o seguinte: “Os advérbios de frase podem definir-se não apenas semanticamente, mas sobretudo através de um conjunto de propriedades sintáticas gerais”. Apesar de utilizar, como vimos, determinadas propriedades que intitula de *sintático-semânticas* para definir as subclasses que apresenta, consideramos que esta análise tem como base principalmente as suas características semânticas, o que irá resultar numa classificação predominantemente semântica.

No nosso corpus, começámos por recuperar o levantamento exaustivo de todos os advérbios em *-mente*, ou seja, 4621 advérbios. No século XVIII estes correspondem a 8,11% do total de ocorrências desta classe e a 36,10%

contingente que tal oração não permite um advérbio emotivo, que tem valor semântico de predicado assertivo” (Casteleiro, 1982: 106).

das formas diferentes dos advérbios presentes no texto; no século XIX esta percentagem torna-se ainda mais significativa, aumentando para 10,74% do total de ocorrências e para 40,82% das formas diferentes de advérbios.

O nosso objetivo inicial consistia em analisar e classificar apenas os advérbios de frase, no entanto o número elevado de formas qualitativas, que expressam o modo, levou-nos a analisar também este grupo. Desta forma, dividimos os advérbios terminados em *-mente* em três grupos:

1. Advérbios de modo
2. Advérbios de frase
3. Outros

1. Advérbios de modo

GL-SETECENTISTA

“[...] de polvora, em que pegou accidentalmente o fogo [...]” (GL, nº 8, 28 de setembro de 1715: 41);

“[...] Salvador, a cujo fim peço encarecidamente as orações de todos os fieis Christãos.” (GL, nº 15, 11 de abril de 1716: 67);

GL-OITOCENTISTA

“[...] a recrutar, e castigão-se asperamente os desertores.” [...]” (GL, nº 277, 23 de novembro de 1815: [II]);

“Reparão-se cuidadosamente todas as fortificações da costa [...]” (GL, nº 292, 11 de dezembro de 1815: [II]).

2. Advérbios de frase

GL-SETECENTISTA

“[...] meter no trono da Grãa Bretanha ao Pretendente, que certamente tinha desembarcado em Escocia [...]”

GL-OITOCENTISTA

“Felizmente no caso presente aparece o ridículo a par da malignidade [...]” (GL, nº 179, 1 de agosto de 1815: [V])

3. Outros

Dos restantes advérbios destacam-se claramente aqueles que expressam uma ideia de intensidade/quantificação (1) e de tempo (2).

GL-SETECENTISTA

1)

“[...] o Pretendente se achára bastantemente indisposto depois da sua chegada [...]” (*GL*, nº 9, 29 de fevereiro de 1716: 39);

“[...] que toda a Corte ficou summamente alegre [...]” (*GL*, nº 6, 8 de fevereiro de 1716: 28);

2)

“[...] ascendentes deste mesmo appellido occuparão antigamente este emprego.[...]” (*GL*, nº 11, 14 de março de 1716: 50);

“[...] para que futuramente os povos não sejam oprimidos [...]” (*GL*, nº 10, 12 de outubro de 1715: 51).

GL-OITOCENTISTA

1)

“[...] o seu número era demasiadamente pequeno para produzir effeito algum [...]” (*GL*, nº 22, 26 de janeiro de 1815: [III]);

“[...] isto favoreceo grandemente o alcance [...]” (*GL*, nº 172, 24 de julho de 1815: [III]);

2)

“Anteriormente só hião dois ou tres dos seus navios á China [...]” (*GL*, nº 19, 23 de janeiro de 1815: [II]);

“[...] existindo já as razões que antigamente excluão da Assembléa dos Estados os camponezes e os vassallos [...]” (*GL*, nº 38, 14 de fevereiro de 1815: [I]).

Em termos percentuais, verificamos que no grupo de advérbios terminados em *-mente* sobressaem aqueles que expressam qualidade/modo, com 56,35% para o século XVIII e 57,06% para o século XIX. Relativamente aos advérbios de frase, registamos o facto de estes não representarem uma percentagem tão significativa dentro deste grupo, correspondendo a 4,47% dos advérbios terminados em *-mente* no século XVIII e a 9,56% no século XIX. No entanto, consideramos importante analisá-los separadamente para tentar perceber de que forma os redatores da gazeta, em diferentes momentos históricos, se posicionam perante aquilo que escrevem. Neste sentido, utilizámos a proposta

de Malaca Casteleiro, que apresenta, como já referimos, uma classificação predominantemente semântica deste tipo de advérbios.

Antes de procedermos à classificação dos mesmos, importa deixar claro que nem sempre foi fácil definir se determinado advérbio se encaixa ou não nos advérbios de frase. Nestes casos, utilizámos as propriedades sintáticas desta classe apresentadas por Malaca Casteleiro, juntamente com as suas características semânticas, fazendo testes em cada um dos contextos em que surgem. Atualmente, a pontuação é também um elemento que nos ajuda a identificar estes advérbios, uma vez que eles surgem normalmente separados do resto da frase através da vírgula; no entanto, a pontuação dos séculos XVIII e XIX era muito diferente da usada hoje em dia e, por isso, não se constituía como elemento delimitador desta subclasse.

Desta forma, tendo em conta a análise de cada ocorrência de advérbios de frase, verificámos que eles se distribuíram da seguinte forma:

Tipos de advérbios	<i>GL-Setecentista</i>	<i>GL-Oitocentista</i>
<i>Emotivos</i>	30,23%	20,58%
<i>Modais</i>	67,44%	70,29%
<i>Pragmáticos</i>	2,32%	9,11%
<i>Sectoriais</i>	0%	0%

Tabela 1. Distribuição dos advérbios de frase no corpus tendo por base a classificação de Malaca Casteleiro (1982)

Vejamos alguns exemplos dos mesmos:

1. *Emotivos*

GL-SETECENTISTA

felizmente

“Pela melhora deste Principe, que salvou felizmente da sua enfermidade de bexigas [...]” (*GL*, nº 42, 17 de outubro de 1716: 227);

“[...] como já tem experimentado felizmente muytas desta Cidade, que padeciaõ os taes achaques havia doze annos [...]”(GL, nº 42, 17 de outubro de 1716: 228).

infelizmente

“[...] Dom Antonio, & Dom Manoel, deu infelizmente huma grande queda ao sahir da sua carruagem [...]” (GL, nº 3, 24 de agosto de 1715: 16);

“[...] porque se perdeu infelizmente na costa de Noruega, com a tempestade que houve os dias passados [...]” (GL, nº 49, 5 de dezembro de 1716: 273).

GL-OITOCENTISTA

felizmente

“[...] felizmente ministrarão os remedios a tempo [...]” (GL, nº 21, 25 de janeiro de 1815: [II]);

“Felizmente, a bem da Justiça e das Artes, chegarão os Soberanos alliados a tempo a París [...]” (GL, nº 179, 1 de agosto de 1815: [VII]).

infelizmente

“Hontem vos dissemos alguma cousa relativa ás suspeitas que tinhamos sobre o regresso de Mortier a París, que commandava em Lilla: infelizmente são sobejamente certas [...]” (GL, nº 94, 22 de abril de 1815: [III]);

“Estava preparado tudo para a mais vigorosa resistencia; mas infelizmente carecia-se de munições sufficientes.” (GL, nº 102, 2 de maio de 1815: [II]).

2. Modais

GL-SETECENTISTA

apparentemente

“[...] como se voluntariamente quizessem perder todas as suas Praças, & que apparentemente as perderião no anno futuro [...]” (GL, nº 2, 11 de janeiro de 1716: 5);

“[...] & apparentemente lhe sobreveyo negocio que o deteve.” (GL, nº 22, 30 de maio de 1716: 104).

certamente

“[...] ao Pretendente, que certamente tinha desembarcado em Escocia [...]” (*GL*, nº 8, 22 de fevereiro de 1716: 35);

“[...] iraõ a Leorne, ou a Veneza, porque certamente indo a Hespanha, ou França os prenderão se alli chegarem [...]” (*GL*, nº 53, 31 de dezembro de 1716: 305).

effectivamente

“[...] estão em semelhantes termos; & effectivamente estão prezos pelo mesmo caso [...]” (*GL*, nº 1, 10 de agosto de 1715: 6);

“[...] o Duque se queyrou a S. Mag. Imp. que effectivamente mandou representar ao Czar a vexação daquelles povos [...]” (*GL*, nº 28, 11 de julho de 1716: 140).

GL-OITOCENTISTA

certamente

“[...] Hespanha ha de certamente conhecer intimamente isto [...]” (*GL*, nº 24, 28 de janeiro de 1815: [IV]);

“Os Francezes hão de certamente pedir a ElRei a honra de unir ao nome de Luiz XVIII. o nome da França [...]” (*GL*, nº 35, 10 de fevereiro de 1815: [III]).

effectivamente

“[...] formar todo o concerto que effectivamente possa ser util á segurança [...]” (*GL*, nº 91, 19 de abril de 1815: [III])

evidentemente

“[...] obra da perversidade, que tende evidentemente a fazer perder á França as vantagens da civilização [...]” (*GL*, nº 124, 29 de maio de 1815: [V]);

“O fim destes periodicos he evidentemente fazer acreditar que a Nação Hespanhola está dividida entre si [...]” (*GL*, nº 127, 1 de junho de 1815: [III]).

naturalmente¹²

“Nas revoluções das propriedades hão de naturalmente cair a terra os zanganos do Estado.” (GL, nº 89, 17 de abril de 1815: [III]);

“Aqui se nos offerece naturalmente a seguinte reflexão [...]” (GL, nº 96, 25 de abril de 1815: [III])

necessariamente

“[...] hão de necessariamente levar muito tempo [...]” (GL, nº 39, 15 de fevereiro de 1815: [II]);

“[...] hum homem que a põe necessariamente em guerra com todas as Potencias!” (GL, nº 97, 26 de abril de 1815: [III]).

provavelmente

“[...] elogio ao Principe Real, procurou provavelmente com isto dissipar os temores [...]” (GL, nº 54, 4 de março de 1815: [III]);

“[...] este he provavelmente o fundamento das falsas noticias [...]” (GL, nº 56, 7 de março de 1815: [III]).

realmente

“O commercio ha de realmente extinguir a pouco e pouco [...]” (GL, nº 24, 28 de janeiro de 1815: [IV]);

“[...] devem por tanto conhecer que por mais miudas que sejam em apparencia as informações que se lhes pedem, tem realmente hum fim util, grande, e positivo [...]” (GL, nº 45, 22 de fevereiro de 1815: [III]).

seguramente

“[...] toda a França como acordando de hum terrivel pezadêlo, ha de seguramente recuperar aquella energia que sempre a caracterizou [...]” (GL, nº 92, 20 de abril de 1815: [II]).

12. Na gazeta do século XVIII, este advérbio nunca tem como escopo a frase, mas surge associado ao adjetivo que modifica, como se pode confirmar pelos contextos que se seguem: “[...] nem Praça naturalmente defensavel em que se recolhesse [...]” (GL, nº 12, 21 de março de 1716: 55); “Nesta materia naturalmente formosissima, & digna [...]” (GL, nº 47, 21 de novembro de 1716: 264).

3. *Pragmáticos*

GL-SETECENTISTA

Sinceramente¹³

“Admiramos a atrevida presunção do Pretendente, & dos seus sequazes; & seguramos a Vossa Mag. muy sinceramente, & de todo o coração, que a nossa indignação se tem feyto contra elles mayor por esta causa [...]” (*GL*, nº 11, 14 de março de 1716: 51).

GL-OITOCENTISTA

verdadeiramente

“O que verdadeiramente faz honra ao Congresso he que, no meio destes negocios tão urgentes como estranhos ao seu fim, a marcha das suas operações propriamente ditas não ficou suspensa [...]” (*GL*, nº 184, 7 de agosto de 1815: [II])

“[...] são identicos ambos os Discursos, que verdadeiramente he hum só com a sobredita mudança.” (*GL*, nº 300, 20 de dezembro de 1815: [IV])

4. *Sectoriais*

Relativamente aos advérbios sectoriais, como já se percebeu pelos valores apresentados na tabela, não houve nenhum registo de ocorrência dos mesmos. Aqueles que costumam ser apontados como exemplos de advérbios de frase sectoriais são, no corpus, usados como advérbios de modo, como se pode confirmar pelos contextos em que surgem:

— “[...] ainda que pareça a alguns politicamente produzida por Potencias interessadas na declaração do Emperador [...]” (*GL*, nº 11, 14 de março de 1716: 50).

13. Este foi um dos casos que inicialmente nos suscitou dúvidas quanto à sua classificação. Optámos por classificá-lo, neste contexto específico, como advérbio de frase pragmático, no entanto, na frase que se segue, julgamos tratar-se de um exemplo de advérbio de modo: “Protestando que ficão submetidos total, & sinceramente às descisoens da Igreja [...]” (*GL*, nº 47, 21 de novembro de 1716: 262). No século XIX, este advérbio surge sempre com este sentido, podendo ser parafraseável por “de modo sincero” e estando sempre ligado ao verbo, como fica claro pelo exemplo: “Todo aquelle que ama sinceramente a Patria [...]” (*GL*, nº 75, 31 de março de 1815: [III]).

— “[...] para as nações então debaixo do mesmo jugo, fysica ou moralmente, se tem presenciado no decurso destes sete annos!” (GL, nº 219, 16 de setembro de 1815: [III]).

Se tivermos em conta a distribuição deste tipo de advérbios pela classificação proposta por Malaca Casteleiro, verificamos que nos textos dos dois séculos se destacam, com números aproximados, os modais, usados para expressar uma certeza e convicção relativamente ao valor de verdade do que é expresso; para demonstrar uma grande probabilidade de algo ser verdadeiro, sem ser uma afirmação incontestável; ou para expressar dúvida e até insegurança relativamente ao seu enunciado. Se, no primeiro caso, a segurança e convicção que apresenta o redator e que transmite no seu texto podem ser usadas para conquistar e cativar a cumplicidade do seu leitor; no último caso, um discurso marcado pela hesitação e dúvida é usado quando o redator pretende resguardar a sua posição e precisa de ser cauteloso na forma como emite um juízo sobre determinado assunto que pode ser sensível ou polémico.

A esta subclasse seguem-se os advérbios emotivos, que são usados para exteriorizar o estado de espírito dos autores relativamente ao que é descrito. Estes valores não seriam os mais expectáveis para um texto jornalístico, que assenta nos princípios da objetividade e imparcialidade, no entanto essas preocupações inerentes ao estilo jornalístico atual não estavam presentes no nosso texto, tal como hoje as entendemos. A utilização do advérbio *felizmente*, por exemplo, permite-nos conhecer a opinião do redator acerca do que é expresso, o que seria totalmente condenável hoje em dia, porque contraria a base do jornalismo. Na verdade, a utilização dos advérbios emotivos poderá ser uma forma de transformar os seus leitores em aliados, com quem partilha o seu ponto de vista. De seguida, temos os advérbios pragmáticos, com uma baixa incidência no texto setecentista, e que aumentam significativamente no século seguinte, o que aponta para uma interferência maior do redator do século XIX no seu texto, que assim deixa a sua marca nos jornais, uma vez que estes advérbios lhe permitem caracterizar aquilo que está a dizer ao nível do conteúdo ou da forma.

Por último, cabe apenas registar que não houve nenhuma ocorrência de advérbios sectoriais, como já referimos.

5. Considerações finais

No momento em que encetamos um estudo acerca do advérbio e quando analisamos algumas definições propostas pelos diferentes autores, fica clara a dificuldade de um estudo sobre esta classe tão heterogênea, como atesta Gonzaga (1997: 84):

Um estudo sério dos advérbios é uma tarefa quase utópica não só pela diversidade de advérbios de que as línguas dispõem, mas também pela enorme variedade de interpretações que um só advérbio pode despoletar dependendo da posição, do tipo de verbo, da natureza dos argumentos seleccionados e até do tempo morfológico da forma verbal. Se nos concentrarmos numa língua com uma tremenda riqueza morfológica como o português a dificuldade parece aumentar.

Neste artigo, depois de refletirmos sobre as várias definições e tendo consciência do número elevado de advérbios terminados em *-mente* no nosso corpus e do nível de dificuldade que está associado à sua classificação, foi nosso objetivo estudar separadamente os advérbios terminados em *-mente* e em especial os advérbios de frase, uma vez que estes nos permitem identificar a forma como os redatores entenderam ou sentiram o texto, pois “são fruto da intervenção do enunciador, que comenta, julga, critica, aprecia, o conteúdo proposicional por si produzido” (Vilela, 1999: 245).

Neste sentido, podemos considerar que são mais evidentes as marcas do redator no texto do século XIX, tendo em conta que os valores relativos aos advérbios de frase evidenciam um aumento considerável comparativamente com o texto do século XVIII, de 4,47% para 9,56%.

Este aumento é significativo se tivermos em conta, como já vimos, a funcionalidade deste tipo de advérbios: é através destas palavras que os redatores deixam as suas marcas no texto, quer seja para exteriorizar o seu estado de espírito, seja para transmitir a pressuposição dos redatores relativamente à veracidade daquilo que exprimem, seja para caracterizar algo que digam do ponto de vista da forma ou do conteúdo e mesmo também para restringir o que escrevem a um determinado domínio do conhecimento. Deste modo,

conseguimos identificar a presença dos respetivos autores nos textos e perceber a forma como os entenderam ou sentiram.

Esta subclasse duplicou no século XIX, o que nos revela uma presença mais ativa do redator, que assim deixa transparecer as suas impressões pessoais, a sua avaliação/apreciação sobre o que é expresso.

Tendo por base a classificação de Malaca Casteleiro (1982), concluímos que os advérbios que sobressaíram nos dois séculos foram os modais, seguindo-se, surpreendentemente para este tipo de texto, os emotivos e, por último, temos os advérbios pragmáticos, com uma percentagem muito superior no texto oitocentista comparativamente aos valores que apresentam na *Gazeta secentista*, não se registando nenhuma ocorrência dos advérbios sectoriais.

Bibliografia

- BELO, André. *As gazetas e os livros. A Gazeta de Lisboa e a vulgarização do impresso em Portugal (1715-1760)*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2001.
- CASTELEIRO, João Malaca. “Análise gramatical dos advérbios de frase”. *Biblos*. Vol. LVIII. Coimbra, 1982: 99-110.
- COSTA, João. *O advérbio em Português Europeu*. Lisboa: Edições Colibri, 2008.
- FONTES, Susana. *Gazeta de Lisboa (1715-1716 e 1815): estudo informático-linguístico*. Vila Real: Centro de Estudos em Letras / Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2013.
- GAZETA DE LISBOA. Lisboa: Na Officina de Pascoal da Silva, 1715.
- GAZETA DE LISBOA. Lisboa: Na Officina de Pascoal da Silva, 1716.
- GAZETA DE LISBOA. Lisboa: Na Impressão Regia, 1815.
- GONZAGA, Manuela. *Aspectos da sintaxe do advérbio em português*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1997.
- GREENBAUM, Sidney e QUIRK, Randolph. *A Student's Grammar of the English Language*. Essex: Longman, 1991.
- HENRÍQUEZ SALIDO, María do Carmo e NO ALONSO-MISOL, Enrique de. *Historia del léxico jurídico*. Cizur Menor (Navarra): Thomson Reuters, 2010.

- MATEUS, Maria Helena Mira *et al.* *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho, 2003.
- SILVA, Ana Alexandra Lázaro Vieira da. *Estatuto sintáctico dos “advérbios”: função e classe*. Dissertação de Doutoramento. Évora: Universidade de Évora, 2008.
- TENGARRINHA, José. *História da imprensa periódica portuguesa*. 2ª edição revista e ampliada. Lisboa: Caminho, 1989.
- VILELA, Mário. *Gramática da Língua Portuguesa*. Coimbra: Livraria Almedina, 1999.

Nota curricular

Susana de Fátima Póvoa Alves FONTES. Doutorada em Linguística Portuguesa (2012), é Professora Auxiliar na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Contacto

sfontes@utad.pt

FICHA DE AVALIAÇÃO
Agália. Revista de estudos na cultura
Ano: 2014

Volumes publicados: 2*109: primeiro semestre de 2014**110: segundo semestre de 2014***Trabalhos recebidos durante 2014:** 30 (de 01/10/2013 a 31/10/2014)**Trabalhos publicados:** 14**Índice de aceitação:** 46,7 %**Natureza dos textos publicados:***Artigos originais: 10**Resultados de projetos de investigação subsidiados: 4*

Dos quais:

*Comunicações a congressos: 1**Trabalhos assinados por membros dos conselhos: 1***Origem dos textos publicados:**

Volumes	Portugal	Brasil	Total
109	1	6	7
110	2	5	7
Total	3	11	14
%	21,5%	78,5%	100%

Instituições/ Países dos trabalhos publicados:

Pontifícia Universidade Católica de Rio Grande do Sul (Brasil)	Universidade Federal da Bahia (Brasil)
Universidade de Coimbra / Capes (Portugal / Brasil)	Universidade Federal de Minas Gerais (Brasil)
Universidade de Lisboa (Portugal)	Universidade Federal de Santa Catarina (Brasil)
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (Portugal)	Universidade Federal de Viçosa (Brasil)
Universidade do Estado da Bahia (Brasil)	Universidade Federal do Rio de Janeiro (Brasil)
Universidade Estácio de Sá (Brasil)	Universidade Feevale (Brasil)
	Universidade Nova de Lisboa (Portugal)

LISTAGEM DE REVISORES/AS DA *AGÁLIA* (2014)

Avaliador/a	Instituição	País	Nº	Tipo*
Adriana Queiroz Testa	Universidade de São Paulo	Brasil	1	AE
Aldo Litaiff	Universidade Federal de Santa Catarina e Universidade do Sul de Santa Catarina	Brasil	1	AE
Alva Martínez Teixeira	Universidade de Lisboa	Portugal	1	AE
Álvaro Iriarte Sanromán	Universidade do Minho	Portugal	1	CC
Antón Corbacho Quintela	Universidade Federal de Goiás	Brasil	1	CR
Ánxela Lema París	Universidade da Corunha	Galiza	1	AE
Carlos Eduardo Pereira	Cinemateca do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro	Brasil	1	AE
Carlos Paulo Martínez Pereiro	Universidade da Corunha	Galiza	1	AE

Avallador/a	Instituição	País	Nº	Tipo*
Carlos Pazos Justo	Universidade do Minho	Portugal	3	CR
Carlos Sandroni	Universidade Federal de Pernambuco	Brasil	1	AE
Carmen Villarino Pardo	Universidade de Santiago de Compostela	Galiza	3	CR
Claudia Roberta Tavares Silva	Universidade Federal Rural de Pernambuco	Brasil	1	AE
Eliás J. Torres Feijó	Universidade de Santiago de Compostela	Galiza	2	CC
Ermelinda Ferreira	Universidade Federal de Pernambuco	Brasil	1	AE
Éttore Finazi-Agrò	Sapienza Università di Roma	Itália	1	AE
Fábio Raddi Uchôa	Universidade Federal de São Carlos	Brasil	1	AE
Fernando González Muñoz	Universidade da Corunha	Galiza	1	AE
Geraldo Inácio Martins	Universidade Federal de Alagoas	Brasil	1	AE
Helena de Carlos	Universidade de Santiago de Compostela	Galiza	1	AE
Igor Ximenes Graciano	Universidade de Brasília	Brasil	1	AE
Isabel Morán Cabanas	Universidade de Santiago de Compostela	Galiza	1	CC
João Adolfo Hansen	Universidade de São Paulo	Brasil	1	AE
João Pedro George	Universidade Nova de Lisboa	Portugal	1	AE
João Teixeira Lopes	Universidade do Porto	Portugal	1	AE
José Luís Rodríguez	Universidade de Santiago de Compostela	Galiza	1	CC
José Roberto Zan	Universidade Estadual de Campinas	Brasil	1	AE
Joycelaine Aparecida de Oliveira	Universidade Federal de Uberlândia	Brasil	1	AE
Júlio Barreto Rocha	Universidade de Rondônia	Brasil	2	CC
Letícia Eirín Garcia	Universidade da Corunha	Galiza	1	AE
Marçal Menezes Paredes	Pontifícia Universidade Católica de Rio Grande do Sul	Brasil	1	AE
Márcio Coelho Muniz	Universidade Federal da Bahia	Brasil	1	CR

Avaliador/a	Instituição	País	Nº	Tipo*
Miguel Rettenmaier	Universidade de Passo Fundo	Brasil	1	AE
Mihai Jacob	Universitatea din Bucuresti	Roménia	1	CR
Mitzi Guerrero	Universidade de Santiago de Compostela	Galiza	1	AE
Petar Petrov	Universidade do Algarve	Portugal	1	AE
Rachel Bertol Domingues	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Brasil	1	AE
Raquel Bello Vázquez	Universidade Ritter dos Reis	Brasil	8	CC
Raúl Antelo	Universidade Federal de Santa Catarina	Brasil	1	CC
Rejane Pivetta de Oliveira	Universidade Ritter dos Reis	Brasil	1	AE
Roberto Vecchi	Università di Bologna	Itália	1	AE
Rosário Mascato Rey	Universidade de Santiago de Compostela	Galiza	2	AE
Sonia Rico Alonso	Universidade da Corunha	Galiza	2	AE
Tânia Macêdo	Universidade de São Paulo	Brasil	1	AE
Teresa Sousa de Almeida	Universidade Nova de Lisboa	Portugal	1	CC
Xoán López Viñas	Universidade da Corunha	Galiza	1	AE
Xosé Ramón Freixeiro Mato	Universidade da Corunha	Galiza	1	AE

* AE= Avaliação Externa | CC= Conselho Científico | CR= Conselho de Redação

Número de revisores/as no período: 46

Número de avaliações no período: 61

Número de avaliações por artigo: 2,03

Número de avaliações externas: 33 (54,09 % do total)

Origem de revisores/as:

Galiza	Portugal	Brasil	Outro	Total
14	7	22	3	46
30 %	15,2 %	47,8 %	6,5 %	100%
Instituições				
2	5	17	3	27

AGÁLIA • REVISTA DE ESTUDOS NA CULTURA

NORMAS DE EDIÇÃO E TÉCNICAS

1. NORMAS DE EDIÇÃO

Agália. Revista de Estudos na Cultura publica estudos de caso, trabalhos procedimentais e teórico-metodológicos, recolhas e análises bibliográficas ou documentais, abordagens quantitativas e qualitativas, e qualquer trabalho de investigação localizado no alargado campo dos “Estudos na Cultura”. Neste espaço multidisciplinar estão referenciadas a totalidade das Ciências Sociais e Humanas e estão contemplados âmbitos de especialização tais como os estudos linguísticos e literários, a sociologia, a antropologia, a história, a geografia, a filosofia, as artes, as ciências da educação, a ciência política, o turismo, a economia, o direito, a comunicação ou a gestão e a planificação cultural.

A *Agália* é editada desde 1985 pela Associação Galega da Língua (AGAL) e acompanha os procedimentos e as normas de receção e avaliação de originais próprias do campo científico internacional (nomeadamente à avaliação por pares sob o sistema de “ocultação dupla”). Publicada duas vezes por ano (em junho e dezembro) tanto em versão eletrónica como impressa, a *Agália. Revista de Estudos na Cultura* pode editar, para além de números gerais, volumes monográficos coordenados por investigadores/as convidados/as.

Os artigos encaminhados para a *Agália. Revista de Estudos na Cultura* estarão escritos em (galego-)português, seguindo, preferentemente, o novo acordo ortográfico, e não terão uma extensão maior dos 50.000 caracteres incluindo espaços, notas de rodapé, a relação de referências citadas (a revista rege-se pelo estilo de citação bibliográfica da MLA), um resumo em inglês e outro em (galego-)português de entre

150 e 300 palavras, e uma série suficiente de palavras chave (quatro no mínimo) também nessas duas línguas. Os trabalhos serão originais (em virtude da Lei da Propriedade Intelectual do Reino da Espanha) e não estarão sendo submetidos a revisão em qualquer outra publicação científica. Junto com o seu contributo, o/a autor/a remeterá uma declaração de autoria e originalidade (acessível em <http://www.agalia.net/normas-de-edicao.html>).

Todos os trabalhos serão submetidos a um mínimo de duas avaliações por especialistas pelo sistema de “ocultação dupla”, pelo qual nenhuma referência ao nome do/a autor/a será recolhida no texto, além das citações de publicações próprias. É por isto que tanto a identificação do/a autor/a e da sua Instituição como o próprio trabalho serão enviados através do formulário disponível ao efeito na página da revista (<http://www.agalia.net/envio-de-trabalhos.html>), no qual serão indicados os endereços de contacto (postal e eletrónico) juntamente com uma breve nota curricular do/a investigador/a (entre 10 e 15 linhas em que figure informação sobre habilitações, ligações institucionais, principais publicações, âmbitos de especialidade, etc.). Por este mesmo meio é possível também sugerir eventuais revisores/as para o trabalho enviado.

Tanto aqueles trabalhos financiados por organismos públicos ou privados de investigação como os contributos resultantes de revisões de comunicações apresentadas em congressos (nacionais ou internacionais) indicarão esta condição em nota de rodapé situada no fim do título do artigo. No primeiro caso fará-se constar o nome e o código identificativo do projeto de investigação financiado de que resulta o artigo, as entidades financiadoras e o período em vigor do subsídio. No caso dos trabalhos vinculados a congressos, para além do título completo e do seu carácter nacional ou internacional, será referida a instituição organizadora e as datas e o local de celebração.

Todos os trabalhos submetidos a *Agália* serão redigidos de acordo com as “Normas Técnicas” acessíveis abaixo. Recomenda-se, neste sentido, a utilização do documento modelo disponibilizado ao efeito (em <http://www.agalia.net/normas-de-edicao.html>) e, igualmente, a consulta

da “Informação para revisores” que figura na página da *Agália. Revista de Estudos na Cultura* (<http://www.agalia.net/revisoresas.html>).

Aqueles trabalhos recebidos que forem avaliados positivamente serão submetidos as correções gramaticais, formais ou estilísticas necessárias e preceitivas para a sua publicação na *Agália*. Para além disto, de julgá-lo necessário e antes de serem encaminhadas as provas de imprensa, a redação da *Agália* pode enviar a cada investigador/a um Informe de Edição do trabalho aceite; neste informe são oportunamente indicadas todas as questões que os autores e autoras devem resolver antes da diagramação do seu texto.

Na revisão das provas de imprensa serão admitidas apenas correções tipográficas e ortográficas. Qualquer mudança de outro tipo no texto uma vez aprovado para a sua publicação (acréscimos ou eliminações) estará submetida ao juízo dos editores e não poderá afetar a diagramação da revista.

O facto de submeter trabalhos à *Agália* implica o acordo da parte dos autores e autoras tanto na inserção do seu artigo na revista (na sua versão digital e impressa) de acordo com estas Normas, como na disponibilização desse contributo quer através da própria página web da publicação (<http://www.agalia.net>) quer dos repositórios ou bases de dados em que estiver alojada a *Agália. Revista de Estudos na Cultura*.

Recensões

A *Agália* recebe também recensões de trabalhos científicos. Os textos críticos incluídos nesta secção estarão redigidos de acordo com as Normas Técnicas da revista, não poderão exceder os 10.000 carateres e serão avaliados e aprovados previamente pelo Conselho de Redação desta publicação internacional. No início da primeira página da resenha deverá constar título, nome(s) do(s) autor(es) e dados editoriais da obra comentada (local, editora, ano de publicação, total de páginas e ISBN). Os textos serão enviados, juntamente com um breve currículo do(s) seu(s) autor(es), através do formulário disponível ao efeito na página da revista (<http://www.agalia.net/envio-de-trabalhos.html>).

2. NORMAS TÉCNICAS

1) Textos: Poderá usar-se qualquer versão dos processadores OPEN-OFFICE ou Microsoft WORD para os sistemas operativos MS-DOS/Windows ou Linux.

2) Material gráfico: A inclusão de material gráfico deve garantir a originalidade. No caso de serem incluídas referências, nos originais constará com toda a clareza a sua fonte e/ ou localização, inclusive com menção expressa da concessão da permissão de reprodução se for o caso. A sua identificação será feita imediatamente debaixo do material, em posição centralizada, letra minúscula e utilizando carregado para a tipologia e ordenação do material e redondo para o título, de acordo com o seguinte modelo:

Tabela/ Gráfico/ Imagem 1. Título do gráfico ou da imagem.

Fonte:

O material gráfico digitalizado (que será publicado em escala de cinzentos na versão impressa da *Agália*) deverá adequar-se aos seguintes parâmetros:

- Desenhos, planos, mapas, gravuras, etc.: formato .TIFF, tendo em conta que o processo de digitalização (“scanning”) será feito em linha ou mapa de bits (nunca em escala de cinzentos), ao tamanho real da imagem (100%) e com uma resolução mínima de 1.200 pontos por polegada (p.p.p).
- Fotografias: formato .TIFF a cores ou escala de cinzentos (a preto e branco) conforme proceder, ao tamanho real da fotografia (100%) e com uma resolução mínima de 300 pontos por polegada (p.p.p.).
- Gráficos: Preferentemente numa página em Excel (arquivos .XLS) (já que os gráficos de Word apresentam frequentemente problemas de conversão aos programas profissionais de diagramação), ou no formato do Openoffice (.SXC).
- MUITO IMPORTANTE: Com independência de o material gráfico poder ir inserido no documento de texto, como orientação para a localização das imagens, cada uma das imagens ou gráficos deverá ser entregue como arquivo independente, sujeitando-se às especificações supracitadas.

3) Composição do trabalho: Recomenda-se a utilização do documento modelo disponibilizado no site de *Agália. Revista de Estudos na Cultura* (<http://www.agalia.net/normas-de-edicao.html>).

- Epígrafes: o título do artigo (Times, corpo 12) irá no cabeçalho em posição centralizada, com letra minúscula e tipo carregado; as epígrafes (Times, corpo 11) e subepígrafes (Times, corpo 10), oportunamente numeradas, serão dispostas no lugar correspondente na direita, em minúsculo e carregado.
- Resumo e palavras chave (Times, corpo 10): serão situados após o cabeçalho, primeiro a versão em (galego-)português e depois a versão inglesa, sem avanço de parágrafo na primeira linha, com espaçamento entre linhas simples, as epígrafes em carregado e o corpo do texto em caracteres redondos.
- Notas de rodapé (Times, corpo 8): serão compostas com a opção específica do processador de texto. Se seguir sinal de pontuação ao número de chamada, o sinal de pontuação irá depois do número da chamada e nunca antes: “exemplo¹.” e não “exemplo.¹”.
- Corpo do texto (Times, corpo 11): justificado e com espaçamento entre linhas de 1.5; o avanço de parágrafo da primeira linha será feito com a opção específica do menu formato ou desenho de parágrafo; nunca se usará tecla de espaçamento nem tabulação. A mesma indicação serve para as notas de rodapé.
- Citações (Times, corpo 11): serão transcritas de acordo com o original para as línguas românicas e o inglês e traduzidas em nota de rodapé para o idioma da revista nos restantes casos. Se tiverem mais de quatro linhas serão dispostas como parágrafo independente, sem aspas, com espaçamento entre linhas simples e a correspondente remissão bibliográfica no fim do trecho entre parênteses; serão compostas (também as tabelas ou quadros) com a opção específica do processador de textos, nunca com espaçamentos ou tabulação. Se a citação tiver menos de quatro linhas, será disposta no corpo do texto, entre aspas duplas (se houver necessidade de utilizar aspas dentro da citação, elas serão simples, ‘...’) e a correspondente remissão bibliográfica no fim da citação entre parênteses de acordo com o seguinte modelo: “(Autor/a, ano: página-página)”.

- Bibliografia: As entradas, ordenadas alfabeticamente após a epígrafe correspondente, serão colocadas de acordo com os seguintes modelos (norma ISO 690:2010; mais informação em <http://www.ua.pt/sbidm/biblioteca/ReadObject.aspx?obj=15944>):

Autor/a [Apelido(s), Nome]. *Título do Livro*. Edição [ed.]. Volume [Vol.]. Número de Volumes [vols.]. Cidade: Editora, Ano.

Autor/a [Apelido(s), Nome]. “Título do Artigo Científico Impresso”. *Nome da revista*. Volume. Número (Ano): página-página.

Autor/a [Apelido(s), Nome]. “Título do Artigo Científico ou do Capítulo do Livro”. *Título do Livro ou Coletânea*. Editor/a ou Coletor/a. Cidade: Editora, ano. página-página.

Autor/a [Apelido(s), Nome]. “Título do Artigo Científico Eletrónico”. *Nome da revista*. Volume. Número (Ano): Páginas. Base de dados. Data de acesso [dia de mês de ano] <URL>.

www.agalia.net

AGÁLIA. REVISTA DE ESTUDOS NA CULTURA

ISSN: 1130-3557

DEPÓSITO LEGAL: C-250-1985 (versão papel)

EDITA: Associação Galega da Língua (AGAL)

URL: <http://www.agalia.net>

ENDEREÇO-ELETRÔNICO: revista@agalia.net

ENDEREÇO POSTAL:

Rua Santa Clara nº 21
15704 Santiago de Compostela
(Galiza)

Periodicidade Semestral
(números em junho e dezembro)



1 130355 700009



00109